

O CAMPO COMO PROJETO:

Juventude, Identidade Territorial e Rede de Apoio na Agricultura Familiar



Fábio dos Santos Massena

Ian Felipe Nascimento

Gilson Oliveira Santos

Nicolli Souza Silva

Alcides Pereira Santos Neto

Liandra Rodrigues Santos Gomes

ARCO
EDITORES



O CAMPO COMO PROJETO:

Juventude, Identidade Territorial e
Rede de Apoio na Agricultura Familiar



Fábio dos Santos Massena

Ian Felipe Nascimento

Gilson Oliveira Santos

Nicolli Souza Silva

Alcides Pereira Santos Neto

Liandra Rodrigues Santos Gomes

ARCO
EDITORES



Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivania Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Capa: Patricia Izzo Mirotti Massena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Campo como projeto [livro eletrônico] : juventude, identidade territorial e redes de apoio na agricultura familiar / organização Fábio dos Santos Massena...[et al.]. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Ian Felipe Nascimento,
Gilson Oliveira Santos, Nicolli Souza Silva,
Alcides Pereira Santos Neto, Liandra Rodrigues Santos Gomes.
ISBN 978-65-5417-577-7

1. Agricultura familiar 2. Comunidade rural 3. Identidade
4. Juventude - Aspectos econômicos 5. Pesquisas 6.
Sustentabilidade I. Massena, Fábio dos Santos. II.
Nascimento, Ian Felipe. III. Santos, Gilson Oliveira. IV.
Silva, Nicolli Souza. V. Santos Neto, Alcides Pereira.
VI. Gomes, Liandra Rodrigues Santos.

25-314914.0

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura familiar 630

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.48209/978-65-5417-577-7

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.





Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa Comunidades Sustentáveis, certificado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) junto ao CNPq em 2022, nasceu do desejo de integrar ciência, sensibilidade e compromisso social em torno de um mesmo propósito: compreender e fortalecer as dinâmicas humanas, produtivas e afetivas que sustentam a vida nas comunidades rurais.

A ideia germinou a partir da pesquisa *“O sentimento de pertença e a diferenciação do Self do jovem rural e o processo migratório campo/cidade”*, um estudo que uniu as áreas da Psicologia e das Ciências Agrárias para investigar os vínculos identitários e familiares que influenciam as decisões migratórias de adolescentes do campo. Essa investigação despertou um movimento maior: o de consolidar um espaço acadêmico voltado à reflexão, ao diálogo e à produção científica interdisciplinar sobre cooperativismo, agricultura familiar, juventude rural e psicologia comunitária, articulando saberes e práticas em prol do desenvolvimento sustentável.

O grupo reúne pesquisadores, técnicos e estudantes de diferentes níveis de formação, graduação, mestrado e doutorado e de distintas áreas do conhecimento, como Agronomia, Geografia, Medicina Veterinária, Psicologia, Ciências Ambientais entre outras. Essa diversidade reflete a essência do grupo: reconhecer que pensar em comunidades sustentáveis é compreender o ser humano em suas múltiplas dimensões, produtiva, social, afetiva e ecológica.

Sua missão é promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, produzindo conhecimento que contribua tanto para o avanço científico quanto

para o fortalecimento das comunidades rurais da Bahia e de outras regiões do país. Conforme descrito em seu registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o grupo busca potencializar processos de ensino e aprendizagem, além de favorecer o desenvolvimento de pesquisas voltadas à transformação social e ao empoderamento comunitário.

Entre suas linhas de pesquisa, destacam-se:

- *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável;*
- *A universidade pública e sua atuação no cooperativismo e nas comunidades rurais de agricultura familiar;*
- *Psicologia comportamental na análise de fenômenos pessoais, sociais e relacionais;*

O grupo tem como meta, além dos estudos científicos, de forma colaborativa com comunidades e escolas rurais, desenvolver ações de extensão e projetos educativos que fortaleçam a identidade local e promovam o protagonismo juvenil, possibilitando não apenas a geração de dados científicos, mas também o estabelecimento de vínculos humanos e institucionais duradouros.

Este livro, portanto, representa o primeiro fruto coletivo do grupo *Comunidades Sustentáveis*. Reúne os resultados e reflexões da pesquisa que deu origem à sua formação, constituindo-se como marco inaugural de uma trajetória científica comprometida com a transformação social e o respeito à diversidade humana e territorial.

Dr. Fábio Massena

Coordenador do Grupo de Pesquisa Comunidades Sustentáveis

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

CAMINHOS METODOLÓGICOS: COMO A PESQUISA FOI CONDUZIDA.....9

Fábio dos Santos Massena

doi:10.48209/978-65-5417-577-0

CAPÍTULO 2

SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E A IDENTIDADE DO JOVEM RURAL: ENTRE A TRADIÇÃO E O DESEJO DE MIGRAÇÃO.....16

Fábio dos Santos Massena; Franciellem Santos da Silva; Leonardo Brito de Santana; Felipe Maikon Santos Sousa

doi:10.48209/978-65-5417-577-1

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES FAMILIARES E REDES DE APOIO ENTRE JOVENS RURAIS: AFETOS, CONFLITOS E SENTIDO DE PERTENCIMENTO.....31

Fábio dos Santos Massena; Gilson Oliveira Santos; Felipe Maikon Santos Sousa

doi:10.48209/978-65-5417-577-2

CAPÍTULO 4

JUVENTUDE RURAL PÓS-COVID: VULNERABILIDADES, DESAFIOS, RESILIÊNCIA E CAMINHOS DE ESPERANÇA.....52

Ian Felipe Nascimento; Liandra Rodrigues Santos Gomes; Fábio dos Santos Massena; Nikary Soares Santos

doi:10.48209/978-65-5417-577-3

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO E ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JOVENS RURAIS: ENTRE O LEGADO FAMILIAR E O DESEJO DE MOBILIDADE SOCIAL68

Alícia Báfica Silva; João Talles de Jesus Tavares; Moema de Souza Báfica; Fábio dos Santos Massena

doi:10.48209/978-65-5417-577-4

CAPÍTULO 6

AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO SOB O OLHAR DA JUVENTUDE RURAL DO SUL DA BAHIA.....84

Enzo Yuri Ferreira Sousa; Fábio dos Santos Massena; Felipe Maikon Santos Sousa; Alcides Pereira Santos Neto; Elaine Souza dos Santos

doi:10.48209/978-65-5417-577-5

CAPÍTULO 7

SONHOS E PLANOS DE VIDA DOS JOVENS RURAIS: ENTRE A REALIDADE LOCAL E AS ASPIRAÇÕES GLOBAIS.....101

Vanessa Lino da Silva; Fábio dos Santos Massena

doi:10.48209/978-65-5417-577-6

CAPÍTULO 8

ACESSO À INTERNET E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DOS JOVENS RURAIS: CONECTIVIDADE E NOVAS PERSPECTIVAS.....116

Nicolli Souza Silva; Ian Felipe Nascimento; Fábio dos Santos Massena

doi:10.48209/978-65-5417-577-8

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....127

CAPÍTULO 1

CAMINHOS METODOLÓGICOS: COMO A PESQUISA FOI CONDUZIDA

Fábio dos Santos Massena
Doi: 10.48209/978-65-5417-577-0

A decisão de reunir neste primeiro capítulo todas as informações metodológicas que embasam esta pesquisa, foi tomada com a intenção de tornar a leitura dos artigos seguintes mais fluida e objetiva. Cada trabalho apresentado neste livro se concentra em resultados específicos, porém com a mesma metodologia utilizada, evitando assim uma repetição exaustiva das mesmas explicações metodológicas, o que comprometeria a experiência do leitor.

Ao centralizar a metodologia aqui, garantimos não apenas a organização da obra, mas também o rigor científico e a coerência do projeto como um todo!

Contudo, este não é um capítulo apenas técnico. Aqui, queremos te convidar a caminhar conosco pelos bastidores desta pesquisa: onde estivemos, quem encontramos, quais perguntas nos moveram e de que forma construímos os caminhos metodológicos que sustentam este trabalho.

COMO SURTIU A IDEIA DA PESQUISA

Em 2013, durante o doutorado na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), iniciei também a graduação em Psicologia. Foi nesse período que algumas inquietações começaram a se manifestar. Uma delas se tornou particularmente insistente: “por que o meio rural quase nunca aparece nas discussões em sala de aula?” No caso do curso de Psicologia.

A reflexão encontrou respaldo em autores que destacam que a Psicologia historicamente tem direcionado seu foco majoritariamente à população urbana. Além de outras fontes que reforçam nossa ideia de que a Psicologia pode pensar no campo, uma vez que o robusto arcabouço teórico-científico do

curso, é capaz de possibilitar aos atuais e futuros psicólogos a construção de uma visão sistêmica a respeito da realidade das comunidades rurais. Também permite que se pense nos fenômenos de migração, porém, na prática, os futuros profissionais não são preparados para a compreensão das populações do campo, que possuem um contexto específico em comparação com a urbana.

Ao retornar à docência e à pesquisa, a inquietação teórica ganhou forma e direção com a construção da proposta desta investigação. A breve fundamentação a seguir, tem por objetivo te conduzir para as bases que nortearam a ideia da pesquisa!

O sentimento de pertença pode se manifestar de diversas maneiras, variando em função do perfil de cada grupo humano, mas por mais multiforme que sejam, é importante que todas estejam fundamentadas a partir de uma identidade histórica e/ou geográfica (Freitas, 2008)¹.

A construção desse sentimento acontece na medida em que os membros da comunidade estabelecem e fortalecem suas interações e relações, construindo assim uma história coletiva que será responsável pelo estabelecimento de sua identidade. Aspectos que segundo Freitas (2008), merecem atenção principalmente diante de uma realidade cada vez mais pasteurizada.

A família tem papel preponderante na elaboração do sentimento de pertença, na diferenciação de *Self* do jovem e, conseqüentemente da construção da sua identidade. Minuchin e Fishman (2003)² destacam que a família se desenvolve a partir de duas funções essenciais que são o estabelecimento de um sentimento de pertença aquele grupo e a individualização de seus integrantes, ou seja, as pessoas pertencentes aquele sistema familiar mesmo que vinculadas aquele grupo, não deixarão de construir uma identidade própria que, assim como aquela estrutura, está em constante evolução.

Fundamentado nestes e em outros trabalhos, foi possível verificar e confirmar que a família, o sentimento de pertença, a diferenciação de *Self* são fatores que podem influenciar significativamente na forma com que o jovem

1 FREITAS, C. G. Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul. Dissertação (mestrado) – UCDB– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande MS, 2008.

2 MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. Técnicas de terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 2003.

rural constrói sua identidade, seu papel social, a forma com que se estabelece na sociedade e conseqüentemente na decisão em permanecer ou sair do campo.

O êxodo rural é pensado, discutido e estudado com muita frequência e está presente em uma infinidade de livros e artigos, no entanto, são poucos aqueles que buscam uma explicação mais completa sobre a migração do jovem do campo para o urbano, muito menos sob o viés psicológico e de seus sistemas familiares.

Nesta ótica é possível conjecturar que a migração do jovem do campo para a cidade é uma realidade influenciada por uma infinidade de fatores, alguns bastante conhecidos, inclusive da população em geral. No entanto, pouca atenção tem sido dada para aspectos ainda mais complexos e que, hipoteticamente, estão intimamente correlacionados com esse fenômeno, especialmente as relações familiares e os processos subjetivos que envolvem o sentimento de pertença e a diferenciação do *Self*.

Foi diante dessa lacuna que surgiu a necessidade de investigar o tema de forma mais aprofundada, unindo o olhar da Psicologia e das Ciências Agrárias para compreender a experiência dos jovens rurais a partir de suas próprias vivências e vínculos comunitários.

A partir dos dados coletados, nas comunidades rurais de Ilhéus-BA, nasce este livro. Ele é fruto direto da pesquisa “*O sentimento de pertença e a diferenciação do Self do jovem rural e o processo migratório campo/cidade*”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob Parecer nº 3.826.393 e CAAE: 28074720.3.0000.5526.

Cada artigo aqui reunido representa um recorte analítico dessa investigação, apresentando resultados e reflexões derivados do contato direto com 122 jovens rurais que compartilharam suas percepções, histórias e sentimentos.

Assim, a obra não apenas consolida o percurso científico da pesquisa, mas também oferece um olhar sensível e aprofundado sobre o modo como os adolescentes do campo constroem sua identidade, elaboram o sentimento de pertença e definem suas escolhas diante do processo migratório.

Ao ser analisado artigo por artigo, este livro poderá nos revelar linhas norteadoras sobre o que está acontecendo com a juventude rural, indicando caminhos concretos para a formulação de estratégias de intervenção que fortaleçam os vínculos com o campo, promovam o desenvolvimento local e valorizem a dimensão humana da vida rural.

VAMOS CONHECER UM POUCO SOBRE A ÁREA DE ESTUDO

O município possui uma área territorial de 1.760,111 Km², para uma população residente de 178.649 pessoas, sendo 89.440 homens e 94.796 mulheres. O valor médio de rendimento per capita dos domicílios particulares da área rural é de 246,25 reais (1.104,83 reais por situação domiciliar) e do meio urbano de 400,00 reais (2.081,58 reais por situação domiciliar) (IBGE, 2010).

A SEI (2009)³, em seu relatório de Estatísticas dos Municípios Baianos, apresenta que Ilhéus possui em sua área espacial o Parque Estadual da Serra do Conduru, a APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada e a APA da Costa de Itacaré/Serra Grande, além disso, é possível encontrar as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Salto Apepique, Boa União, Helico, Fazenda São João, Mãe da Mata e Fazenda Arte Verde.

Conforme Lei 3983, de setembro de 2018, que delimita e atualiza os limites distritais do município, Inema, Banco Central, Pimenteira, Banco do Pedro, Castelo Novo, Sambaituba, Aritaguá, Japú, Coutos e Olivença, passam a compor os distritos do seu território (Ilhéus, 2018)⁴.

CONHECENDO UM POUCO SOBRE O PÚBLICO-ALVO

Este estudo teve como protagonistas a juventude que vive e constrói sua vida em comunidades rurais do sul da Bahia. Meninos e meninas entre

3 SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2009.

4 ILHÉUS – BA. Lei n. 3983, 27 de setembro de 2018. Altera, atualiza e delimita, com base na Lei Complementar Estadual da Bahia n. 002 de 04 de maio de 1990, a malha distrital do município de Ilhéus. Ilhéus, 27 de setembro de 2018 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Edição n. 239, Caderno I.

13 e 17 anos, cheios de sonhos, inquietações, responsabilidades e, sobretudo, percepções valiosas sobre o lugar onde vivem, sobre seus familiares, e sobre o futuro que esperam ou que desejam transformar.

Ao todo, 122 jovens aceitaram participar deste trabalho, contribuindo com sinceridade e generosidade para a construção de um conhecimento que deseja ser coletivo, útil e transformador.

Mas neste capítulo, não poderia deixar de fazer um agradecimento afetoso e profundo às comunidades que acolheram esta pesquisa com tamanha sensibilidade e disposição. Em todos os locais visitados, fomos recebidos com escuta atenta, respeito mútuo e um desejo genuíno de colaborar, mesmo por parte daqueles que, embora não tenham contato direto com a produção científica, compreendem sua importância e acreditam no poder da informação como ferramenta de mudança.

Cada comunidade tem sua particularidade, sua força e sua história. No Retiro, por exemplo, nossa relação antecede esta pesquisa: remonta a 2013, ainda durante o período de doutoramento. Desde então, foram muitas as visitas e os estudos ali realizados, embora sempre com enfoque nos adultos. Quando surgiu a ideia de olhar com mais atenção para a juventude, foi natural que o Retiro fosse o primeiro destino. A aceitação imediata, através do senhor Ailton - um defensor incansável das causas locais - confirmou o quanto aquele vínculo continua vivo.

Na comunidade da Tibina, a participação também foi efetiva e calorosa. Trata-se de um território com economia diversificada, mas fortemente sustentada pela agricultura familiar, que molda os modos de vida e as relações locais.

Assim como no Retiro e na Tibina, encontramos receptividade nas comunidades da Vila Cachoeira, Frei Vantuy, Vila Porto Seco, APAUT, Assentamento Nova Vitória, Rio do Engenho e Maria Jape. Nomes que representam muito mais do que pontos no mapa: são espaços de vida, memória, trabalho, afeto e resistência. A juventude, presente nesses lugares, que aceitou dialogar conosco: Obrigado!!

Seus relatos, impressões e silêncios ajudaram a revelar como percebem o mundo ao seu redor, como se relacionam com suas famílias, suas comunidades, e quais são suas esperanças diante do porvir. É com humildade que ouvimos essas vozes e com responsabilidade que agora as apresentamos neste livro.

COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi alicerçada na Resolução 466/2012, e ocorreu de junho de 2020 a junho de 2024. Este período, compreendeu apenas a aplicação do instrumento.

Antes de sua aplicação, uma visita prévia foi realizada nas comunidades, para esclarecer as lideranças sobre o que pretendíamos fazer, situações em que, sempre fomos muito bem recepcionados.

No dia da coleta os responsáveis pelos jovens eram visitados e convidados, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deveria ser lido e compreendido, para que decidissem a respeito do seu consentimento na participação do(s) seu(s) filho(s) ou filha(s) na pesquisa. Nesta etapa, a leitura e os esclarecimentos eram fornecidos, levando sempre em conta as peculiaridades do participante da pesquisa e sua privacidade.

O TCLE era lido integralmente e todas as informações complementares foram fornecidas em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura e realidade estudada. O tempo necessário para que o participante da pesquisa pudesse refletir sobre o que foi lido era concedido.

Posteriormente os jovens eram convidados (somente aqueles que receberam a autorização através do TCLE), e recebiam o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que também era lido e explicado. Após o esclarecimento, eles decidiam quanto a sua assinatura. Havendo o Assentimento, iniciávamos a coleta de dados.

ANÁLISE DOS DADOS

Para a apresentação dos dados relacionados às características gerais das comunidades, foi utilizada a Estatística Descritiva, que possibilitará organizar e descrever os dados de forma sistemática.

Formas e estruturas de análise serão abordadas especificamente em cada artigo apresentado.

Boa leitura!

CAPÍTULO 2

SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E A IDENTIDADE DO JOVEM RURAL: ENTRE A TRADIÇÃO E O DESEJO DE MIGRAÇÃO

Dr. Fábio dos Santos Massena
Franciellem Santos da Silva
Leonardo Brito de Santana
Felipe Maikon Santos Sousa
Doi: 10.48209/978-65-5417-577-1

INTRODUÇÃO

O meio rural, tradicionalmente associado à continuidade de práticas herdadas, tem sido redimensionado cada vez mais, por transformações demográficas, econômicas e simbólicas. Nesse contexto, os jovens não apenas aprendem e são influenciados pelos modos de vida de seus pais, mas também reconfiguram suas trajetórias diante de novos horizontes (Alves; Dayrell, 2015).

A noção de campo de possibilidades de Velho (1994) ganha substância a partir de estudos contemporâneos que demonstram como os projetos de vida dos jovens rurais são construídos não apenas com base em condições objetivas, mas também a partir de valores, narrativas e referências simbólicas circulantes.

De acordo com Vesentini e Portela (2016), o êxodo rural não pode ser reduzido a uma simples mudança de espaço, mas envolve transformações mais amplas nas formas de vida e nas perspectivas de futuro das famílias. Essa leitura reforça a ideia de que a juventude rural vivencia um espaço de tensões permanentes entre pertencimento e mobilidade, e que o campo de possibilidades juvenil no espaço rural é dinâmico, construído e negociado continuamente.

Alves e Dayrell (2015) contribuem de forma significativa para essa discussão ao abordarem os projetos de vida de jovens do meio rural a partir de uma abordagem que articula identidade, reconhecimento social e construção de futuro. Para os autores, os projetos juvenis não se limitam às escolhas pro-

fissionais ou educacionais, mas abrangem múltiplas dimensões da vida, que vão desde relações afetivas, vínculos territoriais, aspirações de autonomia até formas de inserção social.

Os projetos de vida, segundo a perspectiva adotada por Alves e Dayrell (2015), são construções intencionais resultantes dos valores internalizados, assim como do conhecimento da realidade concreta vivida por eles. Esse processo é permeado muitas tensões, onde o jovem não apenas deseja e planeja, mas o faz dentro de um sistema que, muitas vezes, impõe limites invisíveis à realização de seus sonhos.

Tais projetos se mostram fundamentais, uma vez que revelam necessidade da construção da identidade e do reconhecimento por ser alguém, por ser visto, respeitado e valorizado socialmente. Elementos que frequentemente estão ausentes na vivência cotidiana da juventude rural.

Ao trazer esses referenciais teóricos para a análise da identidade e do sentimento de pertencimento dos jovens rurais de uma comunidade do sul da Bahia, este estudo se propõe a compreender como esses jovens experienciam, simultaneamente, o enraizamento na terra e a vontade de partir. A investigação se insere na perspectiva de uma educação rural que reconhece os sujeitos em sua pluralidade, acolhendo seus projetos, suas incertezas e seus desejos de transformação.

Dessa forma, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: como os jovens rurais equilibram o sentimento de pertença à comunidade em que vivem com o desejo de migrar para a cidade? Partindo dessa problemática, objetiva-se analisar a forma como esses jovens constroem suas identidades, explorando os fatores que reforçam o apego ao território e aqueles que impulsionam o desejo de sair.

Os objetivos foram alcançados através da metodologia que está detalhada no capítulo 2 deste livro, utilizando especificamente para este artigo as questões relacionadas à percepção dos jovens sobre a possibilidade de uma vida melhor no campo em comparação à cidade, à intenção de permanecer na comunidade nos próximos cinco anos, à visão coletiva sobre o desejo de migrar e à localização predominante de suas redes de amizade.

AS PECULIARIDADES DO CAMPO

A vida no campo apresenta-se como uma experiência social marcada por singularidades que não podem ser reduzidas à lógica urbana. O meio rural, ao contrário da visão histórica que o relegava à condição de atraso ou de resto/sobra do urbano, constitui um espaço dotado de racionalidade própria, onde práticas culturais, econômicas e simbólicas se entrelaçam para estruturar modos de vida específicos (Wanderley, 2009).

Entre os aspectos que conferem tal especificidade, destaca-se a relação direta com a natureza. Os ciclos de produção agrícola, as variações climáticas e as estações do ano organizam não apenas o trabalho, mas também o tempo social das comunidades rurais. Esse vínculo confere ao campo uma temporalidade diferenciada, na qual os ritmos coletivos são mais próximos do ambiente natural do que das lógicas aceleradas da cidade. Abramovay (1998) aponta que essa relação não se limita ao caráter produtivo, mas adquire valor simbólico e identitário, pois a terra representa ao mesmo tempo sustento, herança e pertencimento.

A especificidade do campo também pode ser compreendida pela sua multifuncionalidade contemporânea. Schneider (1994) destaca que o rural não é apenas espaço de produção, mas também de consumo, de lazer, de preservação ambiental e de inovação social. Essa reconfiguração amplia a sua importância, ao mesmo tempo em que redefine as condições de vida e os projetos da juventude rural, cada vez mais exposta às dinâmicas de globalização e às redes comunicacionais.

Outro elemento fundamental é a densidade das relações sociais. O meio rural é caracterizado por forte interdependência entre os indivíduos, sustentada por vínculos de parentais, vizinhança e cooperação. Carneiro (1998) observa que o rural deve ser concebido como espaço multifuncional, em que a produção agropecuária, a reprodução cultural e a vida comunitária não se dissociam. Nesse contexto, práticas de solidariedade e reciprocidade tornam-se mecanismos de organização social, reforçando laços de pertencimento e coesão comunitária.

A especificidade do campo manifesta-se também na transmissão intergeracional de saberes e tradições. O conhecimento sobre o cultivo, o manejo da terra e as práticas culturais é transmitido de geração em geração, garantindo continuidade, mas também colocando em cena dilemas para a juventude. Ao mesmo tempo em que os jovens se reconhecem como herdeiros dessas práticas, deparam-se com pressões externas que valorizam a mobilidade e a inserção em espaços urbanos. Essa tensão evidencia a ambivalência entre permanência e mudança, típica da vivência rural contemporânea.

Outro ponto de destaque é a multifuncionalidade do rural. Além de ser espaço de produção, o campo constitui lugar de preservação ambiental, de reprodução cultural e de inovação social. Wanderley (2009) enfatiza que a ruralidade deve ser compreendida em sua complexidade, articulando tradições históricas e novas demandas sociais. Essa multiplicidade de funções reforça a especificidade do meio rural, distinguindo-o como espaço em que dimensões econômicas, sociais e simbólicas se interpenetram.

Por fim, é preciso compreender que, viver no campo implica experimentar uma sociabilidade marcada pela proximidade. Diferentemente da impessoalidade urbana, as relações rurais tendem a ser mais diretas e personalizadas, com maior controle social e maior visibilidade das condutas individuais. Esse fator contribui para a construção de identidades coletivas mais densas, mas também pode ser percebido pelos jovens como limitação à autonomia individual, alimentando projetos de mobilidade.

Portanto, a especificidade do meio rural não reside apenas em sua função produtiva, mas sobretudo em sua capacidade de articular temporalidades, sociabilidades e tradições próprias. Reconhecer essas singularidades é fundamental para compreender a formação identitária da juventude rural e os dilemas que atravessam seus projetos de futuro, situados entre a permanência no território e o desejo de migrar.

AMBIEVALÊNCIAS DA JUVENTUDE RURAL

A juventude rural, embora compartilhe com outros jovens os mesmos processos universais do desenvolvimento fisiológico, hormonal e psicológico característicos dessa fase, não constitui um grupo homogêneo. O que diferencia sua trajetória é a forma como tais processos são mediados pelo ambiente e pelas relações socioafetivas e parentais.

É nesse entrelaçamento entre as transformações biológicas próprias da juventude e o contexto social em que estão inseridos, que se constroem experiências singulares, capazes de marcar de maneira distinta a vivência dos jovens no campo em relação aos da cidade. Nesse cenário, o sentimento de pertencimento emerge como um eixo estruturante da experiência juvenil, funcionando ao mesmo tempo como fonte de enraizamento e como ponto de tensão diante das aspirações de mobilidade.

A pergunta sobre como os jovens rurais equilibram o sentimento de pertença à comunidade em que vivem, com o desejo de migrar para a cidade, coloca em evidência a identidade juvenil como um processo dinâmico e em constante transformação.

Estudos sobre juventude rural no Brasil indicam que essa categoria não deve ser entendida de forma fixa, mas como resultado de processos sociais em que os significados de “ficar” e “partir” do campo são constantemente disputados, conforme destacam Kummer e Colognese (2013). Ali também há em um cenário marcado por hierarquias, relações de poder, exclusões e, ao mesmo tempo, por formas de autoexpressão e organização coletiva (Castro, 2009).

Essas tensões ficam ainda mais complexas quando se considera que a juventude já é, por si só, um período atravessado por conflitos identitários típicos da transição para a vida adulta. No caso dos jovens rurais, além da busca por autonomia, reconhecimento e definição dos projetos de futuro, somam-se as especificidades do lugar em que vivem: a responsabilidade com a continuidade da terra, a valorização da tradição agrícola e a autoridade familiar.

O contato com o mundo urbano, seja por meio da escola, da mídia ou das migrações temporárias, desperta nos jovens aspirações ligadas à mobilidade social, ao acesso a bens culturais e a novas formas de sociabilidade. Brumer (2007) destaca que, mesmo diante da percepção negativa em relação à violência, à pobreza nas periferias, ao uso e tráfico de drogas e ao individualismo, muitos jovens mantêm um olhar curioso em relação à cidade. Esse interesse se traduz, muitas vezes, no desejo de migrar em busca de oportunidades de trabalho e de qualificação técnica, vistas como complementares e necessárias para uma vida mais plena, inclusive no meio rural.

Compreender a juventude rural, portanto, implica reconhecer que se trata de uma experiência marcada por ambivalências, na qual coexistem elementos de continuidade e mudança, exclusão e pertencimento, mas também possibilidades de reinvenção da própria condição juvenil (Castro, 2009; Martins, 2021).

Nesse contexto, a noção de lugares de memória, formulada por Nora (1993), contribui para refletir sobre as bases simbólicas do pertencimento. A terra, a casa, as festas religiosas, a escola e até os modos de trabalho agrícola funcionam como pontos de ancoragem que reforçam a memória coletiva e a identidade comunitária.

Segundo Santos (2011, p. 14) a identidade está relacionada ao “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. São referências que estruturam o modo como os jovens se reconhecem como parte de uma coletividade, ainda que estejam diante da possibilidade de mobilidade. No entanto, essas referências simbólicas entram em tensão quando os jovens se deparam com a iminente necessidade de tomar decisões sobre seu futuro, muitas vezes resultando no êxodo rural.

O êxodo rural, portanto, não é um fenômeno homogêneo: para alguns jovens, migrar representa ruptura com tradições familiares e comunitárias; para outros, é um caminho estratégico de afirmação pessoal e social. Essa ambivalência evidencia a construção de uma identidade juvenil marcada por incertezas e escolhas constantes, na qual os lugares de memória funcionam como pontos

de referência emocional, cultural e afetiva que ajudam a definir quem são e de onde vêm, mesmo diante da possibilidade de afastamento físico.

Além disso, a mobilidade juvenil intensifica conflitos intergeracionais, pois os valores e expectativas de pais e familiares frequentemente se chocam com as aspirações individuais. A escola e o acesso a novas formas de informação e comunicação, por exemplo, ampliam horizontes e criam outros modos de ver o mundo, tensionando os vínculos tradicionais com o território rural.

Essa tensão é corroborada por Ferreira e Felício (2021) ao afirmarem que de certo modo, a noção de “crescer na vida” é frequentemente associada ao afastamento da própria comunidade, desconsiderando a possibilidade de prosperar a partir das potencialidades do próprio território. O desafio, porém, reside no fato de que a riqueza no campo não decorre apenas da terra em si, mas do trabalho humano que nela se realiza, trabalho que demanda a energia e o protagonismo da juventude.

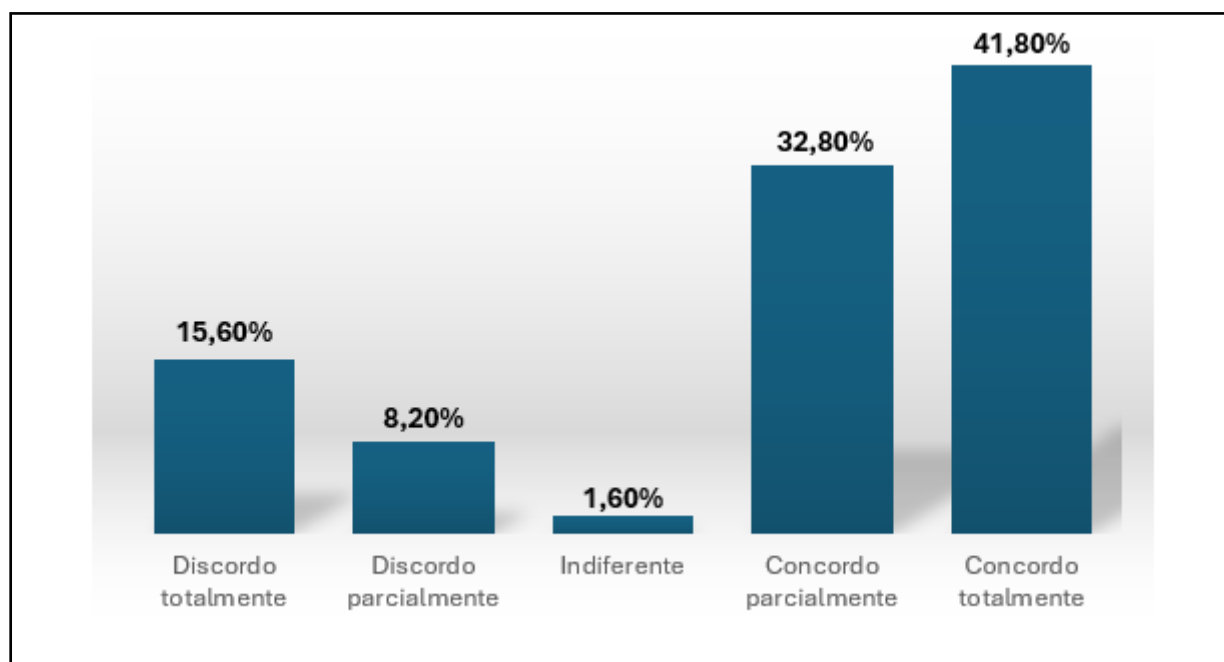
Nesse sentido, o êxodo rural revela-se como um fenômeno que demanda negociação permanente entre continuidade e transformação, entre laços afetivos e ambições pessoais, mostrando que a identidade juvenil no campo não se constrói apenas a partir de lugares físicos, mas também de experiências simbólicas e de projetos de vida em constante elaboração (Nora, 1993).

Assim, ao articular as contribuições desses autores, a questão proposta revela que a identidade juvenil rural não pode ser reduzida a um dilema simples entre ficar ou partir. Trata-se de um movimento identitário em que pertencimento e mobilidade se interpenetram, desafiando interpretações lineares e exigindo uma leitura que considere tanto a força da memória quanto a abertura dos horizontes possíveis.

O QUE PENSAM OS JOVENS RURAIS SUL BAIANOS

Inicialmente, chama atenção o fato de que 74% dos jovens acreditam ser possível ter uma vida melhor na comunidade do que na cidade (Figura 1).

Figura 1: Aqui na comunidade eu posso ter uma vida melhor que na cidade.



Fontes: próprio autor

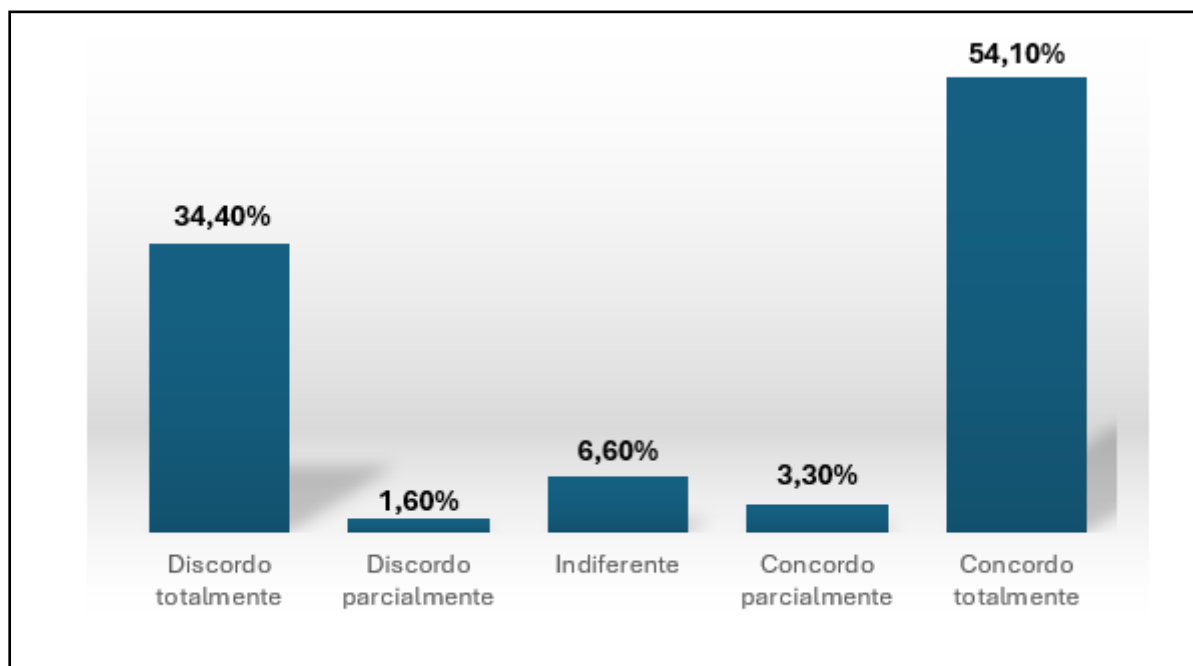
Esse dado contraria o imaginário predominante que associa a cidade às melhores oportunidades, reforçando o que McMillan e Chavis (1986) denominaram de sentimento psicológico de comunidade, composto por cinco dimensões centrais: pertencimento, influência, integração e satisfação de necessidades, além da conexão emocional compartilhada.

Esse sentimento fortalece os vínculos identitários e promove uma percepção positiva da vida comunitária, legitimando a permanência no meio rural como um projeto viável de futuro. Cabe ressaltar que este sentimento é mais prevalente entre jovens entre 13 e 14 anos de idade.

Esse dado dialoga diretamente com a noção de “campo de possibilidades” discutida por Velho (1994) e por Alves e Dayrell (2015), indicando que a permanência na comunidade é vista, por muitos, principalmente entre os mais jovens, não como ausência de opção, mas como uma escolha viável e até desejável.

Por outro lado, ao analisar os dados referentes à intenção de permanecer na comunidade nos próximos cinco anos, observa-se uma divisão importante: 54,1% dos jovens expressam o desejo de ficar, enquanto 36% manifestam intenção de sair (Figura 2).

Figura 2: Pretendo continuar morando na comunidade nos próximos 5 anos



Fontes: próprio autor

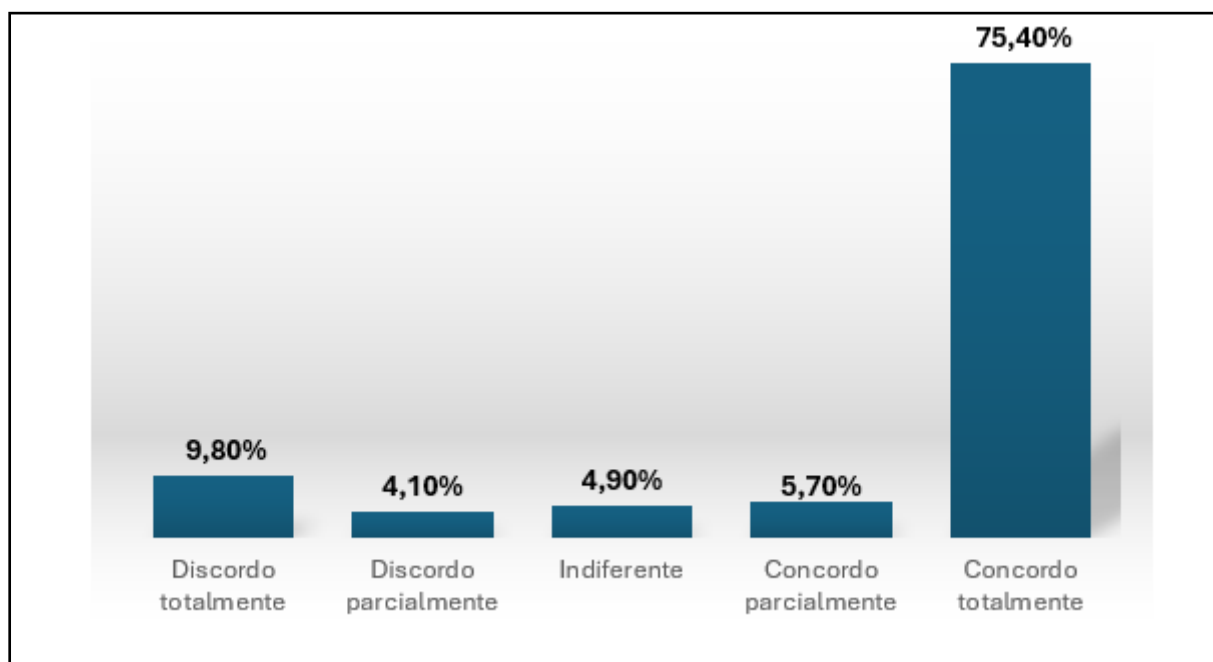
A maioria dos jovens (54,1%) deseja permanecer na comunidade pelos próximos cinco anos. No entanto, um número significativo (36%) discorda totalmente ou parcialmente da ideia de permanecer. Isso revela um cenário ambíguo: há um grupo expressivo que se vê vinculado ao território, mas também uma parcela relevante que manifesta intenção de saída, o que indica que o pertencimento é tensionado por desejos de mobilidade e por expectativas de futuro urbano.

Essa ambivalência pode ser explicada à luz do *Family Stress Model*, proposto por Conger et al. (1994) e aprofundado por Masarik e Conger (2017), segundo o qual dificuldades econômicas aumentam a pressão psicológica sobre as famílias, podendo comprometer o ambiente relacional e afetar diretamente as perspectivas dos jovens.

Em contextos de maior suporte familiar e de valorização do papel do jovem no trabalho agrícola, a permanência tende a ser reforçada, consolidando o sentimento de pertencimento ao local. Em contrapartida, quando há sobrecarga, falta de autonomia, ausência de reconhecimento e, principalmente, falta de estímulo por parte dos pais ou responsáveis, a migração aparece como alternativa.

Outro aspecto relevante é a discrepância que se observa entre as decisões individuais, expressas na figura 2 e a percepção sobre o outro, apresentada na figura 3. Ao mesmo tempo em que parte significativa dos jovens diz projetar seu futuro no território (57%), emitem a opinião sobre o outro, afirmando em 75,4 % dos casos, que acreditam que, de modo geral, os jovens desejam sair da comunidade. Esse dado sugere a interiorização de narrativas sociais que associam a mobilidade urbana ao sucesso e à ascensão social.

Figura 3: Os jovens em sua maioria, querem sair da comunidade



Fontes: próprio autor

No contexto desta pesquisa, é possível compreender que, ao afirmarem o que pensam em relação ao desejo dos outros jovens em relação à saída do meio rural, os próprios entrevistados revelam, de forma inconsciente, seus próprios anseios e percepções.

Segundo McWilliams (1994) esse fenômeno pode ser compreendido à luz do conceito de projeção, definido como o processo mental pelo qual indivíduos atribuem a outras pessoas conteúdos que, na realidade, pertencem à sua própria mente. Esse mecanismo foi introduzido na psicologia por Sigmund Freud (1856-1939), que adaptou o termo da neurologia, onde “projeção” designava a capacidade dos neurônios de transmitir estímulos de um nível do sistema nervoso a outro, como no caso da retina que se projeta no córtex occipital.

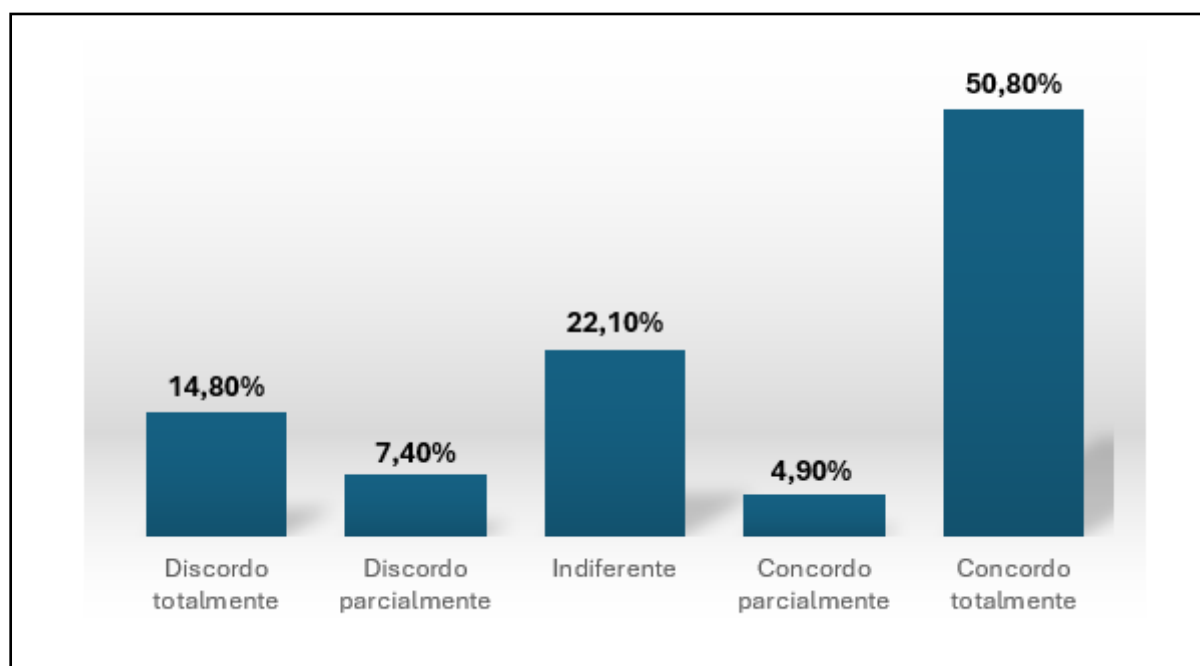
O mesmo autor destaca que, em termos psicológicos, a projeção mantém o sentido de ver a si mesmo no outro: aquilo que é interno passa a ser percebido como externo. Assim, ao julgar ou interpretar o comportamento alheio, a pessoa, na verdade, expressa elementos de sua própria vida psíquica.

Esse resultado sugere uma tensão entre o desejo individual e a percepção coletiva. Mesmo que alguns desejem ficar, a leitura geral do grupo é que “sair é o caminho esperado”. Essa dicotomia reforça a importância de se compreender o jovem rural não apenas como um agente de tradição, mas como alguém que negocia sua identidade no lugar da permanência e do movimento.

Essa dinâmica identitária não se constrói apenas no plano subjetivo, mas também se materializa nas redes de sociabilidade que os jovens estabelecem. A intensidade e a direção desses vínculos, se voltados majoritariamente para dentro da comunidade ou para fora dela, podem revelar muito sobre seus projetos de vida e sobre o modo como equilibram pertencimento e desejo de mobilidade.

Nesse sentido, a análise sobre onde se concentram suas amizades (Figura 4) torna-se um indicador revelador, permitindo compreender se a base relacional da juventude rural se ancora mais no espaço comunitário ou nas conexões externas que projetam a possibilidade da migração.

Figura 4: A maioria dos meus amigos são da comunidade.



Fontes: próprio autor

Observa-se que mais da metade dos entrevistados (50,8%) concorda totalmente que a maioria dos seus amigos está na comunidade, indicando que os laços sociais locais seguem fortes. Esse vínculo pode estar relacionado a um sentimento de pertencimento, essencial para a formação da identidade juvenil, como apontado por Dayrell (1999).

No entanto, o fato de 22,1% se colocarem como indiferentes e quase 22% discordarem (respostas 0 e 1), sinaliza uma possível fragilidade ou deslocamento afetivo em parte dos jovens, o que pode estar relacionado ao desejo de migrar ou à valorização de vínculos externos, por redes sociais, escolas urbanas ou outras vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de migrar, comum entre os jovens pesquisados, não se apresenta como uma simples rejeição ao rural, mas como parte de um campo de possibilidades onde diferentes futuros são imaginados e projetados. Trata-se de uma escolha atravessada por condições objetivas, como acesso à educação, mobilidade ou trabalho; e subjetivas, como o desejo de reconhecimento, liberdade ou realização pessoal.

Os resultados evidenciam um quadro complexo de tensão entre o sentimento de pertencimento ao meio rural e as pressões simbólicas e práticas que impulsionam os jovens à migração.

Assim, a especificidade do meio rural revela-se em um modo de vida singular, tecido pela relação direta com a terra, pela força das redes comunitárias e pela transmissão de saberes e tradições entre gerações. Essa singularidade, contudo, não deve ser confundida com imobilidade: o rural contemporâneo é dinâmico, multifuncional e capaz de articular produção, cultura, preservação ambiental e novas formas de sociabilidade.

Para a juventude, esse cenário se mostra ambíguo e desafiador. Se, por um lado, a tradição reforça vínculos de pertencimento e continuidade, por outro, pode ser sentida como um limite às aspirações de autonomia e mobilidade. Reconhecer e interpretar essas tensões torna-se essencial, pois é nelas que se

delineiam os projetos de vida dos jovens no campo e se compreende, em profundidade, o sentido de sua permanência ou de sua partida.

De forma geral, a análise dos resultados evidencia que o jovem rural vive entre dois vetores contraditórios: de um lado, o fortalecimento dos laços familiares, comunitários e afetivos, que sustentam o desejo de permanecer; de outro, a pressão cultural e social para migrar, em busca de reconhecimento e oportunidades.

Essa tensão demonstra que as escolhas não podem ser compreendidas apenas em termos econômicos, mas também psicológicos e relacionais, sendo resultado de um campo de possibilidades atravessado por valores, identidades e aspirações.

A reflexão que este estudo suscita é a de que o futuro do rural brasileiro, da agricultura familiar e, conseqüentemente, da segurança alimentar do país, depende da valorização concreta de seus jovens como herdeiros e protagonistas dessa atividade essencial.

Não se trata de reforçar políticas meramente assistencialistas ou de lembrar da juventude rural (e sua família) apenas em períodos eleitorais, mas de garantir condições reais para que esses sujeitos possam permanecer no campo com dignidade, autonomia e independência financeira.

Ao invés de serem vistos como destinatários passivos de benefícios, os jovens rurais precisam ser reconhecidos como agentes de inovação e de continuidade, capazes de assegurar que o alimento chegue todos os dias à mesa de milhões de brasileiros, inclusive à daqueles que deveriam assumir a responsabilidade de lhes proporcionar oportunidades efetivas de prosperidade e permanência no território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015021851>. Acesso em: 10 jun. 2025.

- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, jan./jun. 2009.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). Mundo rural e política. **Ensaio interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.
- CONGER, R. D.; Ge, X., ELDER, G. H. Jr.; LORENZ, F. O.; SIMONS, R. L. Economic stress, coercive family process, and developmental problems of adolescents. **Child Development**, v. 65, n. 2, p. 541-561, 1994.
- DAYRELL, J. T. Juventude, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 30, p. 25-38, dez. 1999.
- FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca: Teia dos Povos, 2021. 178 p.
- KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.
- MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>.
- MASARIK, A.; CONGER, Rand D. Stress and child development: a review of the Family Stress Model. **Current Opinion in Psychology**, v. 13, p. 85-90, 2017.
- MCMILLAN, D. W.; CHAVIS, David M. Sense of community: a definition and theory. **Journal of Community Psychology**, v. 14, n. 1, p. 6-23, 1986.
- McWILLIAMS, N. Psychoanalytic Diagnosis: Understanding Personality Structure in the Clinical Process. **APA PsycNet**, 1994.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-28, dez. 1993.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. cap. 1, p. 13-21.

SCHNEIDER, I. **Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. Indicadores Econômicos.** Porto Alegre: FEE, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 140 p.

VESENTINI, José William; PORTELA, Fernando. **Êxodo rural e urbanização.** 17 ed. São Paulo: Ática, 2016. 72 p.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES FAMILIARES E REDES DE APOIO ENTRE JOVENS RURAIS: AFETOS, CONFLITOS E SENTIDO DE PERTENCIMENTO

Dr. Fábio dos Santos Massena
Gilson Oliveira Santos
Felipe Maikon Santos Sousa
Doi: 10.48209/978-65-5417-577-2

INTRODUÇÃO

A vida no campo é marcada por tradições, afetos e vínculos que atravessam gerações. No entanto, também carrega conflitos silenciosos que impactam o futuro dos jovens rurais. A família, nesse contexto, não é apenas o núcleo de socialização primária: ela se torna a base para a construção de sonhos, escolhas profissionais e decisões sobre permanecer ou não na agricultura. Compreender como os jovens percebem esses vínculos é essencial para repensar estratégias de sucessão rural e fortalecimento da agricultura familiar.

Neste estudo, buscou-se analisar como as relações familiares e as redes de apoio moldam os afetos e os conflitos vividos pelos jovens.

A pesquisa foi realizada com 122 jovens rurais, por meio de questionário estruturado. Neste artigo, foram analisadas as questões referentes as relações de afeto e confiança e sua rede de apoio na realização de sonhos. Os dados foram tratados estatisticamente por frequências e percentuais, permitindo identificar padrões de afeto, conflito e apoio parental.

A FAMÍLIA COMO SISTEMA RELACIONAL E ESPAÇO DE DIFERENCIAÇÃO DO SELF

A família constitui o primeiro e mais duradouro sistema de pertencimento do ser humano, onde se tecem os vínculos afetivos, as normas de convivência e as referências que moldam o modo de ser e de estar no mundo. Na perspectiva

sistêmica, proposta por Minuchin e Fishman (2003), a família é compreendida como um sistema relacional complexo, aberto à influência do meio, que busca constantemente manter o equilíbrio entre coesão e autonomia. Essa concepção rompe com as visões reducionistas de família e propõe analisá-la como um organismo vivo, dinâmico e em permanente transformação, onde o comportamento de um membro afeta o funcionamento do todo.

No contexto rural, a família assume uma função ainda mais abrangente: além de espaço afetivo, é também núcleo econômico, educativo e simbólico, estruturando o cotidiano e o sentido de identidade dos indivíduos (Carneiro, 1998; Brumer, 2006).

A convivência intergeracional e o trabalho conjunto no espaço da propriedade familiar criam um tipo particular de laço, que combina amor, obrigação e interdependência. Essa interpenetração de dimensões, afetiva, produtiva e simbólica, torna a família rural um laboratório privilegiado para a compreensão dos processos psicológicos de pertencimento, individuação e diferenciação.

Segundo Bowen (1991), a diferenciação do *Self* corresponde à capacidade de um indivíduo manter sua autonomia emocional e intelectual dentro do sistema familiar, sem romper os laços afetivos que o sustentam. Trata-se de um equilíbrio delicado entre o “eu” e o “nós”, no qual o sujeito aprende a pensar por si mesmo sem negar o pertencimento à família. A baixa diferenciação se manifesta em padrões de dependência, submissão ou afastamento; a diferenciação elevada, por sua vez, traduz maturidade emocional e a possibilidade de relações mais livres e equilibradas.

Essa perspectiva é particularmente útil para compreender o comportamento de jovens do meio rural, que vivem simultaneamente a necessidade de afirmação pessoal e a pressão para dar continuidade à história familiar.

Em famílias rurais, o processo de diferenciação do *Self* tende a ser mais desafiador, pois as fronteiras entre vida privada e trabalho são tênues, e a estrutura hierárquica é, muitas vezes, rígida. Os papéis de gênero e geração são marcados por expectativas históricas e simbólicas que definem o lugar de cada membro no grupo (Brumer, 2006).

Ainda que as transformações sociais tenham ampliado o acesso à educação e às tecnologias, muitos jovens continuam a vivenciar conflitos relacionados à autoridade, à tomada de decisões e à ausência de espaço para expressar seus próprios projetos de vida (Stropasolas, 2006; Boessio; Doula, 2016).

Nessa realidade, o diálogo intergeracional se torna uma dimensão central do equilíbrio familiar. Quando o jovem é ouvido, reconhecido e incluído nos processos decisórios da propriedade, fortalece-se sua autoeficácia e senso de pertencimento (Alves; Dayrell, 2015).

Por outro lado, quando predomina a comunicação vertical, marcada pela autoridade e pela negação de novas ideias, surgem tensões que podem levar ao afastamento físico ou simbólico.

A migração, muitas vezes, é resultado não apenas da busca por oportunidades econômicas, mas da necessidade de romper padrões de controle e de ausência de escuta, uma tentativa de individuação diante de sistemas familiares excessivamente fusionais.

Os estudos de Carneiro (1998) e Brumer (2006) evidenciam que a família rural contemporânea vem passando por um processo de redefinição de papéis. As mulheres, por exemplo, assumem cada vez mais funções produtivas e de gestão, mas ainda enfrentam resistências em sua legitimação como sucessoras.

Stropasolas (2006) reforça essa desigualdade ao mostrar que, nas representações sociais da juventude rural, a permanência feminina no campo está condicionada ao casamento e à reprodução de papéis tradicionais, enquanto a masculina é associada à continuidade da propriedade. Tais dinâmicas demonstram que o pertencimento familiar é mediado por relações de poder e reconhecimento, e que a diferenciação do *Self* também passa pela superação de barreiras de gênero.

Nesse cenário, a família rural é mais do que um espaço de afetos: é também uma instituição social que regula a circulação de saberes, valores e recursos simbólicos. O que está em jogo, portanto, é a forma como cada geração interpreta o sentido de “ser da terra” e de “viver do campo”.

A transmissão intergeracional de valores e práticas, o que Bowen chama de legado emocional, influencia diretamente a maneira como os jovens constro-

em sua identidade e percebem seu futuro. A ruptura desse legado, quando não mediada por diálogo e reconhecimento, tende a produzir sofrimento psíquico, sentimento de desencaixe e desejo de migração.

Do ponto de vista da Psicologia Comunitária, a família é o primeiro espaço de socialização e pertencimento, mas também um microcosmo das relações comunitárias mais amplas (Gomes, 1999; Scarparo; Guareschi, 2007).

O sentimento de vínculo, cuidado e corresponsabilidade, experimentado no seio familiar, é a base sobre a qual se constroem as redes de apoio e solidariedade na comunidade. Quando o ambiente doméstico se caracteriza por afeto, reciprocidade e abertura, o jovem tende a reproduzir essas mesmas dinâmicas no coletivo. Já os contextos familiares marcados por violência simbólica, autoritarismo ou negação do diálogo tendem a gerar vínculos comunitários frágeis e individualistas.

A psicologia, portanto, oferece instrumentos para compreender como as dinâmicas emocionais familiares e comunitárias se entrelaçam nas formas de viver e resistir no meio rural. Como observam Dantas et al. (2018), a leitura psicológica do rural deve ultrapassar o enfoque na carência e reconhecer os recursos subjetivos, simbólicos e coletivos mobilizados pelas famílias para enfrentar adversidades. Nesse contexto, autores da psicologia comunitária ressaltam que a afetividade e o sentimento de pertença atuam como forças de coesão social e preservação identitária (Sarriera; Montero, 2010; Dimenstein, 2013).

Assim, compreender a família como sistema relacional e emocional implica reconhecer que os conflitos familiares não são apenas crises privadas, mas expressões das tensões sociais, culturais e econômicas que atravessam a vida rural.

O desafio contemporâneo é construir um modelo de convivência em que a família seja simultaneamente espaço de segurança emocional e de emancipação subjetiva, permitindo que o jovem desenvolva autonomia sem romper com os vínculos que o sustentam.

Nessa medida, a diferenciação do *Self* deixa de ser um processo individual e se torna um ato comunitário, enraizado na história, no território e nas relações de afeto que constituem o modo de vida rural.

PERTENCIMENTO, AFETIVIDADE E TOPOFILIA: O ENRAIZAMENTO COMO FORMA DE IDENTIDADE

O sentimento de pertencimento é uma das dimensões mais profundas da experiência humana e constitui um eixo central para compreender o comportamento social e as formas de identidade coletiva. Do ponto de vista psicológico, pertencer significa reconhecer-se como parte de algo maior que si mesmo, seja um grupo, uma comunidade ou um território. Esse sentimento, conforme assinala Freitas (2008), envolve a articulação entre afetividade, memória e compromisso, tornando-se um elemento estruturante da subjetividade e das relações sociais.

No contexto rural, o pertencimento assume um caráter singular, pois se entrelaça à história, à paisagem e à herança cultural de cada comunidade. O campo não é apenas o espaço da produção agrícola, mas um território simbólico, carregado de significados afetivos e espirituais (Carneiro, 1998).

A convivência cotidiana, o trabalho coletivo e as práticas tradicionais reforçam a sensação de continuidade e enraizamento. Quando esse vínculo se enfraquece, por fatores como a precarização do trabalho, a desvalorização da agricultura ou o avanço das tecnologias urbanas, instala-se um sentimento de desencaixe, que frequentemente antecede os processos de migração (Stropasolas, 2006; Boessio; Doula, 2016).

Na perspectiva da Psicologia Comunitária, o pertencimento é também uma força política e emancipatória. Autores como Scarparo e Guareschi (2007) e Gomes (1999) destacam que o sentimento de pertencimento emerge da interdependência e da participação ativa dos sujeitos na vida comunitária. Pertencer é, portanto, mais do que sentir-se incluído: é ter voz e reconhecimento nas decisões coletivas. Essa leitura é especialmente relevante para o estudo das juventudes rurais, frequentemente marcadas pela invisibilidade social e pela sensação de não serem ouvidas nas decisões familiares ou institucionais (Puntel; Paiva; Ramos, 2011).

O sentimento de pertencimento é complementado pelo conceito de toponímia, cunhado por Tuan (1980) e amplamente desenvolvido na Psicologia Ambiental contemporânea. Tuan descreve a toponímia como o elo afetivo entre pessoa e lugar, construído a partir das experiências vividas e das lembranças compartilhadas. Esse vínculo não é apenas estético ou geográfico, mas simbólico, um tipo de amor ao espaço que acolhe e dá sentido à existência.

No caso das comunidades rurais, a toponímia manifesta-se em gestos simples, como o cuidado com a terra, o apego à casa de família ou a preservação de rituais comunitários.

Pesquisas brasileiras reforçam a pertinência desse conceito no meio rural. Felipe e Kuhnen (2012), ao analisarem o apego ao lugar, demonstram que a identificação com o território está diretamente ligada à satisfação com a vida, ao apoio social e à identidade coletiva. Essa ligação entre espaço e emoção, entre o “lugar físico” e o “lugar simbólico”, contribui para a estabilidade psicológica e para o sentimento de continuidade histórica. Quando o lugar é percebido como significativo, ele se torna uma extensão da própria identidade: “estar na terra” é também “ser da terra”.

Dantas et al. (2018) argumentam que compreender os contextos rurais exige ultrapassar leituras que os definem pela carência e reconhecer os recursos subjetivos e coletivos que emergem das relações cotidianas. Essa perspectiva aproxima-se da noção de território como espaço vivido, no qual se entrelaçam dimensões afetivas, simbólicas e históricas. Nessa linha, autores como Haesbaert (2014) e Dimenstein (2013) ressaltam que o território rural é também um espaço de pertencimento e memória, capaz de sustentar o bem-estar psicossocial das comunidades.

A ruptura desses laços, seja pela migração, pela mecanização do trabalho ou pela perda de vínculos de solidariedade, gera o que Tuan (1980) chamou de “desenraizamento afetivo”, uma sensação de deslocamento que repercute na autoestima e na identidade.

A afetividade é, portanto, o cimento invisível que une pessoas e lugares. Ela se expressa em laços interpessoais, na memória das paisagens e nos rituais cotidianos que reafirmam a continuidade entre passado, presente e futuro.

O trabalho de Jerônimo e Gonçalves (2008) demonstra que o processo de apropriação do espaço é simultaneamente objetivo e subjetivo: ao ocupar e cuidar de um lugar, o sujeito se reconhece como parte dele e, por extensão, reconhece a si mesmo. Essa apropriação simbólica é essencial à construção de identidades comunitárias resistentes, especialmente em contextos rurais sujeitos à fragmentação e ao êxodo.

Os jovens rurais, nesse contexto, vivenciam uma experiência ambígua. De um lado, a família e o território oferecem segurança, reconhecimento e pertencimento; de outro, o mundo urbano representa liberdade, autonomia e novas possibilidades de vida.

A literatura sobre juventude rural (Alves; Dayrell, 2015; Boessio; Doula, 2016; Brumer, 2006) demonstra que o dilema entre “ficar ou partir” é, antes de tudo, emocional e simbólico, traduzindo uma tensão entre enraizamento e mobilidade. Quando os vínculos afetivos e o reconhecimento social se mantêm fortes, o jovem tende a permanecer e investir no campo; quando esses elementos se enfraquecem, o campo deixa de ser um espaço de vida e passa a ser apenas o cenário da sobrevivência.

Além de elemento psicológico, o pertencimento é também um indicador de saúde comunitária. O estudo de Amaro (2007) sobre o sentimento psicológico de comunidade mostra que quanto maior a percepção de integração e apoio, menores são os índices de isolamento e sofrimento psíquico. No meio rural, isso significa que as redes de solidariedade, familiares, religiosas, produtivas e cooperativas, funcionam como mecanismos de proteção emocional, especialmente diante das incertezas econômicas e das pressões para migrar.

Assim, compreender o pertencimento e a topofilia em comunidades rurais é compreender o modo como os sujeitos produzem sentido e constroem sua própria identidade. O enraizamento não é um dado natural, mas uma construção simbólica e afetiva que se renova a cada geração.

Nesse processo, a família, a terra e a comunidade formam um triângulo de sustentação: o jovem que se sente parte dessa tríade encontra segurança emocional para projetar o futuro sem precisar romper com suas origens.

A psicologia, ao reconhecer esse entrelaçamento entre afeto, espaço e identidade, oferece instrumentos para fortalecer práticas de cuidado, educação e extensão rural que respeitem o vínculo entre o ser humano e o território que o abriga.

JUVENTUDE RURAL, REDES DE APOIO E O PAPEL DAS RELAÇÕES FAMILIARES

A juventude rural contemporânea se constitui em meio a transformações profundas na agricultura, na educação e na própria estrutura das comunidades. Ser jovem no campo implica transitar entre valores tradicionais e novas perspectivas de vida, enfrentando desafios ligados à sucessão familiar, à busca de autonomia e à construção de sentido no território.

Essa condição, marcada pela tensão entre permanecer e partir, exige compreender não apenas o indivíduo e sua família, mas também as redes de apoio social e comunitário que o sustentam (Alves; Dayrell, 2015; Boessio; Doula, 2016).

As redes de apoio são teias de relações que oferecem recursos emocionais, instrumentais e simbólicos, permitindo aos indivíduos enfrentarem situações de vulnerabilidade e fortalecer o sentimento de pertencimento (Amaro, 2007; Gomes, 1999).

No meio rural, essas redes assumem características particulares, pois a sociabilidade se constrói a partir de laços de confiança e reciprocidade que ultrapassam os vínculos formais. A família é o núcleo de origem dessa rede, mas não o seu limite. É dentro dela que se aprendem os valores da solidariedade e da corresponsabilidade, que depois se estendem ao coletivo.

Contudo, quando as famílias enfrentam processos de desagregação, seja por dificuldades econômicas, pela migração de membros ou por conflitos geracionais, o papel das redes comunitárias torna-se ainda mais relevante, compensando a ausência de suporte intrafamiliar (Alves; Dayrell, 2015).

Pesquisas realizadas em diferentes regiões do país (Stropasolas, 2006; Brumer, 2006; Boessio; Doula, 2016) mostram que as redes de apoio são determinantes na decisão de permanência ou saída do campo. Jovens que encontram

suporte emocional e reconhecimento em suas comunidades desenvolvem projetos de vida vinculados à agricultura familiar, à educação rural e às atividades coletivas; aqueles que se percebem isolados ou desvalorizados tendem a buscar fora do campo o espaço de pertencimento e identidade que não encontram localmente.

Essa constatação evidencia que as redes de apoio são também redes de sentido, responsáveis por oferecer ao jovem rural não apenas ajuda material, mas a certeza de que sua existência tem valor para o grupo.

A literatura sociológica e psicológica converge ao reconhecer que a rede de apoio familiar exerce influência decisiva sobre a formação do *Self* e a construção da autonomia (Bowen, 1991; Minuchin; Fishman, 2003).

Scarparo e Guareschi (2007) destacam que o fortalecimento das redes comunitárias e a ampliação dos espaços de participação social são essenciais para a emancipação dos sujeitos e o exercício da cidadania. Essas redes, formadas por diferentes atores locais, como instituições educativas, associações e grupos comunitários, promovem o sentimento de pertencimento e o compromisso coletivo com o território.

Esses espaços funcionam como instâncias de socialização e empoderamento, favorecendo a expressão da subjetividade e o exercício da cidadania. Quando a comunidade oferece oportunidades de participação e reconhecimento, a família se fortalece; quando o contexto comunitário é fragilizado, a família tende a sobrecarregar-se emocionalmente, restringindo a autonomia dos jovens.

No caso da juventude rural, as redes de apoio funcionam como zonas de mediação entre o privado e o público, entre a tradição familiar e o mundo social mais amplo. É nesse espaço intermediário que os jovens aprendem a negociar valores, a lidar com as contradições da vida moderna e a construir novos sentidos para sua permanência no campo.

Estudos como o de Tonezer, Corona e Ceratti (2022), destacam que o vínculo afetivo e identitário que os jovens constroem com o lugar onde vivem ultrapassa a dimensão produtiva e assume um sentido simbólico de pertencimento. Esse apego ao território rural fortalece o sentimento de continuidade e contribui para que a permanência no campo seja percebida não apenas como

uma escolha econômica, mas como uma forma de afirmar raízes, valores e modos de vida associados à agricultura familiar.

As redes de apoio também cumprem uma função emocional e simbólica: proporcionam acolhimento, escuta e reconhecimento, elementos indispensáveis à saúde mental e à coesão social.

Amaro (2007) define o sentimento psicológico de comunidade como a percepção de interconexão entre os membros de um grupo, fundada em quatro dimensões: pertencimento, influência mútua, integração e laços emocionais compartilhados. Quando essas dimensões estão presentes, as pessoas experimentam segurança e confiança; quando estão ausentes, emergem sentimentos de desamparo e fragmentação. No meio rural, essa percepção é decisiva para que o jovem se veja como parte de uma coletividade que o reconhece e o apoia.

Outro aspecto relevante é o papel das instituições educativas e cooperativas como articuladoras das redes de apoio. A escola rural, quando valorizada como espaço de convivência e não apenas de instrução, contribui para o fortalecimento da identidade e da autoestima dos jovens (Breitenbach; Maschio, 2016).

Já as cooperativas e associações produtivas atuam como extensões da família ampliada, promovendo o senso de solidariedade e corresponsabilidade, além de oferecerem experiências de participação democrática que consolidam a autonomia juvenil (Carneiro, 1998; Brumer, 2006). Essas instâncias coletivas funcionam como pontes entre o afetivo e o político, permitindo que o jovem se reconheça como agente de transformação do território.

Assim, o conceito de rede de apoio, quando aplicado à juventude rural, ultrapassa o campo da assistência e assume uma dimensão estruturante da identidade e da saúde comunitária. A força dessas redes reside na capacidade de conectar os níveis micro (família), meso (comunidade) e macro (instituições e políticas públicas) em torno de valores compartilhados de solidariedade, pertencimento e cuidado. A ausência dessas conexões tende a gerar rupturas emocionais e migratórias; sua presença, por outro lado, favorece o florescimento de trajetórias enraizadas e cooperativas, em que a permanência no campo é vivida não como limitação, mas como escolha consciente e digna.

Compreender a juventude rural sob essa ótica é compreender que as relações familiares e comunitárias não são apenas estruturas de convivência, mas espaços de produção de sentido e de identidade coletiva. A partir dessa rede de afetos e apoios mútuos, o jovem encontra condições psicológicas e sociais para enfrentar os desafios da modernidade sem perder o vínculo com suas origens. É nesse entrelaçamento entre família, comunidade e território que se revela o verdadeiro potencial das redes de apoio: transformar o pertencimento em potência de permanência.

ENTRE AFETOS E CONFLITOS: O QUE REVELAM AS VOZES DA JUVENTUDE RURAL

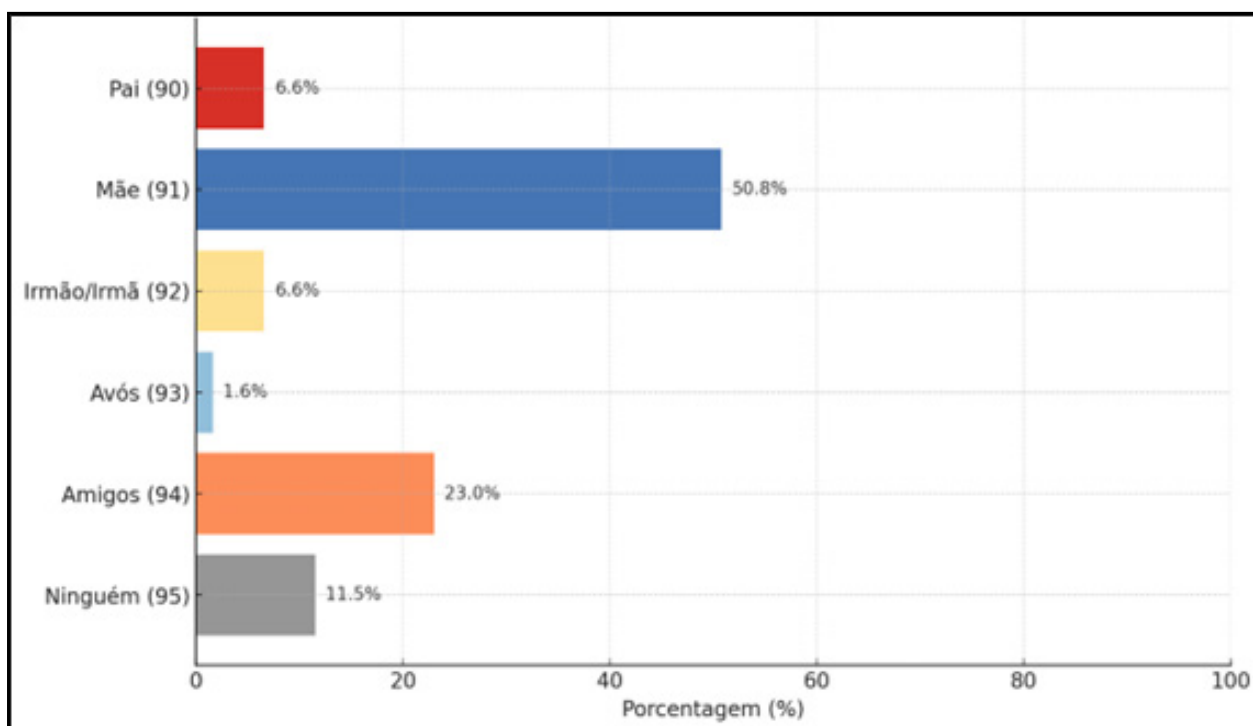
A escolha de com quem partilhar a vida cotidiana, os segredos e as inquietações revelam muito sobre as dinâmicas afetivas e sociais em que os jovens estão inseridos.

Em comunidades rurais, onde os laços familiares e comunitários tendem a ser mais próximos e visíveis, as respostas dadas por esses adolescentes e jovens, apontam para uma clara hierarquia de confiança e identificação.

A Figura 1 evidencia a distribuição das respostas dos 122 jovens rurais à pergunta “*Com quem você tem mais afinidade?*”. Os resultados demonstram que a mãe (50,8%) é a principal figura de referência afetiva, seguida por amigos (23,0%), ninguém (11,5%), pai (6,6%) e irmãos/irmãs (6,6%). Esses percentuais revelam um núcleo emocional fortemente materno, no qual a figura da mãe ocupa o papel de mediação afetiva, escuta e confiança dentro das relações familiares.

Esses resultados confirmam o lugar central da mãe como foco de apoio emocional no cotidiano dos jovens estudados e indicam que, ainda que a família extensa e os pares tenham papel, a escuta materna se destaca.

Figura 1 – Quando você precisa falar sobre a sua vida, sobre suas tristezas, alegrias, sonhos irritações e qualquer outro sentimento, com quem você prefere conversar?



Fonte: dados da pesquisa

A grande maioria dos jovens elege a mãe como sua principal referência. Os motivos, expressos em suas próprias palavras, destacam uma combinação de compreensão, apoio incondicional e discrição. Frases como “É a única pessoa que me entende” e “Ela que ajuda, porque elas guardam os nossos segredos” vão além de descrever uma função; elas delineiam um papel afetivo crucial.

A mãe é percebida como a base sólida, “Minha base em tudo o que preciso”, e o “Meu porto seguro, posso confiar nela para tudo”. Essas falas não só reforçam o vínculo maternal, mas também sugerem que, nesse contexto, a mãe cumpre um papel de mediadora entre o jovem e o mundo, oferecendo um espaço seguro onde vulnerabilidades podem ser expostas sem julgamento.

Essa predominância materna é recorrente nas pesquisas sobre juventude rural e estrutura familiar. Brumer (2006), ao analisar o trabalho e as relações de gênero na agricultura familiar, destaca que as mulheres, historicamente relegadas ao espaço doméstico, assumem papel central na transmissão de valores, manutenção dos laços e sustentação emocional da família. De modo semelhante, Stropasolas (2006) observa que as mães rurais são as principais responsáveis

pela coesão intergeracional, mediando as tensões entre o ideal de permanência e o desejo de autonomia dos filhos.

A presença de 23% de afinidade com amigos reforça a importância das relações extrafamiliares como espaços de reconhecimento e troca, sobretudo entre jovens que enfrentam contextos de “isolamento” geográfico.

O comentário “Porque estão na mesma fase que eu” sintetiza a noção de que os amigos compreendem os desafios e sentimentos da juventude de uma forma que os adultos, por vezes, não conseguem. Isso facilita o desabafo, como explicitado em “Porque eu acho mais fácil desabafar com os amigos”.

A sensação de liberdade e de ser ouvido também é um fator determinante: “Tenho mais liberdade, eles entendem a gente e me ouvem mais”. Nesse espaço de cumplicidade, os jovens encontram um terreno para a construção de sua identidade, longe, em alguns casos, do olhar avaliativo da família.

Estudos sobre juventude rural apontam que os laços de amizade, muitas vezes construídos na escola ou em grupos religiosos, funcionam como pontes de socialização e experimentação identitária, complementando o suporte familiar (Alves; Dayrell, 2015; Boessio; Doula, 2016).

A afinidade com o pai e com irmãos, embora menos frequente, aparece fundamentada na qualidade da convivência e no diálogo. Declarações como “tenho mais afinidade com ele” (referindo-se ao pai) e “porque nós sempre conversamos sobre nossa vida” (sobre irmãos) indicam que a proximidade não é automática, mas construída através da interação e da confiança mútua.

Estes relacionamentos mostram que, quando há abertura para a conversa, mesmo figuras tradicionalmente mais distantes no cenário emocional podem se tornar significativas.

A menção aos avós e a outros familiares é mais discreta, geralmente associada ao convívio cotidiano e a uma relação positiva, mas que não atinge o mesmo nível de intimidade. Expressões como “por conta do convívio” e “a relação com os dois é muito boa” sugerem em um afeto difuso e respeitoso, mas que pode não incluir a profundidade de confidências observada na relação com a mãe ou com os amigos.

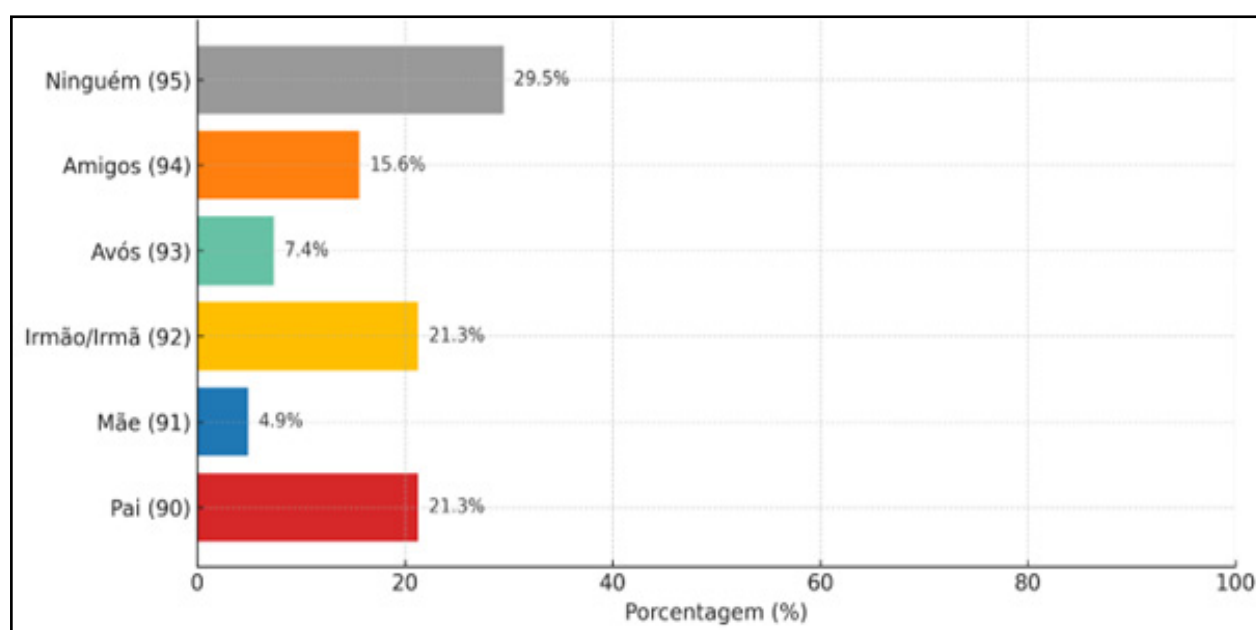
A categoria “ninguém” (11,5%) merece atenção especial. Embora minoritária, ela sinaliza experiências de solidão emocional e possível fragilidade nas redes de escuta.

Em síntese, os dados demonstram que a afetividade dos jovens rurais está estruturada em torno de uma matriz materna e comunitária, onde a mãe é o principal elo de sustentação emocional, enquanto os amigos representam o primeiro movimento em direção à autonomia. Esse equilíbrio entre o afeto que enraíza e o vínculo que liberta é o núcleo simbólico da vivência rural contemporânea, um espaço onde o cuidado, a confiança e o desejo de autoafirmação coexistem e se tensionam.

Assim como a afinidade revela os portos seguros dos jovens, a identificação de com quem têm mais problemas de convivência expõe as fraturas em seus relacionamentos mais próximos.

A Figura 2 apresenta a distribuição das respostas à questão “*Com quem você tem mais problemas em relação à convivência?*”. Os dados mostram que 29,5% dos jovens afirmaram não ter conflitos significativos (“ninguém”), enquanto 21,3% apontaram o pai, o mesmo percentual (21,3%) atribuído aos irmãos/irmãs. Em seguida aparecem os amigos (15,6%), avós (7,4%) e, por fim, a mãe (4,9%), com a menor frequência de menções negativas.

Figura 2 – “Com quem eu tenho mais problemas em relação à convivência?”



Fonte: dados da pesquisa

A leitura cruzada com a Figura 1 evidencia um equilíbrio afetivo assimétrico: a mãe, principal figura de afinidade (50,8%), é também a menos associada a conflitos (4,9%). Esse padrão reforça a centralidade materna na coesão familiar rural, confirmando o papel de mediação emocional e cuidado já identificado por Brumer (2006) e Stropasolas (2006). Ambos apontam que, nas famílias agricultoras, a mulher exerce funções simbólicas e práticas que sustentam a harmonia doméstica e a continuidade dos valores familiares, mesmo diante de tensões de geração e de gênero.

Os conflitos com o pai (21,3%) e com os irmãos (21,3%) indicam que a convivência familiar é permeada por tensões hierárquicas e relacionais, comuns em contextos de partilha de trabalho, espaço e responsabilidades.

Em famílias rurais, onde as fronteiras entre o lar e o ambiente produtivo são tênues, as diferenças de opinião e expectativas sobre o futuro, especialmente no que se refere à permanência ou saída do campo, tendem a se expressar como disputas cotidianas (Stropasolas, 2006; Alves; Dayrell, 2015). Tais tensões não representam, necessariamente, rupturas afetivas, mas antes o processo de diferenciação do *Self* descrito por Bowen (1991): o jovem busca afirmar sua autonomia sem romper os vínculos que o estruturam emocionalmente.

A ocorrência de conflitos com irmãos também reflete a sobreposição de papéis no ambiente rural, ora companheiros de trabalho, ora concorrentes na sucessão familiar. Conforme Minuchin e Fishman (2003), o sistema fraterno é frequentemente o espaço onde se expressam as disputas por reconhecimento, especialmente em famílias com fronteiras difusas entre o que é “do trabalho” e o que é “da casa”. Essa situação pode gerar rivalidades sutis, mas também potencializar sentimentos de cumplicidade e aprendizado.

A menção a amigos (15,6%) como fonte de conflito amplia o campo de análise para além da família. No meio rural, onde as redes de sociabilidade são mais restritas, os vínculos de amizade adquirem grande importância simbólica, e, portanto, maior potencial de tensão quando há desentendimentos. Scarparo e Guareschi (2007) argumentam que os laços comunitários são essenciais à saúde emocional e à sensação de pertencimento; quando enfraquecidos, podem gerar isolamento e sofrimento psíquico.

De forma significativa, a opção “Ninguém” (29,5%) aparece como a mais frequente. Esta resposta, no entanto, pode carregar ao menos duas interpretações possíveis.

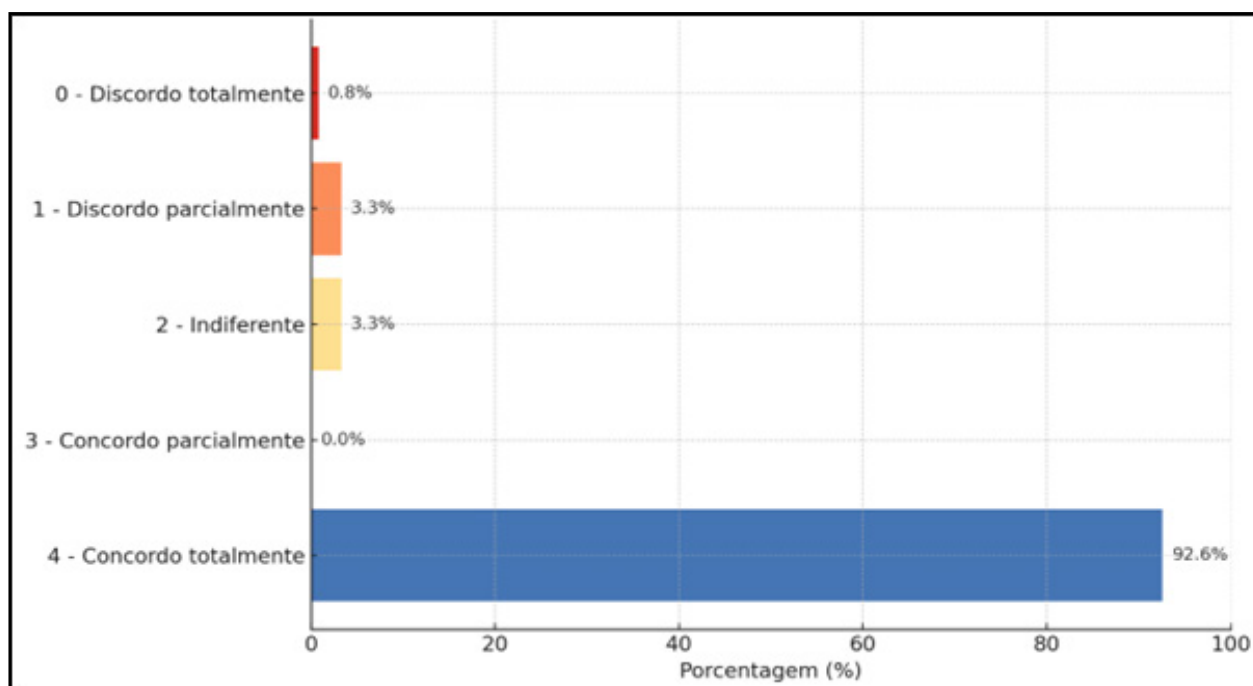
A primeira pode indicar um ambiente relacional globalmente estável, no qual os conflitos parecem ser vivenciados com maturidade e contidos dentro das fronteiras familiares. Essa percepção positiva da convivência é compatível com o alto percentual de apoio parental (92,6%) observado em outra questão do instrumento, sugerindo que, embora existam tensões, prevalece um modelo de relação afetiva funcional, em que o diálogo e o respeito às diferenças são possíveis.

No entanto pode-se conjecturar a respeito da existência de um cenário de distanciamento ou isolamento. Declarações como “Não sou muito perto”, “Não temos muita intimidade para confiar” e “Hoje ninguém é amigo” indicam não a ausência de conflito, mas sim a ausência de vínculos suficientemente profundos para que os conflitos sequer surjam. É uma convivência pacífica, porém superficial, onde o jovem pode estar emocionalmente sozinho em meio à multidão.

A Figura 3, referente à questão “*Eu tenho apoio dos meus pais para realizar meus sonhos*”, evidencia um resultado expressivo: 92,6% dos jovens afirmam “*concordar totalmente*” com a afirmação, enquanto 3,3% se declaram *indiferentes*, 3,3% *discordam parcialmente* e apenas 0,8% *discordam totalmente*. Esses números indicam um elevado nível de suporte emocional e simbólico nas relações familiares, corroborando a leitura de que o núcleo doméstico funciona como base de sustentação para a construção de projetos pessoais e profissionais.

Essa forte presença de apoio parental reforça as tendências já observadas nos dados anteriores, em que a mãe apareceu como principal figura de afinidade (50,8%) e o pai, embora mais associado a conflitos (21,3%), continua integrando um ambiente de convivência predominantemente estável. Em conjunto, esses resultados apontam para uma família rural coesa, que, mesmo diante de tensões cotidianas, mantém o compromisso afetivo com o futuro dos filhos.

Figura 3 – “Eu tenho o apoio dos meus pais para realizar meus sonhos”.



Fonte: dados de pesquisa.

Na literatura sobre juventude rural, esse dado ganha significado especial. Alves e Dayrell (2015) mostram que, entre jovens do campo, a sensação de apoio familiar está diretamente relacionada à percepção de possibilidade de permanência.

Quando os pais valorizam os sonhos e as decisões dos filhos, mesmo que envolvam estudar, migrar temporariamente ou empreender, os jovens tendem a construir projetos de vida mais autônomos e menos marcados pela culpa.

A Psicologia Comunitária oferece um olhar complementar: para Gomes (1999), o apoio emocional é uma das dimensões centrais do sentimento psicológico de comunidade, que permite aos indivíduos sentirem-se reconhecidos, valorizados e legitimados em seus contextos de origem.

Assim, o reconhecimento familiar não se restringe à esfera privada, ele reforça o vínculo social e simbólico com o território, pois o jovem percebe que seus sonhos são validados não apenas como projetos individuais, mas como parte de uma narrativa coletiva de continuidade familiar e comunitária.

O alto percentual de concordância total (92,6%) indica, portanto, que a afetividade parental atua como um fator de proteção subjetiva frente aos desa-

fios do meio rural. Esse apoio fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a resiliência diante das limitações estruturais, como a escassez de oportunidades de estudo e emprego apontadas em outros trabalhos sobre juventude rural (Carneiro, 1998; Boessio; Doula, 2016; Brumer, 2006).

Em contrapartida, a pequena parcela que expressa ausência de apoio ou indiferença (cerca de 7%) pode representar jovens em situação de vulnerabilidade emocional, possivelmente mais propensos ao afastamento simbólico ou físico do território.

A partir da observação dos dados é possível pensar que, embora o campo enfrente desafios econômicos e sociais, o capital relacional e afetivo das famílias rurais permanece como um dos seus maiores recursos. A presença desse apoio parental traduz-se em esperança, autoestima e sentido de continuidade, elementos indispensáveis para o fortalecimento da identidade juvenil e para a construção de projetos de vida sustentáveis no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas e os dados revelam que, para os jovens rurais, a família continua sendo o núcleo fundamental de pertencimento e apoio emocional, um espaço onde se constroem valores, segurança afetiva e identidade.

A figura materna aparece como eixo central, não apenas por sua presença cotidiana, mas pela capacidade de escutar, aconselhar e acolher, o que reafirma o papel das mulheres como mediadoras de afetos e coesão no contexto rural (Brumer, 2006; Stropasolas, 2006).

Em paralelo, os amigos e colegas emergem como redes complementares de apoio e escuta. Representam o espaço da horizontalidade e da identificação geracional, onde o jovem pode falar de si, testar fronteiras e construir sentido de pertencimento fora da hierarquia familiar.

Essa relação dialógica entre o “nós” familiar e o “nós” entre pares remete ao conceito de sentimento psicológico de comunidade, no qual o pertencimento se dá pela partilha de significados e pela sensação de ser ouvido e reconhecido (Scarparo; Guareschi, 2007). Assim, o campo aparece como espaço de trocas afetivas e não apenas como território produtivo.

Os conflitos familiares, embora menos frequentes, expressam o movimento natural de diferenciação, um processo em que o jovem busca autonomia sem romper os laços. Essa tensão, discutida por Bowen (1991), mostra-se necessária para a formação de um *Self* mais autônomo e capaz de elaborar as contradições entre tradição e mudança. A convivência familiar, portanto, é vivida como ambivalência construtiva: um campo de aprendizagem emocional e negociação de identidades.

As falas espontâneas também revelam o valor simbólico do território. O rio, o lazer, a tranquilidade e o convívio comunitário são evocados como elementos que fortalecem o vínculo com o lugar, um vínculo afetivo, estético e identitário, próximo do que Yi-Fu Tuan (1980) descreve como *topofilia*: o amor pelo espaço vivido.

De modo mais amplo, a pesquisa confirma que as redes de apoio, formadas por família, pares e comunidade, funcionam como dispositivos de proteção psicossocial, que amparam os jovens diante das incertezas econômicas, emocionais e existenciais. Esses laços reforçam o sentimento de continuidade, podendo evitar que o desejo de migração se confunda com ruptura de pertencimento.

Em síntese, os afetos, as redes e os territórios formam três pilares entrelaçados que sustentam o modo de vida juvenil rural. Nos jovens pesquisados, o desejo de futuro se ancora na permanência simbólica com o campo, no orgulho do pertencimento e na valorização das relações interpessoais que lhes conferem identidade e esperança.

Em síntese, compreender as relações familiares e as redes de apoio sob a ótica dos afetos é compreender também as raízes que mantêm o campo vivo: vínculos que sustentam o território não apenas como geografia, mas como morada do sentir e do existir coletivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, 2015.

- AMARO, J. P. Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 39-49, 2007.
- BOESSIO, D.; DOULA, S. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações** (Campo Grande), v. 17, n. 3, Jul-Set, 2016.
- BOWEN, M. **A teoria dos sistemas familiares**. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- BREITENBACH, R.; MASCHIO, M. Ações para valorização do jovem rural e incentivo para permanência no campo. **Viver IFRS**. Ano 4. n.4. jul./2016.
- BRUMER, A. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, Quito. **Anais [...]** Ecuador, novembro de 2006.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). Mundo rural e política. **Ensaio interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.
- DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F.; TORQUATO, J. *A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia*. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e165477, 2018.
- DIMENSTEIN, M. **Psicologia e contextos rurais: diálogos psicossociais a partir da América Latina**. Criciúma: UNESC, 2013.
- FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de Psicologia**, v. 29, n.4, out.-dez., 2012.
- FREITAS, C. G. *Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul - Acre*. Dissertação (mestrado)– UCDB– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande MS, 2008
- GOMES, A. M. A. Psicologia comunitária: uma abordagem conceitual. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 1, n. 2, p. 71-79, 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 24, n. 2, Jun 2008.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais [...]** “Círculo de Debates Acadêmicos Ipea e Associações de Pós-Graduação em Ciências Humanas”. Brasília: Ipea, 2011.

SARRIERA, J. C.; MONTERO, M. **Psicologia comunitária: fundamentos e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCARPARO, H. B. K.; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária e formação profissional. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 100-108, 2007.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 346 p., 2006.

TONEZER, C.; CORONA, H. M. P.; CERATTI, E. R. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 27, n. 0, 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

CAPÍTULO 4

JUVENTUDE RURAL PÓS-COVID: VULNERABILIDADES, DESAFIOS, RESILIÊNCIA E CAMINHOS DE ESPERANÇA

Ian Felipe Nascimento
Liandra Rodrigues Santos Gomes
Fábio dos Santos Massena
Nikary Soares Santos
Doi: 10.48209/978-65-5417-577-3

INTRODUÇÃO

A pandemia vem deixando seus efeitos desde suas primeiras contaminações, através do vírus transmissor, o qual possui uma cadeia de espécies variadas. Dentre esses, o coronavírus (SARS-CoV-2) foi o desencadeador das primeiras transmissões em Wuhan, na China. O efeito pandêmico provocado pelo coronavírus e as transformações no cotidiano, na mobilidade urbana e nos ambientes públicos e privados dos moradores da cidade de Wuhan, assim como em diversos outros países, inclusive no Brasil, tanto em zonas urbanas quanto rurais, evidenciou que o vírus possui uma característica eminentemente geográfica, principalmente onde ocorre grande fluxo de pessoas durante suas atividades. Ou seja, a exposição ao vírus pode ocasionar a infecção pelo mesmo (Nascimento; Fontes, 2020).

A partir da pandemia da Covid-19, os desafios foram múltiplos: mudanças nos hábitos, impactos econômicos em diversos setores industriais, bem como no convívio da juventude rural. Tanto as populações rurais quanto as urbanas foram afetadas pela espacialização das contaminações da Covid-19, especialmente as comunidades rurais, que já enfrentavam dificuldades no transporte público, no deslocamento para centros urbanos e no acesso à saúde e ao saneamento básico antes da crise sanitária (Schall et al., 2022). Diante desses desafios, destaca-se a grande importância das interações e do convívio dos

adolescentes, das conversas, debates e discussões com colegas e professores. É nesse convívio com o mundo escolar que os alunos observam e elaboram seus pensamentos e projetos de vida, profissão e futuro (Vazquez et al., 2022).

Nesse sentido, o autor De Sena et al. (2021) destacou os efeitos da pandemia na educação de crianças e adolescentes, cenário que também se observou no impacto intelectual e formacional da cidadania desses três grupos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade: crianças, adolescentes e jovens. No ensino médio, os jovens que pretendiam ingressar na universidade, em cursos técnicos ou no mercado de trabalho tiveram suas atividades convertidas para o formato online. Isso significou, para os jovens desse período, uma privação da experiência do convívio humano presencial nos espaços de ensino e trabalho, das interações e vivências que o ambiente físico em espaços públicos e privados proporciona na formação do ser humano e, principalmente, na vida do jovem do campo (Oliveira; Costa; Almeida, 2021; Guzzo; Souza; Ferreira, 2022).

O isolamento social, a crise econômica e a sobrecarga do sistema de saúde impactaram de maneira intensa esses territórios, evidenciando desigualdades históricas e aumentando a vulnerabilidade social. O fechamento das escolas, a dificuldade de acesso à educação remota, a redução das oportunidades de trabalho e o enfraquecimento das atividades econômicas locais, como a agricultura familiar e a pesca artesanal, acentuaram as dificuldades enfrentadas pela população rural durante esse período (Moreira; De Souza, 2021).

Assim, a partir do contexto vivenciado pela sociedade, mas sobretudo no núcleo das famílias agricultoras dos ambientes rurais, questiona-se: como a pandemia afetou a vida da juventude rural de comunidades no município de Ilhéus, no sul da Bahia? Embora diversos estudos abordem os impactos da Covid-19 na educação e na economia de forma ampla, ainda são escassas as pesquisas que investigam os efeitos específicos da pandemia sobre a juventude rural, especialmente em territórios do sul da Bahia, onde o vínculo entre educação, trabalho e agricultura familiar é determinante para o desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, destaca-se um olhar sobre a crise sanitária imposta pela pandemia, que afetou de maneira particular os jovens que vivem em áreas rurais, em um momento importante de sua vida para o desenvolvimento social e cultural. Essa crise ultrapassou a dimensão intelectual e atingiu a formação cidadã, marcada pelo desligamento temporário da educação presencial e, principalmente, do contato com o professor nas escolas brasileiras (Breitenbach, 2021; Moreira; De Souza, 2021).

Ademais, a presente investigação entende que esses impactos são cruciais para políticas de recuperação em prol de dias melhores, pois nelas residem o futuro da agricultura familiar do Brasil, representado pela presente e futura geração de jovens rurais. O estudo sobre os impactos da pandemia na juventude rural é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes voltadas à recuperação social, educacional e econômica dessas comunidades. Assim, medidas que garantam o acesso à educação de qualidade desde a creche até o ensino fundamental, incluindo investimento em infraestrutura digital e suporte pedagógico para alunos com deficiência, são fundamentais para minimizar as consequências educacionais para a juventude da cidade e, principalmente, do campo, onde o acesso sempre foi restrito (Nepomuceno, 2021; Neuhold; Olivato Pozzer, 2023).

Além disso, políticas que incentivem a permanência dos jovens no campo, promovendo oportunidades de qualificação profissional e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, são necessárias para evitar um êxodo rural acentuado. A compreensão aprofundada desses impactos permite que governantes e gestores elaborem estratégias eficazes para mitigar as consequências da pandemia e fortalecer a resiliência das comunidades rurais no pós-pandemia.

Portanto, o estudo busca analisar os efeitos que a pandemia causou na vida de jovens em comunidades rurais no município de Ilhéus, no sul da Bahia.

PANDEMIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

A pandemia de Covid-19, iniciada em 2019, trouxe profundas transformações sociais, econômicas e culturais, impactando de forma significativa a vida da população rural, em especial dos jovens. Em comunidades do campo, onde a agricultura familiar é a base econômica e social, os efeitos das medidas de isolamento social e da desaceleração econômica foram sentidos de forma acentuada, intensificando desafios já existentes, como a escassez de oportunidades, a vulnerabilidade social e a migração para áreas urbanas. Este estudo busca compreender como os jovens rurais foram afetados pela pandemia e de que forma demonstraram resiliência diante do cenário de crise.

Antes da pandemia, a formação de agroindústrias familiares já desempenhava papel essencial na diversificação das atividades econômicas no meio rural, criando oportunidades em setores como processamento de alimentos, turismo, manutenção de equipamentos e serviços administrativos (Freitas, 2021). Essas iniciativas ajudavam a fixar jovens no campo, reduzindo o êxodo rural. No entanto, as restrições impostas pelo isolamento social e a interrupção de cadeias produtivas dificultaram o funcionamento dessas atividades, comprometendo a renda e a empregabilidade dessa população.

A agricultura familiar, responsável por grande parte do abastecimento alimentar no Brasil, também foi diretamente afetada. O fechamento de feiras, dificuldades no transporte e mudanças nas exigências sanitárias para exportação geraram prejuízos significativos. Jovens agricultores, que muitas vezes atuam como elo entre o campo e as novas tecnologias, precisaram se reinventar para manter a produção e a comercialização dos alimentos. Nesse contexto, ferramentas digitais como feiras virtuais, aplicativos e vendas online se tornaram alternativas essenciais (Bertolini; Mendonça, 2020), evidenciando a capacidade de adaptação e inovação dessa geração.

Outro fator que agravou essas disparidades foi o acesso desigual à educação e tecnologia. A suspensão das aulas presenciais evidenciou a dificuldade de conectividade e a falta de infraestrutura digital no campo, limitando o acesso dos jovens rurais ao ensino remoto e a cursos de qualifica-

ção. Enquanto isso, a agricultura familiar enfrentava dificuldades logísticas, sanitárias e de comercialização, levando muitos jovens a abandonarem os estudos para auxiliar no sustento familiar. Apesar dos desafios, essa geração demonstrou capacidade de adaptação ao buscar alternativas como feiras virtuais, aplicativos de vendas e redes de cooperativismo para manter a renda e fortalecer o abastecimento local (Bertolini; Mendonça, 2020).

Essas estratégias, entretanto, não foram acessíveis a todos, já que muitos jovens careciam de suporte técnico, infraestrutura digital e políticas públicas que garantissem condições equitativas. As desigualdades históricas entre o campo e a cidade, agravadas pelo contexto pandêmico, revelaram a urgência de políticas integradas que promovam acesso à tecnologia, capacitação e inclusão social. Apesar dos obstáculos, a juventude rural demonstrou resiliência e protagonismo ao adotar soluções inovadoras para enfrentar a crise, utilizando tecnologias digitais e fortalecendo redes locais de produção e comércio. Assim, os efeitos da pandemia reforçam a necessidade de políticas públicas que combatam desigualdades estruturais, assegurem acesso à educação, tecnologia e oportunidades, e promovam condições para que os jovens permaneçam no campo com qualidade de vida e perspectivas de futuro.

PANDEMIA E JUVENTUDE RURAL O LUGAR COMO PALCO DE VIVÊNCIA E RESILIÊNCIA

O trabalho e o emprego figuram entre as demandas centrais da juventude por sua função de garantir inserção social e estabilidade de vida. No contexto da pandemia de covid-19, essa importância ficou ainda mais evidente: as medidas de isolamento, a paralisação de atividades e as restrições de mobilidade provocaram impactos profundos no mercado de trabalho, mesmo com adaptações como o crescimento do trabalho remoto; estima-se que milhões perderam seus empregos na região da América Latina e Caribe no segundo trimestre de 2020 (Matos; Haffener, 2023), o que evidencia a gravidade da crise.

Nas áreas rurais brasileiras, a pandemia incide sobre realidades com especificidades econômicas, territoriais e demográficas que aumentaram a vulnerabilidade desses territórios. A menor diversificação das economias locais, a renda média mais baixa e a forte presença de trabalhadores em atividades

essenciais ligadas à agricultura expuseram as comunidades a choques econômicos e sanitários. Agravam essa situação condições históricas, acesso precarizado à moradia, saúde e educação, famílias numerosas e maior proporção de idosos, que demandaram respostas diferenciadas diante da recessão.

É preciso tratar esses impactos como retrocessos importantes para a juventude rural, observando o papel do lugar de vivência. A agricultura familiar, símbolo nacional e mundial não é apenas produtora de alimentos; ela configura um espaço de práticas, saberes empíricos e vínculos sociais que conectam pessoas e territórios. Por isso, políticas públicas orientadas para mitigar os efeitos negativos da pandemia devem considerar o lugar como elemento central para a recomposição social e econômica desses jovens (Carlos, 2007).

Reconhecer e valorizar o lugar de vivência nas comunidades rurais é também reconhecer a relevância da produção familiar para a segurança alimentar de inúmeras famílias. Essa visibilidade ultrapassa números: trata-se da organização social do espaço, de formas e funções historicamente definidas a moradia e o lugar de vida que exigem constante reorganização (Saquet; Silva, 2008, p. 10).

As transformações sofridas pelo lugar de vivência trazem à tona vulnerabilidades frequentemente negligenciadas. Historicamente marcado por relações de gênero que masculinizaram o espaço rural, o ambiente do campo também depende fortemente do papel das mulheres não só na manutenção do lar, mas na educação, nas finanças familiares e na produção nos quintais, dimensão que permanece central na contemporaneidade.

Para compreender o sentimento de pertencimento dos jovens rurais é útil retomar a concepção de lugar proposta por Yi-Fu Tuan, que o vê como relação afetiva entre pessoas e um ambiente físico em movimento (Tuan, 1980, 1983). O espaço pode ser entendido tanto como localização e escala geográfica quanto como área definida por redes de lugares; sua historicização pela análise das técnicas e práticas locais contribui para uma geografia do lugar capaz de explicar experiências e vínculos (Santos; Souza; Silveira, 1994). Assim, integrar a dimensão espacial às políticas e às práticas de apoio à juventude rural é condição para fortalecer sua resiliência e seu protagonismo nos territórios.

IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DOS JOVENS RURAIS

Os estudos indicam um conjunto de impactos interligados e cumulativos sobre a juventude rural e as comunidades do campo durante a pandemia de Covid-19. Em primeiro lugar, verificou-se um agravamento das condições no mercado de trabalho juvenil: o aumento do desemprego e do desalento reduziu oportunidades de inserção produtiva e fragilizou trajetórias de continuidade profissional entre jovens, alimentando risco de exclusão socioeconômica (Maria, 2021; Rodrigues da Silva et al., 2024).

No plano educacional, as dificuldades de acesso às tecnologias e à conectividade emergiram como fator central para o aumento da evasão e da defasagem escolar: a falta de infraestrutura (internet, dispositivos, ambientes de estudo adequados) e a baixa articulação entre escolas e famílias comprometeram o ensino remoto e tornaram o retorno ao presencial um processo desigual e cheio de lacunas (Stell; Santos, 2023; Moreira et al., 2022). Essas fragilidades acentuaram desigualdades educacionais e sanitárias em contextos rurais, com impactos diferenciados por gênero e condição socioespacial (Junqueira, 2022).

Além dos efeitos sobre trabalho e educação, os estudos destacam forte impacto sobre a segurança alimentar e a vulnerabilidade das agricultoras familiares: relatos indicam redução de renda e dificuldades no acesso a redes de proteção social, quadro particularmente grave entre mulheres em áreas remotas do Nordeste (Nascimento, 2022).

O setor do agroturismo e do turismo rural sofreu perdas significativas de receita, reduzindo fontes alternativas de renda local e enfraquecendo arranjos econômicos que antes complementavam a agricultura familiar (Basta et al., 2023). Paralelamente, a diminuição das atividades culturais e religiosas comunitárias comprometeu redes de sociabilidade e apoio, com reflexos negativos na saúde mental e no capital social das comunidades (Diego, 2021).

Em síntese, os efeitos da pandemia sobre o meio rural são ao mesmo tempo econômicos, educacionais e relacionais no âmbito fitossanitário: alimentaram processos de fragilização das capacidades locais e aumentaram a proba-

bilidade de migração campo–cidade, especialmente entre jovens e adultos sem perspectivas de melhores condições de vida (Maria, 2021).

Segundo Tavares (2014), é necessário garantir direitos que contemplem o sentimento de pertencimento dos jovens para que políticas públicas coloquem seus anseios no centro das decisões. Isso exige uma governança específica para a juventude rural, que ainda convive com sequelas da pandemia e com vulnerabilidades pré-existentes: trabalho duro na roça, baixa e instável renda, ausência de opções de lazer, precário acesso à saúde e dificuldades de mobilidade – fatores que impulsionam a migração para a cidade e que isso também refletiu na produtividade de diversas cadeias e setores dentro dessa categoria familiar (Pinto; Bastos; Sousa, 2020). Essas dinâmicas aceleram o envelhecimento das comunidades e a concentração de terras em grandes latifúndios. Além disso, embora o rural não seja mais reduzido ao agronegócio, muitos jovens continuam a percebê-lo como incapaz de oferecer as condições exigidas pela vida contemporânea (De Carvalho, 2021).

Para Steinberg e Morris (2001) essas relações conflituosas se estabelecem em função do menor tempo de convívio entre os jovens e seus pais. Mesmo diante de tantas transformações socioculturais ao longo da história, e que influenciaram a estrutura e concepção familiar, esta continua sendo considerada a base do bem-estar e da segurança, tanto do jovem quanto de seus demais integrantes. É neste sistema onde o desenvolvimento humano fundamentalmente básico acontece, ou seja, a família ainda mantém seu status de influenciar e ser responsável pelas fases do desenvolvimento dos seus componentes (Pratta; Santos, 2007).

Diante disso, os estudos apontam para a necessidade de políticas integradas que articulem recuperação do emprego juvenil, investimentos em infraestrutura digital e educacional rural, programas de segurança alimentar com enfoque de gênero e medidas de apoio à recuperação do turismo rural de base comunitária; ações complementares que podem fortalecer a resiliência e a revalorização dos territórios rurais (Rodrigues da Silva et al., 2024; Moreira et al., 2022; Nascimento, 2022; Basta et al., 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da Questão 27, “*A pandemia não afetou minha vida*”, permite compreender como os jovens rurais de Ilhéus perceberam os efeitos da pandemia de COVID-19 em suas trajetórias pessoais e comunitárias. Os dados revelam uma divisão importante nas percepções: 40,2% (49 jovens) discordaram totalmente da afirmação, reconhecendo que a pandemia afetou intensamente sua vida, enquanto 45,9% (56 jovens) concordaram totalmente, declarando não terem sentido impactos relevantes. Já os 13,9% restantes distribuíram-se entre posições intermediárias (discordância parcial, indiferença e concordância parcial).

Esse resultado mostra uma juventude heterogênea em suas experiências: enquanto uma parte expressiva percebeu mudanças significativas em sua rotina e projetos de vida, outra parte conseguiu manter certa estabilidade ou até resiliência diante das dificuldades.

No plano interpretativo, os 49 jovens que discordaram totalmente refletem os impactos amplamente discutidos na literatura: o agravamento do desemprego e do desalento no mercado de trabalho juvenil, que comprometeu as perspectivas de inserção produtiva (Rodrigues da Silva et al., 2024), e as desigualdades educacionais acentuadas pela dificuldade de acesso à conectividade e às tecnologias digitais (Stell & Santos, 2023; Moreira et al., 2022). Esses jovens possivelmente vivenciaram perdas escolares, insegurança em relação ao futuro profissional e fragilização das redes de sociabilidade, confirmando que a pandemia aprofundou desigualdades estruturais no campo (Junqueira, 2022).

Por outro lado, os 56 jovens que concordaram totalmente com a afirmação sugerem que parte da juventude rural conseguiu se manter menos exposta aos efeitos mais críticos da pandemia. Isso pode estar associado a diferentes fatores: a continuidade das atividades agrícolas familiares, que garantiu alguma estabilidade alimentar e financeira; a menor dependência de ocupações externas em setores urbanos fortemente afetados; e a manutenção de vínculos comunitários mais próximos, que reforçaram laços de solidariedade em períodos de restrição (Nascimento, 2022; Diego, 2021). Esse dado indica também a exis-

tência de resiliência comunitária, ainda que em condições desiguais de acesso a recursos e oportunidades.

As respostas intermediárias (13,9%) revelam situações de impacto parcial ou indiferença, possivelmente relacionadas a jovens que, embora tenham sofrido limitações em determinados aspectos como escola ou lazer, não vivenciaram de forma intensa as privações em outras dimensões, como renda e segurança alimentar.

De modo geral, a análise da questão 27 confirma que os impactos da pandemia sobre a juventude rural foram múltiplos, interligados e desiguais, combinando dimensões econômicas, educacionais, sociais e de saúde mental (Rodrigues da Silva et al., 2024; Moreira et al., 2022; Nascimento, 2022; Basta et al., 2023). Enquanto para alguns jovens a pandemia representou rupturas profundas em suas expectativas de futuro, para outros foi vivida de forma mais atenuada, reafirmando a importância das estratégias locais de resiliência e da agricultura familiar como base de sustentação.

Assim, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas voltadas à juventude rural, que articulem o enfrentamento da evasão escolar, a ampliação da infraestrutura digital, a proteção da segurança alimentar e a valorização das economias locais. Tais medidas podem reduzir desigualdades históricas e fortalecer o sentimento de pertencimento dos jovens ao território, evitando processos de exclusão e migração campo–cidade.

CONCLUSÃO

Esse contraste ilustra como a pandemia foi percebida de modos distintos, reforçando a importância de escutar os próprios jovens em seus contextos de vida. Em primeiro lugar, a questão capta a dimensão subjetiva da experiência pandêmica. Mais do que números absolutos, o que emerge é a forma como os adolescentes rurais traduzem suas vivências em termos de perda, continuidade ou adaptação. Essa perspectiva permite compreender as narrativas sobre interrupções educacionais, fragilidade no acesso ao trabalho e às redes de apoio, mas também sobre a preservação de rotinas ligadas à agricultura familiar e às relações comunitárias.

Em segundo lugar, os resultados evidenciam a heterogeneidade das experiências juvenis no campo. Enquanto uma parcela significativa enfrentou dificuldades relacionadas à evasão escolar, à insegurança alimentar e à perda de oportunidades produtivas, outros jovens relataram que seus cotidianos permaneceram relativamente estáveis. Essa diferença pode ser explicada pelas condições familiares — como a estabilidade da renda agrícola —, pela disponibilidade de infraestrutura digital e pela inserção em redes de solidariedade. Assim, a pandemia não deve ser interpretada de forma uniforme, mas como um fenômeno que acentuou desigualdades já existentes no meio rural e revelou fragilidades históricas que ainda persistem no período pós-pandêmico.

A discussão se conecta diretamente ao tema da resiliência juvenil. O fato de quase metade dos jovens afirmar que a pandemia não afetou suas vidas indica uma capacidade de enfrentamento e adaptação às adversidades. Essa resiliência está associada à continuidade das práticas agrícolas, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à criatividade dos jovens na reorganização do tempo e das expectativas. No entanto, o período pós-pandemia trouxe novos desafios: a recomposição das aprendizagens, o retorno às atividades produtivas, o restabelecimento de oportunidades de formação e trabalho e a luta contra a ampliação das desigualdades. Ser resiliente, portanto, não significa ausência de dificuldades, mas a capacidade de resistir e se reinventar em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Dessa forma, a relevância desta análise está em possibilitar uma leitura ampla e multifacetada dos impactos da pandemia e de seus desdobramentos na vida dos jovens rurais, reconhecendo tanto suas fragilidades quanto suas estratégias de resistência. Compreender essa complexidade é essencial para orientar políticas públicas que valorizem a diversidade das experiências juvenis e apoiem tanto os jovens mais atingidos pela crise quanto aqueles que demonstraram maior capacidade de adaptação. Tais políticas devem enfrentar não apenas as marcas deixadas pela pandemia, mas também as vulnerabilidades estruturais que limitam o pleno desenvolvimento da juventude rural.

Compreender como os jovens rurais percebem essas realidades é fundamental para a formulação de políticas que estimulem sua permanência e protagonismo no campo. É imprescindível que escolas, cooperativas, universida-

des e órgãos governamentais unam esforços para integrar a juventude rural a projetos que conciliem ciência, tecnologia e tradição. Essa integração pode promover o surgimento de uma nova ruralidade, marcada pela inovação, pela sustentabilidade e pela participação ativa dos jovens na construção de comunidades mais solidárias e resilientes.

Reafirma-se, portanto, que a agricultura familiar deve continuar sendo tratada como um eixo estratégico do desenvolvimento sustentável brasileiro. Sua relevância ultrapassa a dimensão econômica, pois envolve a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o território onde vivem. É nesse vínculo entre conhecimento, cooperação e respeito à terra que reside a base para um futuro rural mais humano e equilibrado; um futuro que una produtividade e pertencimento, tecnologia e sensibilidade, progresso e justiça social, capaz de transformar os desafios do pós-pandemia em oportunidades de reconstrução e esperança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, N. Modelagem da pandemia COVID-19 como objeto complexo (notas samajianas). **Estudos Avançados**, v. 34, p. 97–118, 2020.

BASTA, F. et al. Impactos da pandemia de Covid-19 no Agroturismo e Turismo Rural: a Scoping Review. **Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 1, p. 24–49, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/72936>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio Online (Repositório Digital da UFMS)**, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/10941/8877>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. **São Paulo-FFLCH**, n.1, p. 1–74. Disponível em: file:///C:/Users/.../O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

CAVALCANTI, J. A. S.; WANDERLEY, B. E. B. Os pescadores e as pescadoras artesanais em tempos de COVID-19. **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 493–510, 2020.

DE CARVALHO, A. L. Sucessão: dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. **Revista de Ciência Política**, Direito e Políticas Públicas POLITI(K)CON, v. 1, p. 113–128, 2021.

DA SILVA, W. R. et al. Crise do trabalho juvenil na região Nordeste durante pandemia de Covid-19. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 13, n. 1, p. 116–136, 2024.

FREITAS, S. M. PRONAF 21/22: o pilar da segurança alimentar “cada vez mais verde”. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 16, n. 8, p. 1–7, 2021. Disponível em: <www.iesa.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2021.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GUZZO, R. S. L.; SOUZA, V. L. T.; FERREIRA, Á. L. M. C. M. A pandemia na vida cotidiana: reflexões sobre os impactos sociais e psicológicos à luz da perspectiva crítica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 39, p. e210100, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo da população**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2023.

JUNQUEIRA, K. B. S. **Desigualdades educacionais e crise sanitária: o impacto da pandemia COVID-19 nos estudantes da zona rural de São Luís de Montes Belos-GO**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3000>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo-Atlas, 2010.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, v. 22, n. 140, p. 44–53, 1932.

MARIA, A. V. Estratégias e adequações do turismo rural na Região da Quarta Colônia (RS) em tempos pandêmicos. **Diversitas Journal**, Universidade Estadual de Alagoas, v. 6, n. 4, p. 1–19. 2021.

MASSENA, F. S. **Condições de sustentabilidade de comunidades rurais em Área de Proteção Ambiental: o caso do Retiro e da Tibina, Ilhéus, Bahia**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2015.

MATOS, M. W.; HAFFNER, J. H. Ideologia e pandemia: estudo sobre as concepções políticas dos líderes de Brasil e México e suas implicações diante da crise sanitária da Covid-19 (2020–2022). **Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**, n. 19, p. 19–39, 2023.

MOREIRA, A. D.; DE SOUZA S. J. Educação do campo e os efeitos da pandemia no trabalho docente: uma análise crítica necessária. **Emancipação**, v. 21, p. 1–18, 2021.

MOREIRA, A. D.; DOS SANTOS, A. R.; SOUZA, M. S. Educação do campo: panorama dos impactos da COVID-19 frente às desigualdades educacionais no estado da Bahia. **Revista Cocar**, v. 17, n. 35, 2022.

NASCIMENTO, I. F.; MASSENA, F. S. **Um olhar geográfico sobre a juventude rural no contexto migratório campo/cidade na Comunidade da Tibina-Ilhéus-BA**. Itacaiúnas: Ananindeua, 2022. Disponível em: <https://editoraitacaiunas.com.br/?s=Geografia+nas+m%C3%ADdias%3a>. Acesso em: 15 nov. 2022.

NASCIMENTO, N. F. da. **Agricultura familiar e gênero no contexto da pandemia da covid-19: situação de trabalho e insegurança nas narrativas de mulheres em área remota do nordeste brasileiro**. 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_1961921ffb939ac55e2038bc6751546f.

NASCIMENTO, F. I, FONTES N. G.T. **Anais IX Seminário ENSINO EM SAÚDE**. Aurelino Leal-BA, 2020, p.1-23. Disponível em: Anais IX Seminário EnSa.pdf - Google Drive. Acesso em: 15 mar 2020.

NEPOMOCENO, T. A. R. Efeitos da pandemia de covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 7, n. 21, p. 86–96, 2021.

NEUHOLD, R. R.; OLIVATO POZZER, M. R. Covid-19, cierre de escuelas y enseñanza remota: el tiempo de respuesta de los sistemas de educación brasileños. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 76, p. 55–75, 2023.

OLIVEIRA, T. R. A.; COSTA, J. J.; ALMEIDA, G. L. Pesca artesanal, políticas públicas e a pandemia de COVID-19: desafios para as comunidades costeiras de Sergipe. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 15952–15970, 2021.

PINTO, P. B. A.; BASTOS, R. S.; SOUSA, E. C. Impactos da pandemia de COVID-19 na atividade pesqueira artesanal de Itaipu. Mares: **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 2, p. 61–71, 2020.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247–256, maio/ago. 2007.

SAQUET, A. M.; SILVA, S. S. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 42, 2008. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15–20.

SCHALL, B.; GONÇALVES, F. R.; VALENTE, P. A.; ROCHA, M.; CHAVES, B. S.; PORTO, P.; ...; PIMENTA, D. N. Gênero e insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4145–4154, 2022.

SHINEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e alimentação. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 100, p. 167–188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3Fxm8WXzvmY5rR3SP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVA, M. J.; MENDES, P. P. E. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENG, 2010. Disponível em: ENG_2010_078.PDF (unesp.br). Acesso em: 16 nov. 2021.

STELL, J. S. **Pandemia na educação**: as dificuldades encontradas pelos docentes da escola rural no desenvolvimento do ensino remoto e no retorno ao ensino presencial. 2023. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/handle/riu/8778>.

STEINBERG, L.; MORRIS, A. S. Adolescent development. **Annual Review of Psychology**, n. 52, p. 83–110, 2001.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 15, n. 106, p. 179–201, jan./jun. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAZQUEZ, D. A.; CAETANO, S. C.; SCHLEGEL, R.; LOURENÇO, E.; NEMI, A.; SLEMIAN, A.; SANCHEZ, Z. M. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 304–317, 2022.

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO E ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS JOVENS RURAIS: ENTRE O LEGADO FAMILIAR E O DESEJO DE MOBILIDADE SOCIAL

Alicia Báfica Silva
João Talles de Jesus Tavares
Moema de Souza Báfica
Fábio dos Santos Massena
Doi: 10.48209/978-65-5417-577-4

INTRODUÇÃO

A educação do campo no Brasil é marcada por tensões históricas entre os projetos de desenvolvimento urbano-industrial e os modos de vida camponeses. Desde o século XX, políticas educacionais foram desenhadas majoritariamente a partir de uma lógica urbanocêntrica, desconsiderando as especificidades culturais, territoriais e produtivas das populações rurais. Essa invisibilização dos sujeitos do campo contribuiu para a reprodução de desigualdades sociais e educacionais, consolidando um modelo escolar que pouco dialoga com os saberes locais e com os projetos de vida das comunidades camponesas (Carvalho, 2012).

A partir da década de 1990, com o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), emergiu uma nova concepção de educação rural, pautada na valorização dos territórios, na formação crítica dos sujeitos e na articulação entre escola, trabalho e cultura. Essa perspectiva rompe com a visão assistencialista e compensatória que historicamente marcou a educação rural, propondo uma abordagem emancipadora e territorializada (Caldart, 2004).

A educação do campo, nesse contexto, passa a ser compreendida como um direito coletivo, vinculado à luta pela reforma agrária, pela soberania alimentar e pela justiça social. A escola do campo deixa de ser um espaço de

reprodução de conteúdo urbano e passa a ser um território de resistência, onde os saberes ancestrais, as práticas comunitárias e os modos de vida camponeses são reconhecidas como legítimos e estruturantes do currículo (Fonseca, 2010).

No entanto, a efetivação dessa proposta enfrenta inúmeros desafios. A precarização das escolas rurais, a rotatividade de professores, a ausência de formação específica e a descontinuidade das políticas públicas comprometem a qualidade da educação oferecida às populações do campo. Além disso, o avanço do agronegócio e da lógica neoliberal sobre os territórios rurais impõe novas formas de exclusão e ameaça os processos de reprodução sociocultural das comunidades camponesas (Silva, 2015).

A multisseriação, por exemplo, é uma realidade presente em grande parte das escolas do campo. Embora muitas vezes vista como um obstáculo, ela pode ser ressignificada como uma oportunidade pedagógica, desde que os educadores estejam preparados para trabalhar com metodologias que valorizem a diversidade etária, os saberes locais e a construção coletiva do conhecimento. A multisseriação exige uma prática docente criativa, dialógica e comprometida com os sujeitos do território (Oliveira, 2016).

Outro aspecto central da educação do campo é a sucessão familiar e a permanência dos jovens nas comunidades rurais. Muitos jovens enfrentam dilemas entre permanecer no campo ou migrar para os centros urbanos em busca de oportunidades. A escola, nesse sentido, pode desempenhar um papel estratégico na construção de projetos de vida que valorizem o território, a agricultura familiar e a cultura camponesa. Para isso, é necessário que o currículo escolar dialogue com os saberes locais e com as aspirações dos jovens, promovendo uma formação integral e crítica (Barbosa, 2018).

A formação docente é um dos pilares para a consolidação da educação do campo como projeto político-pedagógico. Os professores que atuam nas escolas rurais precisam ser preparados para lidar com as especificidades territoriais, culturais e pedagógicas das comunidades camponesas. Isso implica a construção de programas de formação inicial e continuada que articulem teoria e prática, valorizem os saberes populares e promovam o protagonismo dos sujeitos do campo (Guimarães, 2019).

Além disso, a gestão democrática das escolas do campo é fundamental para garantir a participação ativa da comunidade na construção do projeto político-pedagógico. A escola deve ser um espaço de escuta, de diálogo e de construção coletiva, onde pais, alunos, professores e lideranças locais possam contribuir para a definição dos rumos da educação. A gestão democrática fortalece o vínculo entre escola e território, promovendo maior engajamento e pertencimento (Rodrigues, 2020).

A educação do campo também deve ser pensada a partir de uma perspectiva interseccional, que reconheça as múltiplas dimensões da identidade dos sujeitos rurais como gênero, raça, geração e classe social. As mulheres camponesas, por exemplo, têm desempenhado um papel central na luta pela educação do campo, reivindicando uma escola que valorize seus saberes, suas práticas e suas histórias. A interseccionalidade permite compreender as complexidades dos territórios rurais e construir uma educação mais justa e inclusiva (Almeida, 2021).

Por fim, é importante destacar que a educação do campo não se limita ao espaço escolar. Ela envolve processos educativos que ocorrem nas comunidades, nas práticas produtivas, nas festas populares, nas assembleias e nas lutas sociais. A educação do campo é, portanto, uma prática social ampla, que articula saberes, afetos, territórios e resistências. Reconhecer essa dimensão é fundamental para construir uma escola que esteja verdadeiramente comprometida com a transformação social e com a valorização dos sujeitos do campo (Ferreira, 2022).

Nesta esteira, a educação tem sido historicamente reconhecida como um dos principais instrumentos de mobilidade social, especialmente em contextos de desigualdade estrutural como o brasileiro. Ao proporcionar acesso ao conhecimento, à qualificação profissional e à ampliação de horizontes culturais, a escola se torna um espaço estratégico para a transformação das condições de vida dos indivíduos e das comunidades. No meio rural, essa função ganha contornos específicos, pois a educação pode representar não apenas a superação da pobreza, mas também a possibilidade de permanência digna no campo, com autonomia e valorização dos saberes locais (Nogueira, 2011).

Apesar do potencial emancipador da educação, os jovens do campo enfrentam dilemas complexos ao tentar conciliar o legado familiar, marcado por práticas agrícolas, vínculos comunitários e saberes tradicionais, com suas aspirações profissionais, muitas vezes influenciadas por modelos urbanos de sucesso. Essa tensão entre pertencimento e projeção futura desafia não apenas os indivíduos, mas também as instituições escolares, que precisam mediar esses conflitos de forma sensível e contextualizada. A escola do campo, nesse sentido, deve ser capaz de dialogar com os projetos de vida dos jovens, sem romper com os vínculos territoriais que sustentam suas identidades (Santos, 2017).

Compreender como os jovens rurais negociam suas trajetórias entre o desejo de ascensão social e a continuidade dos modos de vida camponeses é fundamental para o desenho de políticas públicas educacionais mais eficazes e inclusivas (Freitas, 2020). Diante disto, o presente estudo objetiva analisar as aspirações educacionais e profissionais dos jovens rurais, especificamente busca-se investigar o impacto da herança familiar nas escolhas profissional e explorar o papel da educação na mobilidade social.

A presente pesquisa foi concebida como um estudo qualitativo com o objetivo de analisar a influência da construção identitária de adolescentes rurais de Ilhéus-BA no processo migratório entre o campo e a cidade. A questão norteadora do trabalho foi: “De que forma o êxodo rural pode ser compreendido a partir do sentimento de pertença, da diferenciação de *Self* e das relações familiares de adolescentes do campo?”.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os adolescentes e seus familiares. Para garantir a compreensão e a reflexão dos participantes, foi concedido um tempo para que eles pudessem analisar o conteúdo antes do início da coleta. Para a análise que embasa o presente estudo, utilizou-se a estatística descritiva das respostas de questões específicas presentes nos questionários em relação a aspirações educacionais e profissionais dos jovens.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação do campo no Brasil transcende a mera abordagem pedagógica, configurando-se como uma resposta crítica e profundamente enraizada às desigualdades históricas impostas pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Este modelo, ao longo do tempo, tem marginalizado os sujeitos rurais e invisibilizado seus saberes. A prevalência de um paradigma educacional urbanocêntrico tem reforçado a percepção de que o sucesso e as oportunidades residem fora do ambiente rural, contribuindo para o esvaziamento das comunidades e a ruptura dos laços intergeracionais nas palavras de (Souza; Santos, 2023).

No cerne desta abordagem, a concepção de educação do campo emerge como um projeto político-pedagógico fundamentalmente alicerçado na formação omnilateral dos sujeitos rurais, articulando de forma indissociável o trabalho, a ciência e a cultura. Esta visão holística visa capacitar os indivíduos a compreender, interagir e transformar suas próprias realidades. A proposta confronta diretamente a lógica capitalista ao valorizar ativamente os saberes locais e ao promover vigorosamente a transformação social. A escola rural, dentro deste arcabouço progressista, é concebida como um espaço dinâmico de escuta ativa, acolhimento genuíno e construção coletiva do conhecimento (Molina; Sá, 2011).

Um princípio central e onipresente da educação do campo é seu profundo alinhamento com os preceitos da pedagogia freireana (Freire, 1996). Essa influência se manifesta explicitamente na ênfase inabalável na conscientização, no diálogo e na criticidade como elementos fundacionais para o fomento de uma prática pedagógica emancipadora (Schneider, 2023).

As inovadoras Cirandas Infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desenvolvidas para a educação infantil, funcionam como ambientes dinâmicos de aprendizado e de construção ativa de uma identidade camponesa distinta, indo muito além do cuidado infantil convencional (Araújo, 2025).

Essa valorização é considerada central para a construção de uma educação verdadeiramente contextualizada. Estudos de caso ilustrativos realizados em comunidades quilombolas (Santos, 2023; Santos; Silva, 2025) revelam vi-

vidamente práticas pedagógicas que incorporam harmoniosamente os saberes ancestrais, fortalecendo significativamente o senso de pertencimento e a autoestima dos estudantes. Arroyo (2007) afirma enfaticamente que a escola deve reconhecer inequivocamente os sujeitos rurais não como receptores passivos de conteúdos urbanos, mas como ativos portadores de saberes e direitos.

Essa valorização não constitui meramente uma estratégia compensatória; ao invés disso, é postulada como um princípio estruturante da prática pedagógica fundamental e indispensável para a construção de uma escola que respeite genuinamente a diversidade, promova ativamente a justiça social e contribua substancialmente para a transformação das condições de vida nas comunidades rurais.

Os projetos pedagógicos devem, portanto, ser desenvolvidos em colaboração com uma participação comunitária robusta e ativa, incorporando cuidadosamente a rica tapeçaria da cultura camponesa, que inclui festas populares, métodos tradicionais de produção agrícola, narrativas orais e práticas profundamente enraizadas de solidariedade (Costa, 2020).

Essa abordagem colaborativa e contextualizada fortalece significativamente o vínculo vital entre a escola e seu território, promovendo assim uma educação que é ao mesmo tempo significativa e verdadeiramente emancipatória. Além disso, posiciona estrategicamente a escola como um espaço dinâmico de resistência e autonomia, onde os educadores assumem os papéis cruciais de mediadores culturais e políticos, promovendo ativamente uma educação crítica e transformadora (Martins, 2019).

A formação adequada de professores rurais é consistentemente identificada como um dos desafios primordiais para a concretização de uma educação verdadeiramente emancipatória. Existe uma notável e crítica ausência de políticas públicas voltadas à formação continuada, o que compromete profundamente a qualidade geral da prática educacional (Santos, 2025).

Muitos professores frequentemente chegam às comunidades rurais sem preparo suficiente para lidar eficazmente com as especificidades culturais, territoriais e pedagógicas únicas desses contextos. Isso, muitas vezes, leva à perpetuação e reprodução de modelos de ensino urbanos e descontextualizados (Costa, 2020).

Martins (2019) observa criticamente que muitos programas de formação inicial, lamentavelmente, não abordam adequadamente essas especificidades,

resultando em práticas escolares que são tanto descontextualizadas quanto amplamente ineficazes. A falta generalizada de formação específica ou a ausência de políticas públicas que reconheçam genuinamente a diversidade inerente aos territórios rurais exacerba ainda mais essa questão crítica (Coutinho, 2020).

Esses desafios são corroborados por dados concretos do Censo da Educação Básica de 2019 (Tabela 1). Os dados revelam lacunas significativas e alarmantes na infraestrutura, a qualidade da formação docente permanece uma questão crítica. Essa deficiência compromete diretamente a qualidade do ensino e dificulta severamente a implementação eficaz de práticas pedagógicas contextualizadas (INEP, 2020).

Tabela 1: Indicadores de Infraestrutura e Formação Docente em Escolas Rurais (2019)

Indicador	Percentual de Escolas Rurais
Com biblioteca	27,3%
Com acesso à internet	40,5%
Com laboratório de informática	< 20%
Professores sem formação superior completa	~16%

Fonte: INEP, 2020

Os dados revelam uma negligência sistêmica da educação rural por parte das políticas públicas, o que mina os próprios princípios da educação do campo. Nessa esteira, a situação atual, conforme os dados do INEP (2020), contradiz e impede diretamente a implementação eficaz desses princípios. Portanto, os desafios enfrentados não são meramente operacionais, mas refletem uma negligência sistêmica mais profunda, indicando que, apesar dos avanços teóricos e políticos da educação do campo, a realidade prática é severamente prejudicada pela falta de vontade política e compromisso institucional.

Diante disto, um desafio sociocultural crítico gira em torno dos complexos dilemas vivenciados pelos jovens camponeses quanto à possibilidade de dar continuidade ao modo de vida tradicional de suas famílias. A sucessão familiar no campo não é um processo automático, mas é profundamente influenciada por uma complexa interação de emoções, expectativas, conflitos e até mesmo rejeições explícitas. Muitos jovens, apesar de terem crescido em ambientes rurais, não se identificam como camponeses e buscam ativamente

vidas alternativas fora de seu território, principalmente por meio da escolarização e da migração para centros urbanos (Costa, 2018).

Essa tensão inerente entre o desejo de permanecer e o impulso de partir revela de forma contundente as limitações das políticas educacionais que falham em dialogar genuinamente com os projetos de vida dos sujeitos rurais. Costa (2018) aponta que as escolas, quando estruturadas predominantemente a partir de uma lógica urbanocêntrica, reforçam inadvertidamente a ideia prejudicial de que o sucesso reside inerentemente fora da área rural, contribuindo assim para o esvaziamento das comunidades rurais e a trágica ruptura dos laços intergeracionais.

Desta forma, a escola surge como espaço de resistência, autonomia e reprodução social camponesa. O papel profundo da escola rural estende-se muito além da mera instrução acadêmica, onde os educadores assumem papéis como mediadores culturais e políticos, promovendo ativamente uma educação crítica e transformadora (Martins, 2019). Crucialmente, a escola também é vital para mediar a construção de laços afetivos, culturais e simbólicos profundos com o território. Isso abrange não apenas a transmissão de técnicas agrícolas, mas, mais profundamente, a perpetuação e evolução de um modo de vida distinto (Costa, 2018).

A escola, nessa visão holística, deve ser um espaço de pertencimento, escuta ativa e construção de futuro, onde os jovens são empoderados a se reconhecerem como sujeitos históricos e como herdeiros legítimos de uma rica tradição que pode ser dinamicamente reinventada. Essa perspectiva abrangente posiciona a educação no campo como fundamental para a continuidade e o florescimento cultural e social das comunidades rurais (Costa, 2018) vai além da mera transmissão de conhecimento, posicionando a educação como um instrumento vital para a continuidade cultural, a formação de identidade e a moldagem ativa de um futuro rural sustentável, especialmente para a juventude.

Isso aborda diretamente os dilemas de jovens camponeses e o risco de migração. Ao fomentar o pertencimento e valorizar sua herança, a escola se torna uma força contrária às pressões da migração urbana. A educação é enquadrada como um agente ativo na garantia da própria sobrevivência e prosperidade das comunidades rurais, não apenas academicamente, mas cultural e socialmente, a fim de capacitar a próxima geração a escolher uma vida rural, não por obri-

gação, mas por um senso de pertencimento, propósito e a capacidade de inovar dentro de sua tradição.

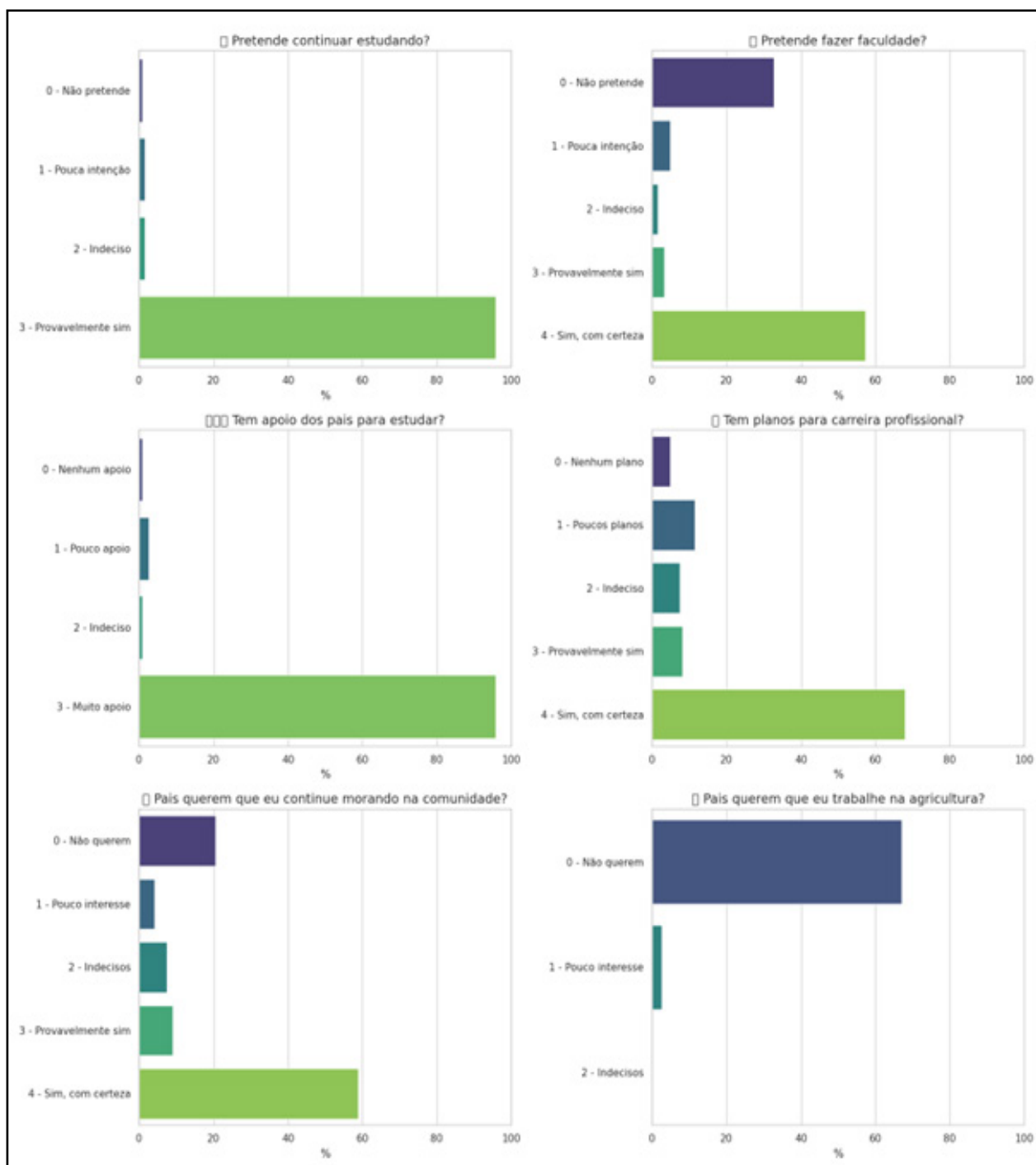
A educação do campo no Brasil representa uma resposta profundamente crítica e essencial a desigualdades históricas profundamente enraizadas, firmemente alicerçada em princípios pedagógicos emancipadores. Embora avanços teóricos significativos e inovações práticas tenham sido alcançados, particularmente através dos esforços incansáveis dos movimentos sociais, desafios persistentes e formidáveis continuam a impedir sua plena realização. Estes incluem deficiências sistêmicas generalizadas nas políticas públicas, lacunas críticas na infraestrutura e os complexos dilemas, muitas vezes intergeracionais, enfrentados pela juventude rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados (Figura 1) evidencia uma tensão significativa entre a herança camponesa e as aspirações de mobilidade social da juventude rural de Ilhéus-BA. O cenário obtido através das entrevistas revela que, apesar de vínculos afetivos e reconhecimento da vida no campo, a maioria dos projetos de vida dos adolescentes está voltada para carreiras urbanas e para a migração. Este fato corrobora os estudos de Costa (2018) de que o modelo educacional predominante, com sua lógica urbanocêntrica, reforça a ideia de que o sucesso reside fora do ambiente rural, contribuindo para o esvaziamento das comunidades e para a ruptura de laços intergeracionais.

Observa-se que há um dilema entre o desejo de permanecer e o impulso de partir, o que mostra as limitações de políticas educacionais que falham em dialogar genuinamente com os projetos de vida desses jovens. A desvalorização dos saberes locais e a falta de formação específica para o contexto rural são fatores que perpetuam um modelo de ensino descontextualizado e ineficaz. A educação do campo, portanto, enfrenta o desafio de se posicionar como um espaço de resistência e de mediação cultural, onde os jovens possam ser empoderados a se reconhecerem como sujeitos históricos e a reinventar sua tradição, em vez de abandoná-la.

Figura 1- Distribuição gráfica das respostas dos formulários respondidos pelos jovens rurais em Ilhéus-BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Através desta discussão, é evidente que carreiras como medicina, engenharia e direito aparecem com maior frequência, enquanto atividades ligadas à agricultura familiar ou à gestão comunitária são pouco mencionadas. Essa tendência revela uma dissociação entre o espaço vivido e o espaço desejado, indicando que a escola rural não tem conseguido mediar de forma eficaz os pro-

jetos de vida dos jovens com os valores e práticas do território. Estudos como os de Santos (2017) e Freitas (2020) apontam que essa lacuna pode ser atribuída à ausência de um currículo contextualizado, que dialogue com os saberes camponeses e com as possibilidades de inovação no campo.

É importante destacar o papel ambíguo da educação como instrumento de mobilidade social. Por um lado, ela é vista como uma via legítima para a superação das desigualdades e para a conquista de autonomia, por outro, ela pode funcionar como vetor de esvaziamento das comunidades rurais, ao reforçar modelos de sucesso desvinculados do território. Essa ambivalência é discutida por Nogueira (2011), que problematiza os limites da escolarização como estratégia de ascensão social em contextos de desigualdade estrutural, especialmente quando não há políticas públicas que valorizem a permanência digna no campo.

Outro ponto relevante da análise é a influência da herança familiar nas escolhas profissionais, é que, embora muitos jovens reconheçam o esforço e a trajetória de seus pais na agricultura, há uma tendência de rejeição da sucessão familiar como projeto de vida. Essa rejeição não se dá apenas por questões econômicas, mas também por uma construção simbólica que associa o trabalho rural à precariedade e à falta de reconhecimento. Estudos como os de Costa (2018) e Barbosa (2018) mostram que a sucessão familiar no campo é um processo complexo, atravessado por conflitos geracionais, expectativas de autonomia e disputas de identidade.

Diante deste cenário, é nítida a importância da escola como espaço de escuta e construção de pertencimento. Quando a escola se abre para os saberes locais, para as narrativas dos jovens e para a valorização da cultura camponesa, ela pode se tornar um território de resistência e de reinvenção dos modos de vida rurais. Essa perspectiva é defendida por Arroyo (2007) e Caldart (2004), que propõem uma pedagogia do campo baseada na formação omnilateral, na gestão democrática e na articulação entre escola, trabalho e cultura.

Nesta esteira, a educação do campo precisa ser repensada não apenas como instrumento de qualificação profissional, mas como espaço de construção de identidade, de valorização do território e de mediação dos projetos de vida

dos jovens. Para isso, é necessário investir em formação docente específica, em políticas públicas que reconheçam a diversidade dos territórios rurais e em currículos que articulem saberes locais e conhecimentos científicos. A escola do campo, nesse sentido, deve ser um espaço de pertencimento, escuta ativa e construção de futuro (Molina; Sá, 2011; Martins, 2019).

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a educação do campo, ao mesmo tempo em que se apresenta como um instrumento de mobilidade social e emancipação, enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e culturais que limitam seu alcance. Os resultados apontam para uma tensão permanente entre a valorização do legado familiar camponês e o desejo dos jovens rurais de acessar novas oportunidades, muitas vezes associadas ao meio urbano. Essa dualidade demonstra que os processos formativos no campo não podem ser analisados apenas como vias de acesso ao ensino formal, mas como espaços de disputa simbólica, de transmissão de memórias e de construção identitária, onde diferentes expectativas, narrativas e valores se encontram.

Constatou-se que a escola rural desempenha papel ambíguo: de um lado, é vista como via legítima de ascensão social e de superação de desigualdades históricas; de outro, pode reforçar a desvalorização dos modos de vida do campo ao não dialogar plenamente com os saberes locais e ao reproduzir modelos urbanocêntricos. A rejeição da sucessão familiar agrícola pelos jovens não é apenas reflexo de dificuldades econômicas ou de limitações materiais, mas também de representações sociais que associam o trabalho rural à precariedade, à ausência de reconhecimento e a um horizonte de oportunidades restritas. Esse cenário aponta para a necessidade de repensar a escola não apenas como transmissora de conteúdos formais, mas como mediadora cultural, centro de valorização territorial e espaço de pertencimento comunitário.

A pesquisa reforça a urgência de políticas públicas que fortaleçam a educação do campo a partir de currículos contextualizados, formação docente específica e gestão democrática, de modo a transformar a escola em espaço de resistência e construção de futuro. Entre as medidas concretas, destacam-se:

criação de programas nacionais de financiamento contínuo para infraestrutura escolar no campo; bolsas de incentivo para formação inicial e continuada de professores com foco em práticas pedagógicas rurais; inserção obrigatória de conteúdos ligados à agricultura familiar, agroecologia e cultura camponesa nos currículos, ampliação do acesso à internet de qualidade e a laboratórios de ciências e informática, além do estabelecimento de parcerias entre universidades, movimentos sociais e comunidades para projetos de extensão e pesquisa aplicados à realidade rural.

Desta forma, investir em materiais pedagógicos adaptados à realidade do campo e em projetos de integração entre escola, comunidade e produção agrícola pode tornar o processo educativo mais significativo e conectado com os anseios da juventude. Reconhecer a interseccionalidade e valorizar as dimensões identitárias, culturais e territoriais da juventude rural são passos fundamentais para promover uma educação inclusiva, equitativa e transformadora, que não apenas prepare os jovens para o mercado de trabalho, mas que também fortaleça o vínculo afetivo, cultural e simbólico com suas comunidades de origem.

Diante do exposto, faz-se necessário compreender que a educação do campo deve ser vista como um projeto político-pedagógico de longo prazo, capaz de resistir às pressões econômicas, às transformações sociais e às mudanças conjunturais. Isso implica não apenas investir em infraestrutura escolar e em formação continuada de professores, mas também garantir continuidade, estabilidade e financiamento adequado nas políticas públicas voltadas para a juventude rural. Uma escola que abra espaço para o diálogo intergeracional, para o protagonismo juvenil e para a valorização das práticas culturais locais pode contribuir significativamente para a permanência dos jovens no campo, não por ausência de alternativas, mas por escolha consciente, crítica e valorizada.

Esse processo também demanda engajamento das famílias, das comunidades e dos movimentos sociais, de modo que a escola seja de fato um espaço coletivo de criação de horizontes e de manutenção das tradições. Assim, a educação do campo deve ir além da qualificação profissional, pois precisa consolidar-se como prática social ampla, capaz de articular saberes tradicionais e científicos, mediar projetos de vida, promover a autonomia dos sujeitos e

garantir que a permanência no campo seja uma escolha digna, sustentável e reconhecida socialmente.

Somente por meio desse compromisso coletivo e institucional será possível construir caminhos que assegurem a continuidade das comunidades rurais, a preservação de seus modos de vida, a valorização das identidades locais e a autonomia de seus jovens. Ao mesmo tempo, torna-se possível criar espaço para inovação, para desenvolvimento territorial e para justiça social. Em suma, a educação do campo, se fortalecida, reconhecida e compreendida em toda a sua complexidade, pode ser um dos principais pilares para a construção de um futuro mais justo, inclusivo, democrático e enraizado nos territórios brasileiros, onde a juventude tenha condições reais de escolher permanecer no campo e reinventar sua tradição em diálogo com os desafios do presente e as perspectivas do amanhã.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sueli. Educação do campo e interseccionalidade: gênero, raça e território. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 45–60, 2021.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. Educação do Campo: Políticas e Práticas, v.6. In: SANTOS, Arlete Ramos dos (Org.). **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.6. Ilhéus: Editus, 2025.

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARBOSA, João. Juventude rural e projetos de vida: desafios para a permanência no campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 1, p. 88–102, 2018.

BARBOSA, João. **Juventude rural e projetos de vida: desafios para a permanência no campo**. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 3, n. 1, p. 88–102, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Notas Estatísticas: Censo da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, José. Educação rural e políticas públicas: uma análise crítica. **Cadernos de Educação**, v. 15, n. 3, p. 22–39, 2012.

COSTA, Marcella Nunes Cordeiro. **Educação do Campo e Formação Docente: Saberes, Territórios e Práticas.**: [s.n.], 2020.

COSTA, Maria Aparecida. Herança e reprodução camponesa: entre o desejo e a negação da sucessão familiar. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 168–188, 2018.

COUTINHO, Luciana. Educação do campo e formação docente: práticas pedagógicas e saberes territoriais. **Revista Educação em Debate**, v. 12, n. 38, p. 45–62, 2020.

FERREIRA, Ana Paula. Educação do campo como prática social: saberes, afetos e resistências. **Revista Práxis Rural**, v. 7, n. 1, p. 11–27, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Heloísa. Educação do campo e juventude rural: desafios para a permanência com dignidade. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 45–61, 2020.

GUIMARÃES, Carlos. Formação docente e educação do campo: desafios e possibilidades. **Revista Formação**, v. 12, n. 4, p. 55–70, 2019.

KUHN, Ednizia; GERMANI, Guiomar. Educação do Campo: Políticas e Práticas, v.6. In: SANTOS, Arlete Ramos dos (Org.). **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.6. Ilhéus: Editus, 2025.

MARTINS, Leonardo Rauta. **Educação do Campo e Formação de Professores: Limites e Possibilidades.**: [s.n.], 2019.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lúcia Marina. **Educação do Campo: Elementos para Construção de um Projeto Político-Pedagógico**. Brasília: MEC, 2011.

MOURA, Maria de Lourdes; SANTOS, Arlete Ramos dos. Educação do Campo: Políticas e Práticas, v.3. In: SANTOS, Arlete Ramos dos (Org.). **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.3. Ilhéus: Editus, 2023.

NOGUEIRA, Maria Alice. Educação e mobilidade social: entre promessas e limites. **Revista Brasileira de Sociologia da Educação**, v. 2, n. 1, p. 23–38, 2011.

OLIVEIRA, Tânia. Multisseriação e práticas pedagógicas no campo. **Revista Educação Rural**, v. 5, n. 3, p. 101–115, 2016.

RODRIGUES, Eliane. Gestão democrática e participação comunitária na escola do campo. **Revista Gestão Educacional**, v. 14, n. 1, p. 73–89, 2020.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.8 e v.9. Ilhéus: Editus, 2025.

SANTOS, Arlete Ramos dos; SILVA, Maria Aparecida. **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.7. Ilhéus: Editus, 2025.

SANTOS, Edson. Juventude rural e identidade: entre o campo e a cidade. **Revista Educação em Debate**, v. 9, n. 1, p. 77–92, 2017.

SCHNEIDER, Magalis. Educação do Campo: Políticas e Práticas, v.5. In: SANTOS, Arlete Ramos dos (Org.). **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.5. Ilhéus: Editus, 2023.

SILVA, Renato. Neoliberalismo e educação rural: impactos e resistências. **Revista Educação e Sociedade**, v. 36, n. 2, p. 215–230, 2015.

SOUZA, Maria José; SANTOS, Arlete Ramos dos. Educação do Campo: Políticas e Práticas, v.3. In: SANTOS, Arlete Ramos dos (Org.). **Educação do Campo: Políticas e Práticas**, v.3. Ilhéus: Editus, 2023.

CAPÍTULO 6

AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO SOB O OLHAR DA JUVENTUDE RURAL DO SUL DA BAHIA

Enzo Yuri Ferreira Sousa
Fábio dos Santos Massena
Felipe Maikon Santos Sousa
Alcides Pereira Santos Neto
Elaine Souza dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-577-5

INTRODUÇÃO

O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade socioeconômica, apresenta um cenário agrícola marcado por contrastes entre o agronegócio e a agricultura familiar. Enquanto o primeiro simboliza a inserção competitiva do país no mercado global, o segundo expressa modos de vida, identidades e resistências culturais profundamente enraizadas no meio rural.

O território brasileiro é conhecido internacionalmente por sua vasta extensão, permitindo-lhe, naturalmente, que parte dessas terras (180 milhões de hectares) sejam destinadas a agricultura, seja ela voltada para o abastecimento alimentício local ou global (Cruvinel, 2009). Nesse cenário de produção, surgem as duas principais vertentes no âmbito agrícola: o agronegócio e a agricultura familiar.

O agronegócio vem destacando-se positivamente no cenário nacional. Este, por sua vez, representa firmemente o mercado competitivo que engloba empresas nacionais e multinacionais que investem massivamente em pesquisas, tecnologias e parcerias que visem aprimorar diretamente as técnicas de produção, obtendo, assim, produtos mais valorizados no mercado (Cruvinel, 2009).

Nesse sentido, o mesmo acaba por representar um feixe entre as diversas cadeias produtivas destinadas a transformação da matéria-prima até o produto final entregue ao consumidor, sendo um modelo econômico marcado pelo mutualismo com outros setores sociais distintos que, em conjunto, transformam o

PIB e a qualidade dos produtos agrícolas brasileiros como um dos mais competitivos a nível mundial (Barros, 2022).

Esse fenômeno agrega valor direto aos produtos agropecuários, resultando em exportações cada vez mais rentáveis. A valorização é evidenciada no estudo do IBGE (2023), que aponta que somente a *Glycine max* (L.) Merrill gerou uma renda bruta de produção na casa dos R\$ 348,6 bilhões.

Para o Governo Federal (Brasil, 2006) enquadra-se como agricultor familiar aquele produtor que possuir uma propriedade de até quatro módulos fiscais, utilizando-se, para a produção, uma mão de obra predominantemente familiar. Assim, a renda familiar deverá ser obtida por intermédio dos lucros oriundos da própria propriedade.

Nesse sentido, a agricultura familiar é responsável direto pela geração de oportunidades de emprego no campo, servindo como amparo para pequenos trabalhadores e possibilitando a produção e o fornecimento de alimentos para a mesa dos consumidores (Hora, 2020).

Fossá e Renk (2021) expandem ainda mais esse pretexto ao associarem a agricultura familiar como uma filosofia de vida atribuída a fatores históricos de cunhos sociais e culturais que permitem traçar raízes profundas ao remeter a identidade e a forma de viver desses produtores, gerando uma heterogeneidade de costumes e valores que refletem diretamente no produto final.

A força desse agricultor familiar é refletida pelos números do IBGE (2017) ao apontarem que mesmo dispostos por áreas significativamente menores quando comparados aos grandes produtores dos agronegócios, 76,8% dos estabelecimentos agropecuária provém desse tipo de produção.

No entanto, apesar dos aspectos benéficos, o encarecimento dos insumos agrícolas, a falta de mão de obra e de apoio governamental acabam deixando esse grupo à mercê de variáveis de difícil controle.

Assim, levando em consideração que além dessas adversidades, problemas como o envelhecimento do campo pressionam ainda mais a futura geração, isto é, os jovens rurais, a decidirem sua permanência ou não no campo.

Nesse contexto, compreender como os jovens rurais percebem essas duas vertentes produtivas (agronegócio e agricultura familiar) torna-se essencial para pensar o futuro do campo brasileiro, especialmente em regiões como o sul da Bahia, onde a agricultura familiar constitui a base econômica e social de numerosas comunidades.

Diante desse contexto, surge uma importante problemática a ser analisada: como os jovens rurais enxergam a influência dessas atividades nos cotidianos próprios, bem como, dos seus entornos? Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em analisar essas percepções, com a justificativa de que compreender essas interações se faz imprescindível para ressaltar como os jovens rurais entendem a importância dessas atividades, muitas vezes tratadas como sinônimos ou até como opostos em seus contextos.

O presente artigo integra a pesquisa intitulada “O sentimento de pertença e a diferenciação do *Self* do jovem rural e o processo migratório campo/cidade”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número do CAAE 28074720.3.0000.5526. Nesse sentido, o seguinte trabalho realiza a sua fundamentação pautada através de recortes referentes as questões 13 (O que sua família planta ou cria?), 14 (A agricultura familiar tem grande importância para mim e para outras pessoas) e 15 (O agronegócio tem grande importância para mim e para outras pessoas).

DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR

A diferenciação dos conceitos acerca do agronegócio e da agricultura familiar devem ser entendidas como múltiplos processos evolutivos sofridos pelos seres humanos desde o período neolítico até os dias atuais, capazes de tornar a agricultura até então primitiva como o principal fator de mudança da ecossfera e, por conseguinte, sinônimo direto de produtividade e sustento para diferentes grupos de pessoas (Mazoyer; Roudart, 2010). No Brasil, as práticas agropecuárias ganharam força, sobretudo, nos anos 90, a partir da criação da Associação Brasileira de Agribusiness e da implementação da Revolução Verde, remetendo, assim, a modernidade e a práticas extensivas em larga escala

que representam o auge das atividades no setor (Sauer, 2008).

Em contrapartida, durante a mesma época, em meio a criação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), popularizou-se o termo da Agricultura Familiar, um importante contraponto do Agronegócio que busca desmistificar a ideia de que o pequeno produtor é ineficaz perante a obtenção de derivados agrícolas nos padrões desejados no mercado (Abramovay, 1997 apud Sauer, 2008).

Multini, Brito e Alexandre (2023) enriquecem a discussão iniciada por Sauer (2008) acerca do agronegócio, apontando que suas práticas devem basear-se em quatro fundamentos principais devidamente interligados (insumos, produção, distribuição e consumo), com o objetivo de associar maior quantidade à qualidade do produto final. Para isso, essas atividades são organizadas em três setores: primário (responsável pela produção agropecuária), secundário (responsável pela transformação das matérias-primas) e terciário (responsável pela comercialização e distribuição dos produtos), sendo estes, cada vez mais fortalecidos perante a modernização das tecnologias agropecuárias.

Por sua vez, Naves e Mendes (2014), ao estudarem o comportamento sociocultural da comunidade Olhos d'Água, perceberam que a agricultura familiar vai muito além do âmbito econômico previsto na Lei nº 11.326/2006. Refere-se ao sentimento de pertencimento à realidade local que mantém viva os costumes e religiões de um povo, através de uma forte memória solidária transmitida de gerações.

Em meio as diferentes abordagens que exploram as diferenças entre os conceitos apresentados, existem aqueles que buscam a polarização do debate entre agricultura familiar e agronegócio, tratando-os como opostos excludentes. Quando essas discussões então extrapolam os campos científicos e atingem o senso comum, acabam gerando um antagonismo artificial que não deveria coexistir, levando as pessoas a acreditarem que existem uma disputa entre ambas as práticas (Silva; Breitenbach, 2013).

Santos e Wander (2024) alertam que essa simplificação das análises entre agricultura familiar e agronegócio contribui para mascarar os verdadeiros desafios presentes nas interações entre ambos os setores, desviando o foco de ques-

tões estruturais e das desigualdades internas que os atravessam. Nesse sentido, segundo os autores, nem toda agricultura familiar é igual e o mesmo se aplica ao agronegócio, existindo múltiplas especificidades que envolvem e caracterizam os distintos grupos sociais envoltos em cada realidade.

Diante desse contexto, Macedo (2014) seguindo o raciocínio descrito por Abramovay (1997 apud Sauer, 2008), descreve que a agricultura familiar deve ser respeitada e integrada de forma objetiva e séria perante pesquisas/políticas públicas, uma vez que a definição estabelecida pela Lei Federal de 2006 comporta-se de maneira limitada e excludente, haja vista que a realidade rural é mais complexa do que a lei reconhece. Nesse cenário, segundo o autor, muitas famílias rurais perdem o direito do acesso às políticas públicas por não se enquadrarem diante da lei. No entanto, não se avalia que muitos desses proprietários acabam sendo obrigados a obterem a renda fora de seus territórios ou a contratar mão de obra externa, tendo em vista, que fenômenos como o envelhecimento do campo e o êxodo rural (por parte dos filhos que buscam melhores condições de vida nas cidades, seja a trabalho ou estudo) dificultam a atividade majoritariamente familiar.

Adicionalmente, Bittencourt (2018), ao basear-se nos dados fornecidos pelo IBGE (2006), descreve que praticamente 25% da mão de obra utilizada nas propriedades rurais já eram de origem não familiar, o que inviabilizaria a entrada legal dessas famílias perante a Lei Federal nº 11.326/2006.

Ainda segundo o mesmo autor, o tamanho limitado das propriedades rurais compromete a viabilidade financeira no negócio. À exemplo disso, cerca de $\frac{3}{4}$ dos produtores familiares da região Nordeste não conseguem gerar uma renda bruta capaz de superar a linha da pobreza, sendo insuficiente para garantia das famílias.

Isso leva a discussão novamente ao ponto inicial descrito por Abramovay (1997 apud Sauer, 2008), onde pequeno agricultor acaba ficando preso em um limbo, no qual é forçado a sair dos modelos previstos na lei para garantir um sustento maior. No entanto, ao fazer isso, o mesmo deixa de ser caracterizado como agricultor familiar, perdendo os benefícios governamentais, como as-

sistência técnica e crédito rural, importantes aliadas para o desenvolvimento econômico e produtivo.

No entanto, o debate não pode ficar restrito apenas à agricultura familiar. É necessário desmistificar as lendas urbanas acerca do agronegócio também, pois, para o senso comum, o mesmo acaba por representar um modelo econômico infalível e de absoluto sucesso, o que, na verdade, nem sempre se concretiza como tal. Desse modo, os sucessos por trás das grandes instituições nacionais e transnacionais são oriundos de suas estratégias particulares para administração do meio e não necessariamente por ser classificada como uma atividade voltada ao agronegócio.

Nesse sentido, é importante frisar que, apesar de representar um modelo promissor, quando bem administrado, ainda assim, enfrenta suas dificuldades, como é em qualquer modelo econômico.

À exemplo disso, um dos desafios enfrentados pelo agronegócio apontado por Brandão (2006) diz respeito a preservação ambiental (seguimento das diretrizes Constitucionais), bem como, da necessidade constante do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias a fim de vencer a forte concorrência no mercado.

Viegas (2024) complementa os desafios citados por Brandão (2006) ao apontar que o dinamismo entre as relações comerciais internacionais (tensões, obstáculos, encarecimento dos produtos), bem como, as próprias deficiências internas do Brasil (questões jurídicas e fundiárias) inibem o vasto potencial do agronegócio no país.

Barros (2022) acaba reforçando a ideia de Viegas (2024), ao apontar que as principais deficiências internas do Brasil dizem respeito a falta de subsídios governamentais, o que acabam influenciando maleficamente no desenvolvimento de projetos relacionados à ciência, tecnologia, gestão de riscos, sustentabilidade e sanidade agrícola.

Os contextos retratados da agricultura familiar e do agronegócio ajudam a desmistificar a ideia de que ambos os modelos são polos opostos excludentes. Tais atividades econômicas devem ser compreendidas pelos jovens como alternativas viáveis para produção alimentícia e manutenção da renda.

No entanto, o principal ponto a ser observado é que ambos os negócios apresentam suas próprias características, sejam elas positivas ou negativas, sendo estas peculiaridades o principal ponto de observação para elaboração de projetos e tomadas de decisões a curto, médio e longo prazo.

A PERCEPÇÃO DO FUTURO DOS JOVENS RURAIS PERANTE A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO

Tonozer, Corona e Cerrati (2022) ao realizarem um estudo acerca dessas percepções, envolvendo jovens rurais que cursam o ensino técnico em agropecuária do Instituto Federal Catarinense (IFC), evidenciaram que a maior parte das famílias (55% x 25,92%) acreditam que o futuro de seus filhos deve ser investido em profissões distintas a agricultura familiar, enquanto o restante aponta a unificação de ambas as atividades como uma via essencial. Entre os principais motivos apontados por essas famílias estão a falta de perspectiva de melhora futura e as dificuldades de produção.

Ainda segundo os mesmos autores, no que diz respeito aos próprios jovens entrevistados, 41% pretendem ficar no meio rural ou na agricultura familiar, optando pela escolha do meio rural em virtude do estilo de vida, uma vez que o ambiente urbano é visto como agitado e tumultuado, além do fato de conseguirem melhor aproveitar unificação entre a formação técnica em agropecuária e as atividades realizadas pela família. Em contrapartida, entre os 22% que querem sair, a justificativa reside na busca por melhores condições de vida e escolarização, ao passo que, 37%, ainda estão indecisos. Dotto (2011) ao analisarem os fatores que influenciam os jovens rurais na decisão de permanecer ou sair da agricultura familiar, no Mato Grosso do Sul, apontam que os mais velhos apresentaram maior inclinação a permanecer nas atividades no campo, tendo em vista o histórico de falhas na migração para as cidades. Entre os principais motivos apontados para migração nas cidades, estão a independência, liberdade e reconhecimento formal trabalhista.

Staloch e Rocha (2019) apontam que os principais motivos de mudanças do campo (jovens das comunidades rurais de Rio da Anta e Craveiro, em Santa Catarina) estão diretamente relacionados a fragilidade na dependência da

monocultura predominante (fumo, uma vez que esse mercado sofre repentinas oscilações de preço), falta de opções de lazer e infraestrutura, além do déficit de conhecimento técnico para manter a atividade familiar, uma vez que os mesmos não recebem nenhum tipo de apoio governamental.

Semelhantes resultados foram obtidos por Yamaguchi et al. (2019) ao realizarem entrevistas durante o “Encontro de Jovens Empreendedores do Meio Rural Catarinense”, realizado em 2019. De natureza quali quantitativa, a pesquisa revela que boa parte dos jovens rurais empreendedores de cidades como Campo Belo do Sul e Lages enfrentam obstáculos no que diz respeito ao poder econômico, evasão rural (mão de obra), falta de conhecimento técnico e de apoio governamental.

Seguindo a mesma lógica da pesquisa exploratória quali quantitativa, Puntel; Paiva e Ramos (2011) contribuem na discussão ao apontar outros problemas voltadas às atividades da agricultura familiar e a vida no campo, sobretudo, no que as dificuldades ao acesso do ensino e da falta de propriedades (tamanho insuficiente para garantir manutenção de um negócio eficiente).

Já para Breitenbach e Troian (2020), a grande dificuldade enfrentada pelos jovens que decidem continuar com as atividades no campo diz respeito a própria sucessão familiar, pois, segundo a pesquisa realizada pelos autores, boa parte das respostas obtidas sugerem que a convivência entre diferentes gerações acaba dificultando os diálogos e a transferência da propriedade para os mais novos.

À exemplo das percepções estabelecidas para a agricultura familiar, o olhar do jovem rural perante seu futuro voltado ao agronegócio também sugere uma divisão de perspectivas e visões, o que acaba dialogando diretamente com o tópico anterior, haja vista, que cada modelo possui seus pontos fortes e fracos, sendo estas características a base para futuras decisões.

Opplert (2023), em sua tese de doutorado, investigando as opiniões de jovens rurais do Rio Grande do Sul e da Ilha de Marajó, apontam que esses indivíduos se sentem desvalorizados, sobretudo, por serem associados (pela comunidade urbana) diretamente ao agronegócio, sendo considerados como parte dele. Nesse sentido, além da perda de identidade, essas comunidades acabam

com a imagem prejudicada, pois são relacionadas, erroneamente, a atividades predatórias ambientais. Assim, a partir dessa desvalorização social, muitos desses jovens acabam por abandonar as atividades no campo, buscando melhores condições financeiras e sociais.

Paralelamente, mesmo que Silva e Breitenbach (2013) discorram a importância de evitar a exclusão dos conceitos atribuídos à agricultura familiar e o agronegócio, a realidade da sociedade rural brasileira descrita por Barcellos e Mansan (2014) assume um caminho totalmente oposto. Para os autores, as alavancadas atividades do agronegócio têm resultado na diminuição das atividades da agricultura familiar e, por conseguinte, em sua sucessão.

Paulo (2014), ao analisar diferentes estudos dentro da temática, conclui que a influência do agronegócio perante o futuro dos jovens rurais possibilita uma verdadeira mistura de sensações. Por um lado, o modelo representa uma valiosa oportunidade de valorização econômica. Por outro, escancara a impossibilidade da agricultura familiar, nos moldes atuais, em proporcionar a realização de projetos de vida bem sucedidos.

Machado et al. (2025), ao analisarem jovens de diferentes regiões do país, apontam que esses indivíduos creditam o agronegócio como um modelo econômico injusto, pois, para a maioria deles, a utilização de agrotóxicos, juntamente com as péssimas condições de vida oriundas das exaustivas jornadas de trabalho, atuam em conjunto para mitigação da qualidade do alimento e do bem-estar humano.

Em contrapartida, ainda segundo a mesma pesquisa dos autores, as atividades da agricultura familiar são extremamente valorizadas entre os jovens rurais, uma vez que o modelo utiliza técnicas agroecológicas e seguem tradições, culturas e técnicas locais. Por sua vez, Gimenes (2019) destaca que o agronegócio pode ser percebido pelos jovens rurais como uma oportunidade de engajamento e desenvolvimento profissional, principalmente devido à incorporação de tecnologias, que despertam seu interesse e motivam sua participação no setor.

Ramos, Souza e Leão (2022), ao realizarem uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, analisando o agronegócio sob o ponto

de vista de jovens rurais estudantes da região de Confresa, Mato Grosso, discorrem que entre os indivíduos analisados, 86% compreende que o agronegócio representa uma vantagem para a região, sobretudo, econômica. Por outro lado, quando questionados se a atividade representa apenas benefícios, 71% apontaram que não, sendo os impactos ambientais uma das principais respostas apresentadas ao questionamento.

Ainda segundo os autores, quando indagados sobre os impactos sociais, percebeu-se uma divisão das respostas, com quase metade (43%) dos jovens acreditando que a expansão do agronegócio tem relação direta com a saída dos mesmos das atividades em campo.

Todas essas revisões mostram que há uma forte divisão de opiniões por parte dos jovens rurais acerca da agricultura familiar e do agronegócio, sendo essa diversificação atribuída às diferentes especificações onde cada qual está inserido. Além disso, observa-se um foco na literatura em regiões como sul, sudeste e centro-oeste, em detrimento, por exemplo, das regiões norte e nordeste. Nesse cenário, surge o questionamento: Quais as percepções dos jovens rurais do sul baiano acerca de ambas as temáticas?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período amostral (outubro 2021 – dezembro 2024) houve mais de 100 respostas obtidas ao longo das nove comunidades (Tibina, Retiro, Rio Cachoeira, Frei Vantuy, Vila Porto Seco, APAUT, Assentamento Nova Vitória, Rio do Engenho e Maria Jape) avaliadas.

Quando esses jovens foram questionados sobre a importância da agricultura familiar para eles, a imensa maioria (104) concordam parcialmente ou totalmente acerca da avaliação. Respostas como “Porque é um meio de sobrevivência” indicam que grande parte dos participantes possuem consciência de que atividade é fundamental para tentar garantir sustento da comunidade.

As respostas como “serve para alimentar, gerar renda e integrar a família” (45,59%), “produz alimento para a população” (8,82%) e “a pessoa gerencia seu próprio negócio com a família” (5,88%) reforçam a percepção positiva

sobre a agricultura familiar. Esses resultados evidenciam o reconhecimento de sua importância social e econômica, especialmente na produção de alimento, e destacam seu papel na formação do *Self* rural, ao promover a integração familiar e a transmissão de tradições e valores comunitários. Por outro lado, argumentações como “não sobra tempo para lazer” (1,47%), “não me interessa pela área” (2,94%) e “não sei responder” (27,94%) que, juntas, representam quase 1/3 das respostas, mostram um importante contraponto na análise, ao realçar que apenas a minoria desses jovens, mesmo inseridos a anos no meio, apresentam justificativas concretas sobre os motivos delas não considerarem a prática da agricultura familiar como importante.

A indecisão pode ser naturalmente explicada pelo fato de que, durante o período da adolescência, ocorrem diferentes mudanças nos modos de agir e pensar desses indivíduos, demandando tempo próprio para cada um adaptar-se a essas transformações, uma vez que ainda não possuem a clareza ou firmeza para justificar. Outro motivo pode ser a desconexão com o contexto, nas quais, mesmos que esses jovens estejam ali inseridos, acabam não vivenciando a fundo as experiências da agricultura familiar, optando por investir suas atenções plenas em outras atividades.

Ao serem questionados sobre o que a família cria, as respostas obtidas foram as mais variadas possíveis (Não sabe, nada, cacau, mandioca, cana, chocolate, banana, frutíferas, polpa de frutas, hortaliças, peixe, animais, Grãos: Feijão e milho, pimenta, chás e diversos desses itens juntos). Como já esperado, o tópico “diversos itens juntos” representou a maioria das respostas obtidas, com 51,6%. No entanto, o que mais chama a atenção nesse questionamento diz respeito ao percentual das famílias que não plantam nem criam nada, isto é, 22,1%.

Uma das hipóteses mais prováveis diz respeito à falta de mão de obra, bem como, das próprias limitações no que tange o dimensionamento das propriedades. Percebeu-se também que boa parte dos adultos trabalham nas cidades, pois a remuneração recebida através das atividades no campo (produtos comercializados nas feiras das cidades) age como um complemento a renda familiar e, não necessariamente a única atividade principal.

O principal ponto a ser observado é que, embora praticamente um quarto dos jovens relate que suas famílias não produzem nada, ainda assim, na questão anterior, quando foram questionados sobre a importância da agricultura familiar, 104 responderam que concordam plenamente ou parcialmente. Isso evidencia o espírito de comunidade e a valorização da atividade, mesmo entre aqueles que, no caso, não possuem produção familiar própria.

Quando questionados se o agronegócio exerce grande influência sobre eles (e também sobre o entorno), 61,5% concordaram totalmente e 9,8% concordaram parcialmente. Entre os indiferentes, registrou-se 9%. Já 18% discordaram totalmente e 1,6% discordaram parcialmente.

Entre as respostas obtidas, 28% responderam “sem ela não tem humanidade, não tem comida”, 16% disseram “tem muitas oportunidades de emprego e renda”, 9% afirmaram “é o que movimenta o país” e 47% declararam “não sei”.

Dentre as respostas que avaliam a influência do agronegócio, percebe-se que apesar de valorizarem a produtividade, geração de empregos e as movimentações comerciais, não há menções dos jovens sobre os eventuais pontos negativos, como, por exemplo, os impactos ambientais, o que pode indicar uma falta de profundidade acerca da temática, enxergando-a apenas como um modelo de produção que serve contraponto à agricultura familiar.

Isso pode ser reforçado por um importante contraponto observado nos dados. Ao analisar-se os dois extremos das respostas obtidas, isto é, a concordância ou a discordância (parcialmente ou totalmente) infere-se que apenas os indiferentes (9%) não possuem interesse pela temática, ou seja, 91% dos jovens possui uma opinião acerca da influência do agronegócio na vida deles e de outras pessoas.

No entanto, 47% declararam não saber justificar a escolha obtida, o que sugere que essas opiniões ainda são parciais ou pouco estruturadas, sem embasamentos profundos, possivelmente influenciadas por estereotipação de ideias externas ou percepções gerais, sem uma compreensão aprofundada sobre a temática.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que, entre os jovens rurais do sul da Bahia, especialmente no município de Ilhéus, prevalece uma percepção amplamente positiva em relação à agricultura familiar. Esse grupo reconhece a atividade como essencial para a manutenção da vida no campo, não apenas como fonte de sustento e geração de renda, mas como um elo vital de identidade, cultura e pertencimento.

A agricultura familiar, nesse sentido, representa muito mais do que um modelo produtivo: constitui-se como expressão de uma forma de viver e resistir, fundamentada na cooperação, na solidariedade e na valorização dos saberes tradicionais transmitidos entre gerações.

No entanto, a alta taxa (27,94%), correspondente aos jovens que não sabem justificar se concordam ou não acerca da influência da agricultura familiar em suas vidas, revelam que uma significativa parcela dos participantes ainda desconhecem a real importância da atividade para seu próprio entorno, seja por uma imaturidade natural da idade ou simplesmente por um descaso próprio.

Por outro lado, muitos também acreditam que o agronegócio exerça uma grande influência para eles, bem como, para o entorno, sobretudo, no que diz respeito a produção de alimentos, geração de empregos e favorecimento dos fluxos comerciais. Conquanto, à exemplo da temática da agricultura familiar, muitos desses jovens (47%) forneceram resposta como “não sei”, embora, 91% concordassem ou discordassem da afirmação em algum grau.

Dessa forma, ainda que haja uma valorização tanto da agricultura familiar quanto do agronegócio, observa-se que as percepções dos jovens permanecem superficiais e, em certa medida, dissociadas dos debates contemporâneos sobre sustentabilidade, inovação e justiça social.

A maioria associa a relevância de ambas as atividades apenas à produção de alimentos e geração de renda, deixando de lado dimensões igualmente fundamentais, como o uso racional dos recursos naturais, a segurança alimentar e a preservação das identidades culturais do meio rural.

É preciso, portanto, reconhecer que o agronegócio e a agricultura familiar não são modelos antagônicos, mas complementares, desde que guiados por princípios éticos, sustentáveis e inclusivos. O primeiro, quando pautado em práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas, pode contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento nacional. Já a segunda permanece como o alicerce da segurança alimentar brasileira, da preservação ambiental e da coesão social no campo, garantindo diversidade produtiva, manutenção de saberes locais e fortalecimento das economias regionais.

Compreender as percepções dos jovens rurais sobre essas duas vertentes é, portanto, fundamental para subsidiar políticas públicas que incentivem sua permanência e protagonismo no campo. É indispensável que instituições de ensino, cooperativas e órgãos governamentais ampliem esforços para integrar a juventude rural a projetos que aliem ciência, tecnologia e tradição, favorecendo a criação de uma nova ruralidade, mais inovadora, participativa e solidária.

Conclui-se, assim, que a agricultura familiar deve continuar sendo tratada como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, não apenas por sua importância econômica, mas pelo papel que exerce na formação de cidadãos conscientes, comprometidos com o meio em que vivem e capazes de transformar suas comunidades a partir do conhecimento, da cooperação e do respeito à terra. Essa é a base para a construção de um futuro rural que una produtividade e pertencimento, eficiência e sensibilidade, progresso e humanidade.

REFERÊNCIAS

ABL - Academia Brasileira de Letras. **Qualiquantitativo**. 2025. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/qualiquantitativo>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BARCELLOS, S. B.; MANSAN, P. R. A. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**: balanço, perspectivas e questões para o debate. In: Juventude rural e políticas públicas no Brasil. 1 ed. Brasília: Presidência da República, 2014.

BARROS, G. S. C. **AGRONEGÓCIO**: conceito e evolução. 1 ed. São Paulo: CEPEA, 2022.

BITTENCOURT, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 11/10/2025.

BRANDÃO, A. S. P. Conquistas e desafios do agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, [S. l.], v.15, n.1, p. 117–118, 2006.

BRASIL. **Lei 11326 de 24 de julho de 2006**. Dispõe sobre o estabelecimento das diretrizes para formulação de Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília-DF: Presidência da República, 2006.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, [S. l.], v.56, n.1, p.26-37, 2020.

CRUVINEL, P. E. **Agronegócio e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. 1 ed. São Carlos: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 2009.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011, p.113.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Unochapecó**, [S. l.], v.30, n.54, p.74-91, 2021.

GIMENES, A. F. Modernização do campo atrai jovens para o agronegócio: Tendências do setor e como se preparar para o mercado de trabalho serão temas abordados no YAMI - Youth Agribusiness Movement International, que será realizado em São Paulo. **Revista Cultivar**, 2019. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/modernizacao-do-campo-atrai-jovens-para-o-agro-negocio>. Acesso em: 13 ago. 2025.

HORA, A.M.M. **A importância da agricultura familiar, enquanto produtora de alimentos e o reconhecimento formal da categoria no mundo do trabalho**: a agricultura familiar é de suma importância para assegurar a segurança alimentar. Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, 2020. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-enquanto-produtora-de-alimentos-e-o-reconh-a302/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura familiar: Atlas do espaço rural brasileiro**. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção de soja**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/soja/br>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MACHADO, P. B.; CHAGAS, C. M. S.; CORDEIRO, A. A.; CASTRO, E. G.; SOUZA, T. S. N. Alimentação e sustentabilidade em perspectiva multidimensional: percepções e práticas de jovens rurais. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v.41, n.5, p.1-12, 2025.

MACEDO. **Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo**: o segmento da agricultura familiar no Brasil abriga uma conceituação ainda difusa e costuma ser associado ao espaço explorado por pequenos produtores com referencial de unidades produtivas em base familiar. In: Agricultura Familiar e a difusa conceituação do termo: pesquisadores da Embrapa Hortaliças opinam sobre o tema. Embrapa Hortaliças, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1109723/hortalicas-em-revista-agricultura-familiar-e-a-difusa-conceituacao-do-termo>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MULTINI, L.; BRITO, C. S.; ALEXANDRE, W. Conceito e Evolução do Agronegócio. **Anais...** XI Congresso de Trabalhos de Graduação - Faculdade de Tecnologia de Mococa, v.7, n.1, Mococa, 2023.

NAVES, L. M. S.; MENDES, E. P. P. Os aspectos formadores da identidade dos agricultores familiares: a comunidade rural Olhos D'Água no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, [S. l.], v.16, n.2, p. 39-56, 2014.

OPPLERT, M. **Percepções e motivações dos jovens rurais em relação à atividade agropecuária**: os casos do Rio Grande do Sul e da Ilha de Marajó. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023, p.195.

PAULO, M. A. L. **Juventudes rurais do Nordeste**: as múltiplas realidades numa região de contrastes. In: Juventude rural e políticas públicas no Brasil. 1 ed. Brasília: Presidência da República, 2014.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais...** I Circuito de Debates Acadêmicos – IPEA, Brasília, Distrito Federal, 2011.

RAMOS, W. S.; SOUZA, M. A. M.; LEÃO, M. F. O agronegócio sob o ponto de vista de estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola do campo de Confresa/M. **Research, Society and Development**, [S. l.], v.11, n.1, e8911125071, 2022.

REZENDE DOS SANTOS, R.; ELENOR WANDER, A. Agronegócio, agricultura familiar e o risco das generalizações. **Estação Científica**, [S. l.], v.18, n.31, p. 1-17, 2024.

SANTOS, R. R.; WANDER, A. E. Agronegócio, agricultura familiar e o risco das generalizações. **Anais...** LXII Congresso da Sober – UFT, Palmas, 2024.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. 1 ed. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SILVA, A.; BREITENBACH, R. O debate “agricultura familiar versus agronegócio”: as jaulas ideológicas prendendo os conceitos. **Revista Extensão Rural**, [S. l.], v.20, n.2, p.63-85, 2013.

STALOCH, R.; ROCHA, I. de O. Agricultura familiar e a permanência no campo: a experiência de um projeto realizado e a percepção dos jovens sobre o município de Santa Terezinha (Santa Catarina). **Extensão Rural**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 89–112, 2019.

TONEZER, C.; CORONA, H. M. P.; CERATTI, E. R. R. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. **Redes**, [S.I.], v. 27, n.1, p.1-18, 2022.

VIEGAS, L. **Os desafios do agronegócio brasileiro nas relações comerciais internacionais**. Revista Cultivar, 2024. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/artigos/os-desafios-do-agronegocio-brasileiro-nas-relacoes-comerciais-internacionais>. Acesso em: 14 ago. 2025.

YAMAGUCHI, C. K.; RAMOS, N. K.; SILVA, V.; GRACIETTI, L. Percepções de jovens sobre as dificuldades de empreender e desenvolver as propriedades rurais de agricultura familiar. **Anais...** Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019.

CAPÍTULO 7

SONHOS E PLANOS DE VIDA DOS JOVENS RURAIS: ENTRE A REALIDADE LOCAL E AS ASPIRAÇÕES GLOBAIS

Vanessa Lino da Silva

Fábio dos Santos Massena

Doi: 10.48209/978-65-5417-577-6

INTRODUÇÃO

O debate acerca da juventude no Brasil, segundo Castro (2009a) trata da distinta dinâmica, definições e suas adjetivações das quais comumente englobam termos genéricos e amplos demais para tratar de forma específica a juventude rural, que nesta pesquisa considera-se como uma categoria-chave de análise, quanto a decisões de permanência, migração, educação do/no campo, participação em movimentos sociais e planos de vida. Ferreira e Alves (2009, p. 245) enfatizam a relação da juventude rural às expectativas atribuídas ou esperadas, “pois são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar”.

Por conseguinte, pesquisas sobre população por situação de domicílio no Censo 2010 e Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam para o predomínio urbano, com permanente redução da população rural, respectivamente contabilizando 15,6% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010) e 12,6% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), evidenciando a instabilidade e os desafios para as juventudes rurais.

A partir de destaques como população e demais análises (população jovem, envelhecimento populacional rural), verificam-se relevantes indicativos para a crescente vulnerabilidade para o cenário nacional, especialmente ao tratar da juventude rural, e a necessária ação de distintos setores, órgãos e entida-

des para reduzir as disparidades e elevar as oportunidades, atendendo assim ao oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presente na Agenda de 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (Nações Unidas Brasil, 2025).

É preciso compreender que a juventude, seja rural ou urbana, refletem a capacidade de crescimento da próxima geração pautada na força de trabalho e planos de vida, e com isso se evidencia a necessidade de construção de apoio e condições que reduzam as disparidades em âmbito econômico, social e educacional, ampliando as possibilidades de desenvolvimento coletivo e individual, especialmente aos jovens cuja realidade reflete a distinta ruralidade.

Além disso, as oportunidades de inserção social dos jovens dependem diretamente dos recursos materiais e simbólicos a que têm acesso durante o processo de socialização. Tais recursos, herdados das gerações anteriores e reinterpretados pelas novas, formam as bases objetivas sobre as quais cada indivíduo constrói sua própria trajetória de vida (Weisheimer, 2005).

De forma breve, é relevante considerar o ‘ser aluno’ na perspectiva do campo, que conecta-se ao ambiente rural, cujas ações dialogam com temáticas sobre o acesso à terra, a agricultura e a base familiar, aos movimentos sociais além dos saberes e fazeres distintos que estão presentes na construção pessoal da juventude rural.

Nesta perspectiva, Lima et al. (2013) exemplificam que condição de vulnerabilidade que afeta a juventude em geral, torna-se ainda mais complexa quando se trata do jovem do meio rural. Esse grupo, possivelmente por representar uma parcela cada vez menor da população brasileira, ainda é pouco reconhecido como uma questão prioritária na formulação de políticas públicas direcionadas.

Além do próprio estigma de ser ou morar no campo, esta juventude rural ainda reflete os traços da masculinização do campo, moldando as possibilidades de planejamento e sonhos de vida ao se dissociar a partir do gênero envolvendo os jovens e as jovens rurais. O processo entre “ficar” e “sair” do campo,

torna o acesso à educação, ao trabalho, aos sonhos desiguais, direcionando-os à novas escolhas e à formação deste como adulto, pertencente à sociedade.

Em contrapartida, os jovens rurais enfrentam realidades e vivenciam sentimentos entre atender as demandas coletivas que os rodeiam (sucessão/herança) e se permitir seguir sonhos e aspirações individuais. Ao encarar com maior intensidade às realidades como o crescente êxodo rural, a redução da infraestrutura e qualidade de ensino do/no campo, a juventude rural enfrenta dilemas/desafios, revelando assim a necessidade do diálogo e iniciativas que envolvam Estado, movimentos sociais e os próprios atores de mudanças, os jovens rurais.

Como relevante ação envolvendo distintas participações entre governo, estado e município, a educação do/no campo torna-se prioridade para garantir condições adequadas de acesso ao ensino superior, dos jovens e das jovens rurais, promovendo alternativas de presente e futuro a esta categoria chave, dos quais estão inseridos em uma ‘multiplicidade de mundos’.

Nesse contexto, Leão, Dayrell e Reis (2001) destacam que a ideia de um “futuro aberto” passou a exercer forte influência sobre os referenciais culturais da modernidade, permanecendo atual até os dias de hoje. O futuro, assim como a história, não se repete; ele representa o espaço do novo, do inédito e do movimento em direção ao progresso. “No futuro aberto, [...] liberdade e incerteza aparecem como as duas faces de uma mesma cabeça” (Leão; Dayrell; Reis, 2011, p. 1073). Na concepção de projeto de vida, adiam-se as recompensas do tempo presente, o qual torna-se uma ‘dimensão’ que “prepara” o futuro’, as satisfações, benefícios que estão sendo construídos/planejados.

Seguindo essa perspectiva, a inserção social dos jovens passa a ser entendida como consequência de suas próprias habilidades em construir e manter um projeto de vida, transformando-se em uma responsabilidade individual. Dessa forma, é essa capacidade pessoal que tende a explicar, e até justificar, a posição social que o indivíduo ocupará na vida adulta (Leão; Dayrell; Reis, 2011).

É promovendo as capacidades da juventude rural adequadas à realidade do campo, reconhecendo os desafios e vulnerabilidades, e fomentando políticas de amparo social, educacional e financeiro para assim garantir o bem-estar, qualidade de vida, educação e sonhos alinhados às necessidades destes jovens

rurais. A presente pesquisa é resultado do projeto “O sentimento de pertencimento, personalidades e a migração campo/cidade”. Portanto, o estudo tem como objetivo analisar os sonhos e planos de vida dos jovens das comunidades rurais do município de Ilhéus, Bahia.

Assim, foram realizados levantamentos bibliográficos de fontes como Google acadêmico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (para dados sobre população, situação por domicílio) e ResearchGate. Assim, buscou-se os descritores “jovens rurais, aspirações, sonhos e projetos de vida”.

O levantamento bibliográfico analisado e pesquisado compreendeu dissertações, teses e artigos. Diversas literaturas elucidadas tiveram como base relatos de experiências e entrevistas com jovens rurais e familiares residentes em municípios da região sul do país, contudo tornou-se possível avaliar tais iniciativas para esta pesquisa no município de Ilhéus-BA.

A metodologia desta pesquisa enquadra-se em descrições e análises dos dados, conduzida a partir do aprofundamento para uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A área de estudo centraliza-se no município de Ilhéus-BA com as análises das nove comunidades rurais (Tibina, Retiro, Rio Cachoeira, Frei Vantuy, Vila Porto Seco, APAUT, Assentamento Nova Vitória, Rio do Engenho e Maria Jape) e participação de 122 jovens de ambas as comunidades.

A participação dos jovens rurais residentes nas comunidades mencionadas elucida e levanta diversas questões presentes no questionário, delineada a partir de Likert (1932) o qual estrutura o conjunto de proposições a fim de análise junto ao conjunto de respostas devolvidas pelos indivíduos pesquisados, e nesta pesquisa utilizaram-se as seguintes respostas: “Discordo totalmente”, “Discordo parcialmente”, “Indiferente”, “Concordo parcialmente” e “Concordo totalmente”.

As questões centrais para este artigo listadas a seguir englobam o universo de 122 jovens rurais: questão 06 - Tem planos para a carreira profissional, questão 22 - Eu tenho planos e sonhos para minha vida, questão 23 - Eu tenho o apoio dos meus pais para a realização dos meus sonhos e planos e questão 26 - O transporte é satisfatório aqui. Além da utilização para análise estatística através do *IBM SPSS Statistics 7.0*.

REVISÃO TEÓRICA

A pesquisa buscou analisar a juventude rural considerando-a uma categoria-chave envolvendo a agricultura familiar, participação social, fatores de permanência, migração e seus projetos de vida. Para isto, foram explorados autores como Leão, Dayrell e Reis (2011), os quais utilizaram como metodologia “Grupos de Discussão” para ouvir, relatar e compreender os jovens, cujas vivências ocorrem durante o ensino médio aliada aos projetos de vida e família.

Por outro lado, autores como Abramovay (1998), Brumer, Souza e Zorzi (2002), Buczenko e Rosa (2018), Castro (2009a, 2009b), Ferreira e Alves (2009), Leão, Dayrell e Reis (2011), Lima et al. (2013), Puntel, Paiva e Ramos (2011) e Weisheimer (2005) sintetizam questões de gênero, a masculinização do campo, o êxodo rural, a sucessão/herança, a educação do/no campo bem como elementos vinculados aos programas e a visualização do jovem rural como um ator político.

Os debates sobre as juventudes rurais envolvem suas escolhas, os novos contextos que enfrentam e as incertezas que permeiam essa fase da vida. Nessa direção, Castro (2009a, p. 188) observa que a juventude é compreendida como uma categoria social que, em geral, ocupa uma posição de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, o jovem é também associado à ideia de “futuro” e de “transformação social”.

GÊNERO

Ao se aprofundar sobre as perspectivas, sonhos e planos dos jovens rurais, uma questão relevante surge na medida em que a categoria é analisada através do gênero. “A posição hierárquica inferior das moças, no interior das famílias, bem como a divisão de trabalho entre meninos e meninas, na unidade familiar, leva a algumas destas diferenças relacionadas ao gênero” (Lima et al., 2013, p. 42).

Para Abramovay os homens optam pela permanência no campo enquanto as mulheres sonham e projetam o avanço no ambiente urbano, levando-as aos movimentos migratórios.

Nessa perspectiva, destaca-se que o gênero influencia diretamente o modo de vida, o vínculo com a terra ou com o lar, a divisão das tarefas familiares e o tempo disponível para a educação. As jovens tendem a enxergar no trabalho urbano maiores possibilidades de autonomia em relação à família, participam menos das atividades produtivas rurais e possuem menor probabilidade de herdar a terra. Além disso, apresentam, em geral, níveis mais elevados de escolaridade e maior acesso à formação profissional nas cidades. Já os rapazes, especialmente os que são casados, demonstram maior predisposição a permanecer no campo (Lima et al., 2013).

Verificam-se que de fato existem aspirações, locais e globais, direcionando os sonhos da juventude rural, seja para na garantia da terra o melhoramento e a mobilidade familiar imediata, seja no âmbito educacional, este especialmente pautado pela presença feminina. Entretanto, ainda é necessário compreender como estes atores sociais, especialmente através das jovens rurais, ao avançar na educação externa poderão retornar e aplicar no campo o conhecimento adquirido nas cidades.

Contudo, mesmo tal iniciativa torna-se complexa devido a divergência entre o ensino urbano e rural, e sua efetiva aplicabilidade à juventude rural. Assim, as ações como adequação das infraestruturas, redução do fechamento das escolas rurais, implementação educacional aliada à realidade do campo, como cursos técnicos aliados a agroecologia de benefício a longo prazo para as juventudes rurais, formarão uma base sólida inicial, aliando as aspirações coletivas e individuais dos jovens rurais nas próprias comunidades.

De acordo com Ferreira e Alves (2009), diante das limitadas oportunidades de permanência no meio rural, muitos jovens passam a elaborar seus projetos de vida distanciando-se de suas origens, buscando inserção no mercado de trabalho urbano. Esse movimento resulta em um duplo processo: o esvaziamento populacional do campo e o crescimento da pressão demográfica nas cidades, gerando consequências negativas para ambos os contextos.

Para os jovens e as jovens rurais planejar seja local ou globalmente, como menciona Abramovay (1998), é identificar a participação destas juventudes como atores sociais organizados e atuantes. Perceber que os distintos fatores como a herança da propriedade rural não deve ser um impeditivo para as jovens posicionarem-se como categorias fundamentais, refletindo assim a relevância ao tratar de gênero e êxodo rural, além de contribuir para o papel destas não apenas nas unidades familiares mas também nas atividades do campo.

“A masculinização do meio rural não pode ser encarada como decorrência natural do processo de desenvolvimento. A intensidade do êxodo juvenil feminino é a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família” (Abramovay, 1998, p. 87).

MOBILIDADE SOCIAL E MIGRAÇÃO DOS JOVENS RURAIS

Ao compreender seja com definições do Estatuto da Juventude e da OMS sobre juventude, Puntel, Paiva e Ramos (2011) reafirmam importante noção entre a possibilidade de mobilidade social de uma categoria específica, do qual se definem quem são estes ‘jovens rurais’, delimitados como “os filhos de agricultores familiares”, mas também daqueles pertencentes a comunidades ou assentamentos que vivenciam incertezas e escolhas de vida semelhantes. “O jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai” (Puntel; Paiva; Ramos, 2011, p. 9-10).

Segundo Lima et al., (2013), verifica-se no país a migração do jovem rural desde as décadas de 40-50, logo um fenômeno de saída do campo expressivo e intensificado ao longo dos anos. É importante mencionar que a juventude rural vivencia questões agrárias, cada vez mais intensas, seja através de questões como uso, posse e propriedade da terra, conflitos geracionais que promovem à migração frente à ascensão global de novos aparatos tecnológicos que rivalizam com o agronegócio.

Abramovay (1998) sinaliza a preocupação com a próxima geração de agricultores familiares, dados os condicionantes quanto ao êxodo rural na agricultura familiar aliado ao aumento do envelhecimento e ‘um severo processo

de masculinização da juventude’. Trata-se de garantir no campo a próxima geração que irá atribuir a responsabilidade pela reprodução das atividades produtivas, enquanto se busca a adequação educacional.

O processo de migração e a busca pela mobilidade torna-se um fator relevante entre ‘ficar’ e ‘sair’, capaz de modificar os planos dos jovens rurais por distintos fatores, seja por atrativos externos (urbano) como jornadas de trabalhos reduzidas e/ou menos extenuantes ou internos (rural) a partir do acesso a terra e a sucessão hereditária. Contudo, o processo até a garantia da posse e continuidade do trabalho na terra, demandas dos jovens rurais, persistência e luta. “O acesso à terra, por meios informais ou formais, é considerado como uma influência positiva sobre a permanência dos jovens rurais no campo” (Lima et al., 2013, p. 45).

Dito isto, os dois condicionantes mencionados tornam-se relevantes ao jovem rural, o qual permanece no campo em busca de viver e perpetuar através da reprodução da produtividade familiar.

Nessa perspectiva, Lima et al. (2013) destacam que a migração dos jovens rurais deixa de ser vista como um processo inevitável e passa a ser compreendida como um fenômeno que necessita de análise mais profunda, considerando suas causas e consequências. Tal compreensão possibilita a identificação de alternativas capazes de promover um desenvolvimento mais equilibrado entre o campo e a cidade, por meio de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida e à ampliação das oportunidades de trabalho e permanência dos jovens no meio rural.

Com o crescimento das demandas dos jovens rurais para permanecer no campo, a mobilidade social desta categoria atenta-se às oportunidades de trabalho, o acesso à terra e a educação de qualidade que possibilitem a continuidade para persistir e projetar no campo.

JUVENTUDES RURAIS E OS PLANOS DE VIDA

A vida dos jovens rurais até a completa formação deste como adulto, perpassam por condicionantes como sucessão hereditária, êxodo rural e demais fatores para assim aliar a própria noção de sonhos e projetos às adversidades

vivenciadas no campo. “Estamos falando do primeiro conceito fundamental para a nossa discussão, os projetos, que são as experiências humanas previamente pensadas, organizadas, idealizadas e definidas” (Almeida; Alves, 2021, p. 15).

Ao avançar e se tornar um jovem rural que projeta o futuro, condições de vida, sonhos e possibilidades fazem parte do cotidiano no campo, local de influência, seja através da família ou da comunidade da qual se insere. O papel masculino e feminino destes jovens no campo, seja pela concepção atribuída a pluriatividade ou a esfera da reprodução/trabalhos domésticos, sintetiza a necessidade de debates sobre juventudes rurais enquanto atores de mudança.

Para Ferreira e Alves (2009) a desigual relação social para as jovens rurais e a exclusão no interior da agricultura familiar refletem a motivação da saída destas do campo para as cidades. Enquanto os jovens, caso o aspecto migratório possibilite a ida para a zona urbana, da mesma forma escolhem pelo êxodo da unidade de produção familiar. Por conseguinte, ao se avaliar por gênero e condicionantes internos, se avalia que na atualidade as aspirações das juventudes rurais atrelam-se as oportunidades, ao emprego formal mas também quanto a implementação da qualidade de ensino presente no campo.

Verifica-se a relevância da promoção ativa de infraestrutura, ensino e programas aliados ao campo, para fornecer aos jovens as opções e possibilidades necessárias para aliar o sonho à realidade rural. Assim, às decisões dos jovens rurais podem centrar-se na localidade (ao se oferecem oportunidades no campo), nas ações para a reprodução da agricultura familiar, educação do/no campo e em expectativas para a participação de créditos rurais, como o programa Nossa Primeira Terra (NPT), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Jovem e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) Campo, e assim fortalecer cada sonho e plano das juventudes rurais.

Segundo estudo em Puntel, Paiva e Ramos (2011), iniciativas como o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural indicam positiva transformação na vida dos jovens rurais, oferecendo escolhas e definindo ações quanto aos projetos de vida, seja através da permanência ou saída do ambiente campesino. Para tanto, além das alternativas como os programas, reafirma-se como política o amparo educacional aos jovens rurais como relevante eixo articulados aos

planos de vida desta categoria. Portanto, em Brasil (2013), afirma-se a Política Nacional de Educação no Campo, a qual abrangerá a expansão das oportunidades educativas destinadas aos jovens do meio rural, contemplando todos os níveis e diferentes modalidades de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa com os jovens rurais realizada nas nove comunidades rurais objetivou a análise de determinadas questões, incluindo os sonhos e planos de vida, com 122 retornos positivos aos questionamentos. Ao serem perguntados se tem planos para carreira profissional, a minoria 4,9%, discordam totalmente e discordam parcialmente, 11,5%. Já para indiferente, 7,4% e concordo parcialmente 8,2%, as porcentagens aproximam-se e a maioria, 68% responderam que concordam totalmente.

Portanto, a maior parte desta juventude possui seja maior ou menor discernimento acerca da relevância de planejar, visando o futuro profissionalmente. Contudo a porcentagem de respostas indiferente, 7,4%, alertam para a necessidade de diálogo e compreensão destes jovens que ainda estão incertos quanto a carreira.

Por sua vez, a questão sobre ter planos e sonhos para a vida revelou um percentual de 11,5% para aqueles que discordam totalmente, 7,4% para indiferente e 77,9% para os que concordaram totalmente. Para as opções de discordo parcialmente e concordo parcialmente a porcentagem foi igual, 1,6%. Diante do exposto, evidencia-se que os jovens rurais, enquanto avançam no que tange à idade, suas percepções de mundo também são transformadas, o que poderia explicar a porcentagem daqueles que discordaram totalmente.

Em contrapartida, ao perceber as possibilidades de vida ao planejar, os desejos e as aspirações evoluem, ampliando as alternativas e escolhas de cada um. Nota-se não apenas a igualdade das respostas para discordo parcialmente e concordo parcialmente, mas também a opção para resultados indiferente, e assim a abertura para possíveis recuos quanto às escolhas, sonhos e planos, e a devida necessidade de orientação para auxílio, envolvendo família e comunidade.

Com relação ao questionamento sobre ter o apoio dos pais para a realização dos sonhos e planos, houve menos de 10% de respostas para discordo totalmente com apenas 8%, ausência de retorno para a opção discordo totalmente e igualdade de porcentagem para indiferente e concordo parcialmente, ambos com 3,3%. Por outro lado, houve significativo retorno para a opção concordo totalmente, contabilizando 92,6%.

Dessa forma, a maioria dos jovens informaram que possuem o amparo familiar, evidenciando a necessidade de se perpetuar e fortalecer o contato com os pais, apresentar estes sonhos e planos como alternativas reais e viáveis às realidades dos jovens rurais. Embora a porcentagem para os que discordaram totalmente tenha sido baixa, é importante reconhecer e compreender as distintas dinâmicas familiares para conduzir mudanças de ações e pensamentos a estas juventudes.

O questionamento acerca do transporte ser satisfatório nas comunidades, as respostas não foram homogêneas e nenhuma atingiu os 50%. Sendo assim, a resposta discordo totalmente revelou-se a de maior porcentagem com 41%, seguido por aqueles que discordaram parcialmente, 18%, indiferente 4,9%, concordo parcialmente 23,8% e concordo totalmente 12,3%.

Tendo em vista a diversidade de respostas, infere-se que o deslocamento nas comunidades é insatisfatório e pode afetar diretamente a vida destas juventudes rurais. Como ponto de instabilidade, impacta o cotidiano dos jovens rurais, considerando-se períodos chuvosos vivenciados na região de estudo, a redução da possibilidade de lazer, comprometendo a comunicação e o desempenho educacional comum. Assim, um transporte de qualidade pode atuar de forma indireta quanto à permanência deste ou desta jovem no ambiente escolar, conectar e ampliar o diálogo com jovens rurais de demais comunidades.

CONCLUSÃO

Dessa forma, torna-se relevante analisar as condições de permanência e os incentivos destinados às juventudes rurais participantes da pesquisa. Para isso, foram observadas as respostas relacionadas aos planos de carreira, aos sonhos e projetos de vida, bem como ao apoio familiar para sua realização. Os

resultados indicaram retornos positivos: no que se refere ao apoio da família, por exemplo, 92,6% dos respondentes afirmaram concordar totalmente. Essa tendência de concordância plena também se repetiu nas demais questões sobre perspectivas profissionais e expectativas pessoais, evidenciando um cenário favorável ao desenvolvimento desses jovens no meio rural.

A menor taxa de concordância foi observada na questão referente à satisfação com o transporte, na qual 41% dos participantes afirmaram discordar totalmente. Esse resultado reflete a insuficiência das condições de deslocamento em comunidades rurais mais afastadas dos centros urbanos e comerciais do município analisado. Ainda assim, ao final da pesquisa, evidencia-se a persistência dos sonhos e projetos de vida entre os jovens, sustentados por diferentes dimensões de apoio. Destaca-se, sobretudo, o papel da família, cujo posicionamento e presença mostram-se fundamentais na construção de possibilidades, escolhas e decisões relativas ao futuro desses sujeitos.

Ao analisar as aspirações das juventudes rurais investigadas, observou-se que apenas 1,6% dos participantes indicaram não possuir planos ou sonhos para a vida, considerando-se as respostas “discordo totalmente” e “concordo parcialmente”. Esse dado sugere a presença de certa incerteza entre uma minoria dos jovens quanto às escolhas futuras, ao planejamento e à realização de seus projetos pessoais.

Por outro lado, mesmo diante de desafios significativos, como as dificuldades de deslocamento, especialmente em comunidades mais afastadas, ou a redução do apoio familiar em alguns casos (evidenciada por 3,3% das respostas), esses jovens demonstram resiliência. As adversidades que permeiam o desenvolvimento desse grupo social coexistem com progressos pessoais e coletivos contínuos, vivenciados no cotidiano.

Assim, o jovem rural se configura como sujeito ativo de mudança e resistência diante das complexidades do campo, mobilizando família e comunidade para construir caminhos e projetar o futuro. Evidencia-se, ainda, o desejo de ampliação das possibilidades profissionais, ressaltando o papel estratégico da educação do/no campo como elemento formador e catalisador dessas trajetórias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, T.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101 p. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ALMEIDA, J. R. de; ALVES, M. Z. **Juventudes e projetos de vida**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. 44 p. *E-book*. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Juventudes-e-projetos-de-vida-1.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Juventude: Cartilha comemorativa aos 10 anos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/publicacoes/estatuto-da-juventude/cartilha_10-anos-estatuto-da-juventude-versao-internet.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRUMER, A.; SOUZA, R. H. V. de; ZORZI, A. **O futuro da juventude rural**. In: VI Congresso da Associação LatinoAmericana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002. Disponível em: <http://www.alasru.unam.mx/index.php/congresos-pasados/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BUCZENKO, G. L.; ROSA, M. A. A Permanência do Jovem no Campo: Contribuições da Educação do/no Campo. **Revista Ensaios Pedagógicos**, n. 8, v... 2018. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/v8/v8-artigo-1-A-PERMANENCIA-DO-JOVEM-NO-CAMPO.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales**, v. 7, n. 1, jan./jun, p. 179–208, 2009a. Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud – Alianza Universidad de Manizales y CINDE. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ: EDUR, 2009b. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/os-jovens-estao-indo-embora.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. dos. Juventude, Projetos de Vida e Ensino Médio. **Revista de Ciências da Educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 117, out.-dez. p. 1067-1084, 2011. ISSN - 1678-4626. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 04 ago. 2025.

_____. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=censo+2022>. Acesso em: 07 ago. 2025.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 19 ago. 2025.

_____. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home>. Acesso em: 19 ago. 2025.

_____. **Pirâmide Etária**. Educa IBGE. Pirâmide Etária. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 07 ago. 2025.

_____. **População Jovem no Brasil – 1999**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?edicao=9293&t=publicacoes>. Acesso em: 04 ago. 2025.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2024/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 07 ago. 2025.

LIMA, S. M. V.; VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G.; SARMENTO, E. P. M. **Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2013. 184 p. (NEAD Estudos; 25). Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/2-juventude-rural-e-as-politicas-e-programas-de-acesso-a-terra-no-brasil.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **NEAD Estudos**. Brasília: MDA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Juventude no Campo: O Futuro da Agricultura Familiar no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/08/juventude-no-campo-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acesso em: 07 ago. 2025.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SILVA, E. R. A. da; ANDRADE, C. C. **A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades**. In CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. Juventude e políticas sociais no Brasil (Organizadores). Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641. Acesso em: 14 ago. 2025.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/14-juventudes-rurais-mapa-de-estudos-recentes.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CAPÍTULO 8

ACESSO À INTERNET E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DOS JOVENS RURAIS: CONECTIVIDADE E NOVAS PERSPECTIVAS

Nicolli Souza Silva
Ian Felipe Nascimento
Fábio dos Santos Massena
Doi: 10.48209/978-65-5417-577-8

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é considerada a principal força de trabalho no meio rural brasileiro, considerando o fato de que grande parte da produção de alimentos brasileiro é fornecido por este setor (Veiga, 1996; Silva; Sousa; 2024). Diante desse contexto, ressalta-se a relevância do setor, das famílias agricultoras e dos mecanismos que favoreçam seu crescimento e permanência, como condição essencial para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável nos âmbitos ambiental, social e econômico, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança alimentar.

Bronson (2016) ressalta que a agricultura familiar demonstra necessidade na busca de inovações tecnológicas, assim como ocorre no agronegócio, contudo, esta apresenta dificuldades e limitações na implementação de tecnologias modernas, principalmente de tecnologias digitais, tanto no que tange às políticas públicas quanto à relacionadas a conectividade propriamente dita.

Logo, desde seu surgimento (meados da década de 60), o uso da internet tem se consolidado como uma ferramenta fundamental de transformação social, econômica e cultural. Tem-se visto uma grande modificação nos processos educacionais, nas relações trabalhistas, mídias digitais, no qual percebe-se, ao longo dos anos, os impactos no modo de vida no meio rural, com transformações e influências da urbanização, além de influências nos espaços rurais (Neto; Júnior; De Oliveira, 2024; Carneiro, 2007).

Mesmo que, historicamente, o acesso à informação e a tecnologia ainda estejam limitados em muitos destes locais, os avanços da comunicação e conectividade fortalecem uma perspectiva de melhorias, antes inimagináveis, trazendo ainda novas formas de interação e acesso à informação, promovendo mudanças nas relações interpessoais e no contato com o mundo, o que para o jovem rural configura muito mais do que um simples avanço tecnológico – se torna um leque de possibilidades, antes nunca tangível.

Esta inclusão digital deve ser entendida e trabalhada no que se refere a melhorias nas condições de vida dos envolvidos e de sua comunidade, através do uso adequado da tecnologia, ao passo que este favoreça o avanço intelectual dos indivíduos da comunidade e a possibilidade de aumento de renda a (Veiga; Abramovay; Ehlers, 2012).

Assim, a comunicação e a inclusão digital no meio rural configuram-se como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, especialmente em comunidades que enfrentam barreiras e demandas específicas que impactam diretamente suas produções e, por consequência, toda a cadeia produtiva (Bernardes; Vieira; Bonfim, 2015).

Nesse sentido, o trabalho a seguir busca compreender de que forma o acesso à internet impacta os jovens rurais, bem como a relevância e o impacto da conectividade na vida e no desenvolvimento desses indivíduos e no meio em que estão inseridos.

CONECTIVIDADE E INCLUSÃO DIGITAL

Quando trabalhado o tema inclusão digital, percebe-se que este não lida somente com a questão do acesso à tecnologias; considera-se também a habilidade de utilizá-la de maneira crítica e eficaz (Duarte, 2025). Diversos autores, como Cardoso (2024) e Duarte (2025) descrevem que a formação continuada de professores e estudantes é primordial para a efetuação da digitalização dos processos educacionais. Assim, uma incorporação adequada das tecnologias digitais de informação e comunicação no setor educacional brasileiro tem refletido uma extensa necessidade da incorporação de um ensino

mais dinâmico e inclusivo, ao passo que os avanços na sociedade acontecem (Manoel; Caruso; 2025).

Kline e Rosenberg (1986) discutem que o processo de desenvolvimento de uma inovação se inicia a partir da visualização de um problema ou necessidade; posteriormente a esse surgimento, atividades de pesquisa e desenvolvimento são iniciadas, buscando-se sua solução.

Logo, no contexto atual, o uso de tecnologia nas mais diversas áreas e atividades tem se tornado cada vez mais indispensável, visto seu papel fundamental no debate sobre o desenvolvimento humano, social e econômico do século XXI. Ainda existem fatores que interferem na entrega e instalação, no meio rural, de tecnologias mais avançadas, de melhor qualidade e avaliados a velocidade e estabilidade do sinal, sendo um de seus principais entraves o alto custo de implantação e a logística, que compreende principalmente a dificuldade de acesso às regiões remotas do interior dos municípios brasileiros (Silva; Colling; Mueller; 2020).

A situação se estende ainda mais, se forem levados em conta a competitividade do agronegócio, acirrada pelo crescente processo de globalização da economia, que está diretamente ligado à melhoria da eficiência das cadeias produtivas, no qual o acesso à tecnologia da informação se torna um ponto crucial no processo. Se analisadas ambas as circunstâncias, nota-se que é na pequena produção agrícola que são encontradas as principais dificuldades de inserção destas tecnologias (Massruhá, 2015; Silva; Santos, 2024).

Essa tecnologia se conecta com todos os sistemas de uma cadeia produtiva. A agricultura 4.0, termo derivado da Indústria 4.0, conhecida também por agricultura digital, é uma das grandes responsáveis pelo impulsionamento do setor do agronegócio, indo muito além da mecanização do campo; o clima, terra e a lavoura interferem diretamente nas operações e tomadas de decisões, dados estes coletados pelas tecnologias digitais em tempo real (Silva; Cavi-chioli, 2020).

Com o acesso a equipamentos e ferramentas digitais, o manejo diário da produção, pode ser facilitado e tornar-se mais eficaz. Pode-se tomar como

exemplo um maquinário agrícola equipado com sistemas de monitoramento e operação remotos, que possibilitará maior eficiência no manejo dos campos com a coleta, análise e controle de dados, o que poderá interferir profundamente no processo de decisão do produtor rural, que pode optar por tomar decisões baseadas não mais em experiência, tradição e percepções, mas agora podendo ser amparado por dados e predições, a partir das próprias análises estatísticas coletadas em campo (Castillo; Bertollo, 2022).

Em centros urbanos, os recursos tecnológicos favorecem maior dinamismo nas práticas pedagógicas; em contrapartida, em áreas remotas, nota-se a escassez de pontos de acesso e instabilidade de sinal, aspectos esses que dificultam a manutenção de atividades e ações que envolvam a utilização de recursos digitais (Souza et al.; 2025). Outro ponto a ser discutido está relacionado ao papel fundamental das políticas públicas, bem como a necessidade de estratégias que fortaleçam e disseminem a inclusão digital no século XXI, demonstrando que há ainda uma grande dificuldade de alcance de iniciativas governamentais às áreas mais remotas (Carneiro; Silva, 2013).

O Programa *Internet Brasil* constitui uma iniciativa do governo federal voltada à ampliação da conectividade e da inclusão digital de estudantes da educação básica da rede pública, bem como de suas famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Apesar de representar um avanço significativo neste campo, sua implementação ainda enfrenta limitações decorrentes da carência de infraestrutura básica e de recursos financeiros, sobretudo nas áreas rurais (Brasil, 2022).

A limitação no acesso à internet tem implicações profundas no ensino. A ausência de uma infraestrutura digital adequada compromete significativamente o acesso a conteúdos atualizados, restringindo as oportunidades de aprendizagem e, conseqüentemente, limitando o desenvolvimento pessoal e profissional dos discentes (Cardoso, 2025). Nesse sentido, Carneiro e Silva (2013) evidenciam que a inexistência de acesso regular à internet amplia de forma ainda mais expressiva tais lacunas, uma vez que coloca esses estudantes em posição de desvantagem não apenas no âmbito acadêmico, mas também frente

às demandas de um mercado de trabalho progressivamente mais competitivo e digitalizado.

Essa lacuna ficou bastante evidente durante o período pandêmico, em 2020, no qual a rede de ensino no país inteiro precisou se adequar a um modelo que permitisse a continuidade das aulas, ao mesmo tempo que garantisse a segurança dos envolvidos; nesse sentido, o modelo de ensino remoto permite essa flexibilidade, todavia, foi perceptível aspectos ligados a essa metodologia, como a exclusão digital, seja pela falta de domínio, habilidades ou acesso dos envolvidos (Cardoso, 2024).

Nesse período, houve uma maior utilização das tecnologias digitais para dar continuidade ao processo de aprendizagem, apesar de ainda existirem grandes entraves nesse modelo, afinal muitas escolas, por exemplo, continuam utilizando prioritariamente métodos analógicos (Senhoras, 2021; Cardoso, 2024).

O estudo a seguir busca compreender o os impactos do acesso à internet na vida de jovens residentes em comunidades rurais do município de Ilhéus-Bahia, envolvendo a coleta de informações de 122 adolescentes entre 13 a 17 anos. O roteiro da coleta de dados buscou permitir uma análise ampla sobre a conectividade e seu reflexo nas dimensões educacional, social e profissional dos jovens, bem como verificar quantos destes adolescentes e jovens tem acesso à internet.

USOS DA INTERNET E IMPACTOS NA VIDA DOS JOVENS

A partir dos dados obtidos nas entrevistas, e demonstrados na tabela 1, percebeu-se que 103 dos 122 dos jovens (84,4%) têm acesso à internet, o que configura resultados bastante positivos. Esse número indica um cenário de ampla inclusão digital dentro do grupo investigado, o que configura melhor oportunidades de acesso a informações, recursos educacionais e oportunidades profissionais.

Tabela 1: Quantidade de jovens com acesso ou não de internet

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Tem acesso à internet	103	84,4
Não tem acesso à internet	19	15,6
TOTAL	122	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Como mencionado, a presença da internet no dia-a-dia destes jovens pode favorecer e atuar como um diferencial positivo para sua formação profissional e social, além de possibilitar a participação em atividades prioritariamente digitais, como o ensino remoto e o uso de serviços públicos online.

Identificou-se que 19 dos 122 jovens (15,6%) alegaram não possuir acesso à internet; o que, à primeira vista, parece ser uma parcela pequena dos entrevistados, configura um grupo potencialmente exposto a exclusão digital, principalmente se levados em conta os benefícios trazidos em relação ao desenvolvimento pessoal e social do adolescente.

Deve-se analisar o contexto em que estes jovens estão inseridos, pois esta falta de acesso pode estar relacionada a fatores como condições socioeconômicas, localização geográfica ou mesmo indicativo de uma infraestrutura inadequada e limitada (Cardoso, 2024).

Em contextos rurais, frequentemente observa-se limitações em relação à infraestrutura e redução de ofertas de serviços tecnológicos, é notório que a falta de conectividade gera ainda mais obstáculos na rotina destes estudantes, impactando diretamente o acesso à educação, à informação, à qualificação profissional, o que resulta em uma maior dificuldade destes indivíduos em acompanhar as atividades, principalmente aquelas dependentes do modelo digital; nisso percebe-se e amplia-se, ainda mais evidentemente, as lacunas já existentes no âmbito social e econômico, o que acaba favorecendo a permanência destes em possíveis situações de vulnerabilidade social e dificultando sua integração social e profissional no mercado de trabalho (Cardoso, 2024; Souza et al., 2025; Duarte, 2025).

No âmbito educacional, a conectividade tem se consolidado como elemento fundamental para mitigar as barreiras históricas de isolamento vivenciadas pelas comunidades rurais. Aspecto cuja relevância foi amplamente confirmada no contexto da pandemia: a falta de acesso à internet acentuou a exclusão escolar, enquanto sua presença possibilitou a continuidade das atividades de ensino (Cardoso, 2024). Dessa forma, o fortalecimento da inclusão digital nas escolas rurais representa não apenas a melhoria das condições de aprendizagem, mas também um caminho para a redução das desigualdades regionais.

Ressalta-se, nesse sentido, a importância da aplicação de políticas públicas voltadas para assistência desses jovens rurais e suas comunidades, expandindo o acesso à internet no campo, favorecendo a capacitação e crescimento destes adolescentes, bem como desenvolvimento a nível local (Castillo; Bertollo, 2022).

Já estão em vigor algumas estratégias do governo brasileiro, buscando tentar implementar desenvolvimento social, principalmente no que se refere ao setor educacional, promovendo a inclusão digital através principalmente de adoção de tecnologias no âmbito escolar (Carneiro; Silva, 2013), como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional, que visa promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental, médio e básico (ProInfo), Programa Wi-Fi Brasil (Gesac), que é direcionado, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das Tecnologias de Informação e Comunicação, as TICs, além de muitas outras propostas com objetivos similares (Brasil, 2025).

O debate sobre conectividade em áreas rurais ultrapassa a dimensão estritamente tecnológica, inserindo-se em um contexto mais amplo que envolve cidadania, equidade e desenvolvimento social. A internet, ao viabilizar novas formas de comunicação, aprendizado e acesso a serviços, constitui-se como um instrumento de transformação, especialmente para jovens em processo de formação intelectual e profissional. Nessa perspectiva, Duarte (2025) e Manoel e Caruso (2025) ressaltam que a inclusão digital não deve ser entendida apenas como acesso, mas como apropriação crítica e produtiva das tecnologias, capaz de promover a emancipação e ampliar a participação social.

No campo econômico, a expansão da conectividade no meio rural relaciona-se diretamente à modernização das cadeias produtivas e ao fortalecimento da agricultura familiar (Massruhá, 2015; Silva; Santos, 2024). Nesse cenário, os jovens desempenham papel estratégico, pois apresentam maior familiaridade com o uso de recursos tecnológicos e podem atuar como agentes de inovação e dinamização em suas comunidades.

Por fim, a análise do tema exige considerar o papel do Estado e das políticas públicas. Iniciativas como o programa *Internet Brasil* e o *Wi-Fi Brasil* representam avanços relevantes, mas ainda insuficientes para assegurar uma cobertura ampla e de qualidade no campo. Dessa forma, torna-se urgente a formulação de estratégias que enfrentem as barreiras de infraestrutura e desigualdade socioeconômica, garantindo aos jovens rurais não apenas o acesso, mas também as condições necessárias para utilizar a internet como ferramenta de transformação social e de fortalecimento de suas perspectivas futuras.

CONCLUSÃO

A análise dos dados permitiu constatar que o acesso à internet configura-se como um fator determinante para a melhoria das condições de vida dos jovens rurais, favorecendo tanto a formação educacional quanto a inserção em novas perspectivas sociais e profissionais.

Foi possível compreender também, de forma mais abrangente, como esse acesso a internet possibilita a transformação de perspectivas, relações e vivências dos jovens residentes nesse local e em como o seu acesso se mostra como um elemento essencial de cidadania e inclusão digital; nesse sentido, a conectividade desses cidadãos e o maior acesso a informações, capacitações e inovações favorece o fortalecimento da educação e o estímulo à autonomia desses indivíduos.

O contato desses jovens com diferentes realidades e culturas, possibilitado pelo acesso a internet, permite o amadurecimento destes e amplia horizontes, o que os proporciona um sentimento concreto de pertencimento e permite a criação de novas perspectivas e interações.

O alto índice de conectividade encontrado entre os participantes revela avanços importantes no processo de inclusão digital em comunidades rurais; entretanto, a existência de uma parcela ainda significativa de jovens sem acesso à rede expõe a persistência de desigualdades estruturais.

Tais disparidades reforçam a urgência da implementação de políticas públicas eficazes, capazes de superar barreiras socioeconômicas e logísticas, promovendo a democratização do acesso às tecnologias digitais. Conclui-se que a internet, quando acessível e utilizada de forma crítica, pode representar uma oportunidade estratégica para reduzir vulnerabilidades, ampliar horizontes educacionais e possibilitar a integração dos jovens rurais em um contexto social e econômico cada vez mais digitalizado.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. P. et al. Estressores psicossociais, senso de comunidade e bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes de zonas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00126815, 2016.

BERNARDES, J. C.; VIEIRA, S. C.; BONFIM, E. B. Comunicação rural: legitimando a inclusão digital no campo. RECoDAF – **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2015.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Programa Internet Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2022. Atualizado em 21 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/internet-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Governo Digital. **Inclusão digital**. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços públicos, 2021. Atualizado em 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/inclusao-digital>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRONSON, K.; KNEZEVIC, I. Big data in food and agriculture. **Big Data & Society**, 2016.

CARDOSO, A. L. **Inclusão digital na educação: desafios e perspectivas na implementação da computação conforme a legislação educacional**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Pelotas, Pelotas, 2024.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *Juventude rural em perspectiva*, p. 53, 2007.

CARNEIRO, G. B.; SILVA, J. L. C. Políticas públicas de inclusão digital no contexto da educação escolar como fator de acesso a informação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 3, n. 2, 2013.

CASTILLO, R.; BERTOLLO, M. Mobilidade geográfica como direito social: uma discussão sobre o acesso à internet no campo brasileiro. *Revista da ANPEGE*, 2022.

CETIC. **TIC Domicílios 2024 Indivíduos**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2024/individuos/C2A/>. Acesso em: 26 Ago 2025.

DA SILVA, J. M.; COLLING, J.; MUELLER, S. Inclusão Digital no campo: implantação e expansão da Internet no meio rural da região extremo oeste catarinense. In: **Congresso Latino-Americano de Software Livre e Tecnologias Abertas (Latinoware)**. SBC, 2020. p. 141-146.

DUARTE, F. P. ENTRE A CONECTIVIDADE E A EXCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DA INTERNET NA EDUCAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS DO ESTADO DO PARÁ. *Cognitus Interdisciplinary Journal*, v. 2, n. 2, p. 174-185, 2025.

HORI, J. **Brasil: Alimentos Para o Mundo**. Instituto de Engenharia. São Paulo, 2019, p. 6-10.

KLINE, S.; ROSENBERG, N. An overview of innovation. In.: LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (orgs). **The positive strategy**, Washington, DC: National Academy of Press, 1986.

MANOEL, Y.; CARUSO, S. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENSINO. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 14, n. 5, p. e2064-e2064, 2025.

MASSRUHÁ, S. M. F. S. Tecnologias da informação e da comunicação: o papel na agricultura. **AgroANALYSIS: A Revista do Agronegócio da FGV**, São Paulo, v.35, n.9, p. 29-31, 2015.

NASCIMENTO, A. S. P. **Assistência técnica e extensão rural: a percepção das lideranças acerca da satisfação do serviço prestado às associações atendidas por um projeto público de desenvolvimento rural no território do Médio Sertão paraibano**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.

DO NASCIMENTO, A. S. P.; DO NASCIMENTO, J. S. P. Assistência técnica e extensão rural: a percepção de satisfação do serviço prestado às associações atendidas por um projeto público de desenvolvimento rural no Território do Médio Sertão Paraibano. **Revista Geotemas**, v. 10, n. 1, p. 66-94, 2020.

NETO, E. Q.; JUNIOR, J. T. C. N.; DE OLIVEIRA, G. B. Análise em perspectiva para além da conectividade significativa da internet: a realidade off-line no espaço rural brasileiro e Latino-América. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 85-94, 2024.

SILVA, B. H. O.; DOS SANTOS, B. S. Agricultura digital: desafio da conectividade no campo para o desenvolvimento da Agricultura Familiar. **Revista Mirante (ISSN 1981-4089)**, v. 17, n. 2, p. 140-163, 2024.

SILVA, J. M. P.; CAVICHIOLI, F. A. O uso da agricultura 4.0 como perspectiva do aumento da produtividade no campo. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 2, p. 616-629, 2020.

SENHORAS, E. M. **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Editora Iole, 2021.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VEIGA, J. E.; ABRAMOVAY, R.; EHLERS, E. Em direção a uma agricultura mais sustentável. In: Costa Ribeiro, W. (Org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 305-333.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alcides Pereira Santos Neto

Doutorando em Biossistemas, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7905-4793>

E-mail: alcidespeneto@gmail.com

Alícia Báfica Silva

Doutoranda em Economia Regional e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3641-1047>

E-mail: absilva.ppgdma@uesc.br

Elaine Souza dos Santos

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3758-8679>

E-mail: elainesdsantos@gmail.com

Enzo Yuri Ferreira Sousa

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2180-0397>.

E-mail: enzo98188@gmail.com

Fábio dos Santos Massena

Professor Titular, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3899-9783>.

E-mail: fsmassena@uesc.br

Felipe Maikon Santos Sousa

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6154-2967>

E-mail: felipemaycon102030@gmail.com

Franciellem Santos da Silva

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3289-0543>.

E-mail: fs132546879@gmail.com

Gilson Oliveira Santos

Graduando em Filosofia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

E-mail: gosantos.fl@uesc.br

Ian Felipe Nascimento

Mestrando em Biosistemas, Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1520-9723>.

E-mail: nascimentoian31@gmail.com

Leonardo Brito de Santana

Graduando em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7041-0681>

E-mail: leonardd4545@gmail.com

Liandra Rodrigues Santos Gomes

Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas.

E-mail: lrsgomes.perpp@uesc.br

João Talles de Jesus Tavares

Graduando em Engenharia Mecânica na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4222-3208>.

E-mail: jtallesjtavares@gmail.com

Moema de Souza Báfica

Docente efetiva no município de Itabuna.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7942-701X>.

E-mail: moemasbafica@gmail.com

Nicolli Souza Silva

Mestranda em Ciência Animal, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9661-2993>.

E-mail: nssilva.ppgca@uesc.br

Nikary Soares Santos

Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0291-7662>

E-mail: nikary.ssantos@gmail.com

Vanessa Lino da Silva

Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6546-3379>.

E-mail: vlsilva.bge@uesc.br

O CAMPO COMO PROJETO:

Juventude, Identidade Territorial e Rede de Apoio na Agricultura Familiar



Fábio dos Santos Massena

Ian Felipe Nascimento

Gilson Oliveira Santos

Nicolli Souza Silva

Alcides Pereira Santos Neto

Liandra Rodrigues Santos Gomes

ARCO
EDITORES

